

BOAS PRÁTICAS DO CAU EM ATHIS

RELATÓRIO DA SEMANA DE HABITAÇÃO 2023

ARACAJU (SE)



CAU/BR

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil



CAU/BR

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR)

Conselho Diretor (2023)

Nadia Somekh (SP)

Presidente

Daniela Pareja Garcia Sarmiento (SC)

1ª Vice-Presidente | Coordenadora da Comissão de Planejamento e Finanças (CPF)

Nilton de Lima Júnior (GO)

2ª Vice-Presidente | Coordenador da Comissão de Organização e Administração (COA)

Fabício Lopes Santos (AM)

Coordenador da Comissão de Ética e Disciplina (CED)

Patrícia Silva Luz de Macedo (RN)

Coordenadora da Comissão de Exercício Profissional (CEP)

Valter Luís Caldana Júnior (IES)

Coordenador da Comissão de Ensino e Formação (CEF)



BOAS PRÁTICAS DO CAU EM ATHIS

RELATÓRIO DA SEMANA DE HABITAÇÃO 2023

ARACAJU (SE)



CAU/BR

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR)

COMISSÃO ESPECIAL DE POLÍTICA PROFISSIONAL (CPP)

Nilton de Lima Júnior (GO) - Coordenador
Eduardo Fajardo Soares (MG) - Coordenador-adjunto
Ana Cristina Lima Barreiros da Silva (RO)
Daniela Pareja Garcia Sarmiento (SC)
Guivaldo D'Alexandria Baptista (BA)
Raul Wanderley Gradim (DF)
Rubens Fernando Pereira de Camillo (MS)

COMISSÃO ESPECIAL DE POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL (CPUA)

Ricardo Soares Mascarello (SE) - Coordenador
Alice da Silva Rodrigues Rosas (PA) - Coordenadora-adjunta
Camila Leal Costa (PB)
Giedre Ezer da Silva Maia (ES)
Joselia da Silva Alves (AC)
José Afonso Botura Portocarrero (MT)
Nikson Dias de Oliveira (RR)

Relatório Executivo da Semana de Habitação

Dezembro de 2023

Organizadora: Nadia Somekh
Supervisor: Júlio Moreno
Edição: Ana Claudia Rocha Araujo e Vivaldo de Sousa
Revisão: Joyce Russi
Assessoria Técnica: Antonio Couto Nunes, Caroline Bertol e Sandra Marinho
Coordenação: Comunica Consultoria e Planejamento
Diagramação: André Ramos
Foto de Capa e da Semana de Habitação: Igor Matias

Publicação: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)
Setor de Edifícios Públicos Sul (SEPS), Quadra 702/902, Conjunto B, 2º Andar
– Edifício General Alencastro
Asa Sul – Brasília/DF – Cep: 70.390-025
(61) 3204-9500
habitacaosocial@caubr.gov.br • www.caubr.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Boas práticas do CAU em ATHIS [livro eletrônico] :
relatório da semana de habitação 2023 /
[organização Nadia Somekh]. -- 1. ed. --
Brasília, DF : Comunica Consultoria e
Planejamento, 2023.
PDF

Vários autores.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-980474-1-2

1. Arquitetura - Aspectos sociais 2. Assistência
Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS)
3. Conselho de Arquitetura e Urbanismo - Semana de
Habitação 2023 4. Habitação - Direito social
5. Urbanismo. I. Somekh, Nadia.

23-184769

CDD-711.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Habitação coletiva e cidade : Arquitetura e
urbanismo 711.4

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

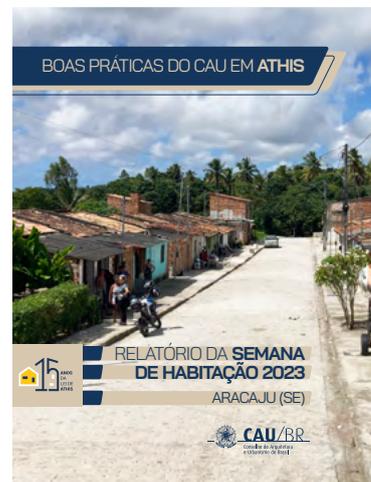


Foto da Capa: Comunidade Portelinha, São Cristóvão (Sergipe); projeto ATHIS em implementação pela Prefeitura, com apoio da ONG Soluções Urbanas, patrocinada pelo CAU/SE

Saiba mais em:

www.caubr.gov.br/moradiadigna



sumário

APRESENTAÇÃO _____	06
CARTA DA III SEMANA DA HABITAÇÃO _____	08
PAINEL 1 _____	11
PAINEL 2 _____	15
PAINEL 3 _____	21
CONFERÊNCIA 1 _____	27
CONFERÊNCIA 2 _____	49
CONFERÊNCIA 3 _____	71
PAINEL 4 _____	91
PAINEL 5 _____	95
PAINEL 6 _____	99
MESA ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM ATHIS _____	104
OFICINAS 26/7 _____	109
OFICINAS 27/7 _____	114
ANEXOS _____	118
ÁLBUM DE FOTOS _____	122



apresentação

Carta da Presidente

Este documento tem o objetivo de registrar a trajetória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, bem como dos Conselhos estaduais, na busca de soluções inovadoras, inventivas e necessárias que envolvam o tema da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – ATHIS. Trata-se do compilado dos relatos apresentados durante a 3ª Semana da Habitação do CAU, realizada entre os dias 25 e 29 de julho de 2023, na cidade de Aracaju/SE.

Desde 2015, o CAU vem trabalhando de forma progressiva no desenvolvimento da ATHIS como resposta para enfrentar a condição das cerca de 25 milhões de moradias precárias existentes no país, conforme dados apontados pela Fundação João Pinheiro. No limiar dos 15 anos da Lei da ATHIS (2008-2023), somos reconhecidos como um dos principais agentes da sociedade comprometidos com este propósito. Em princípio, este posicionamento faz parte da política de valorização profissional que procura popularizar o trabalho dos arquitetos e urbanistas no nosso país, onde 82% da população constrói sem amparo técnico. Mas para além disso, o CAU possui na sua missão institucional o propósito de levar ‘arquitetura e urbanismo para todos’, e a ATHIS, na percepção dos profissionais que constroem o Conselho, é um importante instrumento para este fim.

Dizer que o CAU/BR e os CAU/UF investem pelo menos 2% dos seus recursos em ATHIS, ou que entre 2015 e 2023, o nosso Conselho destinou mais de R\$ 30 milhões para este fim, pode parecer muito abstrato. Aqui, apresentamos dados concretos sobre como este recurso foi investido, quantos profissionais envolveu e quantas realidades ajudou a impactar.

Na Semana da Habitação do CAU 2023, a terceira edição realizada pela gestão 2021/2023, reunimos representantes de praticamente todos os estados, Organizações da Sociedade Civil (OSCs), arquitetos e arquitetas, assistentes sociais, engenheiros, advogados e, principalmente, representantes dos movimentos sociais e dos governos federal, estadual, municipal, envolvidos em ações que contaram com o apoio do CAU. Foram mais de 800 participantes presenciais e outros centenas on-line. Além da ATHIS, o evento deu projeção a experiências mais amplas, envolvendo Regularização Fundiária Urbana – REURB, Habitação Rural, experiências de ensino, pesquisa e extensão, entre outros conteúdos-chave.

O trabalho desenvolvido por arquitetos e urbanistas em nível local, porém, em todos os estados brasileiros, foi fundamental para que a ATHIS possa, hoje, ser reconhecida como política pública com potencial de escala. Com ele, conquistamos o reconhecimento, pelo Governo Federal, da necessidade de inclusão das Melhorias Habitacionais dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida. O tema pautou nosso Seminário de Melhorias Habitacionais, realizado em outubro, cuja síntese também compõe este documento. Da mesma forma que a 3ª Semana da Habitação, os debates do seminário também estão disponíveis no canal do YouTube do CAU/BR.

Ao final da gestão, e como desdobramento do empenho em disseminar a ATHIS, temos ainda, pelo menos, dois resultados. O primeiro deles é o Observatório da ATHIS, uma das principais entregas da gestão 2021-2023, e contribuição do CAU para uma política pública e perene. Como parte do Programa Mais Arquitetos, a ferramenta divulgará em tempo real, todo conteúdo produzido pelo Conselho no âmbito da ATHIS. O segundo são as tratativas da Comissão de Relações Institucionais (CRI) para convênios de colaboração que permitirão levar o conhecimento técnico da arquitetura brasileira em ATHIS para países africanos.

Mais do que um relatório, este documento de boas práticas é uma prestação de contas à sociedade e aos arquitetos e urbanistas acerca de todo o investimento promovido pelo Conselho para este fim. Esperamos que possa servir de ferramenta para profissionais e instituições que, como o CAU, se empenham em transformar a vida do povo brasileiro.

Nadia Somekh

Presidente da Gestão 2021/2023

CARTA DA III SEMANA DA HABITAÇÃO



Considerando o direito constitucional à moradia digna e à função social da propriedade;
Considerando os 60 anos do Congresso de Quitandinha (1963) que deu início ao movimento da reforma urbana e que culminou no Estatuto da Cidade (2001) e na criação do Ministério das Cidades em 2003;
Considerando o histórico do Programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME Rio Grande do Sul, 1977), e os esforços dos arquitetos e Deputados Federais Clovis Ilgenfritz e Zezéu Ribeiro, que formularam e apresentaram a Lei 11.888/2008, lei da ATHIS;
Considerando os esforços realizados nos últimos 15 anos por diversos entes públicos e privados, sociedade civil organizada e, particularmente pelo sistema CAU, governos locais e estaduais, movimentos sociais e assessorias técnicas (OSCs) na efetivação da lei de ATHIS;
Considerando as manifestações formalizadas pelos CAUs São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e da União Internacional de Arquitetos que apontam diretrizes e formas de efetivar o direito à moradia por meio da assistência técnica;
Considerando a carta de São Luís, aprovada durante o 9º FIPA, em junho de 2023, que reivindica a formulação de um programa de melhorias habitacionais para a requalificação dos Centros Históricos;

Considerando a estruturação programática das melhorias habitacionais e da ATHIS, resultado da parceria CAU/BR e IPEA em 2022/2023; e
Considerando a diversidade de experiências exitosas de ATHIS e melhorias habitacionais apresentadas durante a semana de habitação, com destaque para o Programa Nenhuma Casa Sem Banheiro, capitaneado pelo CAU/RS.

Reunidos em Sergipe nos dias 25 a 29 de julho de 2023, representantes dos CAU/UF, as entidades de arquitetura e urbanismo, OSC, movimentos sociais, universidades, governos locais e federal, apontam diretrizes e necessidades para que a Lei de ATHIS seja efetivada e com isso o país supere a marca de 14 milhões de habitações inadequadas em todo o país, sendo 1,2 milhão de casas sem banheiro.

Objetiva:

1. Formular Programa Interministerial de melhorias habitacionais e Assistência Técnica gratuita a exemplo da estruturação programática desenvolvida pelo IPEA e CAU/BR
2. Garantir recursos públicos a fundo perdido aplicados de maneira continuada a um programa de melhorias habitacionais, assegurando a especificidade da ação incremental desta política.
3. Garantir a retomada do FNHIS como fundo



- qualificado para assegurar o direito a moradia.
4. Formular programa de capacitação de gestores públicos para implementar de maneira interdisciplinar a política de ATHIS.
 5. Orientar os parlamentares na construção da legislação necessária e na garantia do orçamento que assegure o direito à moradia.
 6. Estabelecer diretrizes locais para a implantação da política de ATHIS, por meio dos exemplos de sucesso.
 7. Viabilizar articulação institucional entre os atores (OSC, sociedade civil, universidades, institutos federais, conselhos e entidades de classe, defensoria pública, ministério público, dentre outros) para a efetivação da ATHIS.
 8. Fomentar a economia popular e viabilizar a atuação de entidades sem fins lucrativos para a atuação em ATHIS;
 9. Formular e implementar em consonância com a estruturação programática das melhorias habitacionais:
 - a. estratégia nacional de residência e extensão universitária em arquitetura e urbanismo;
 - b. estratégia de habitação rural que considere as identidades, saberes e conhecimentos locais;
 - c. parcerias e cooperações continuadas com os sistema de saúde e de assistência social;
 - d. estratégias de qualificação e dinamização da econômica solidaria e cooperativa; e,
 - e. mecanismos e instrumentos de qualificação das informações e dados acerca das inadequações habitacionais e saúde do habitat;
 - f. instrumentos e estratégias de qualificação e valorização da cultura, patrimônio histórico, do espaço público e da paisagem.
- Neste sentido, as organizações que subscrevem esta carta se comprometem a ensejar esforços junto aos governos federal, estaduais e municipais na efetivação e alcance dos objetivos elencados. Assim, reforçar a importância da mobilização nacional, de entidades, o CAU e seus representantes, para dar luz à necessidade da implantação e fomento da lei de ATHIS, para que esta seja desenvolvida com técnica, por arquitetos e urbanistas presentes e qualificados nos municípios brasileiros, constituindo uma política de estado.

Aracaju, 28 de julho de 2023.



15 ANOS
DA
LEI DE
ATHIS

Semana da Habitação 2023



15 anos da Lei de ATGIS e o fomento do CAU ao tema da moradia digna

Um momento de reflexão em relação
aos avanços, desafios e perspectivas
para a próxima década

INSCREVA-SE

25 a 29 de julho Aracaju / SE

Realização:



CAU
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo

Apoio:



Prefeitura Municipal de Aracaju



FAPES



AAS



AAS



AAS



AAS



AAS



AAS



AAS



AAS



AAS



AAS

PAINEL 1

Déficit Habitacional e Inadequação de moradias no Brasil e a ATHIS

Frederico Poley, da Fundação João Pinheiro

Brasil tem mais de 26 milhões de domicílios inadequados para morar

Mais de 26 milhões de domicílios apresentam ao menos um tipo de inadequação (infraestrutura e edificação) no Brasil atualmente. A estimativa da Fundação João Pinheiro (FJP) foi calculada a partir de dados preliminares do Censo de 2022 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As regiões Nordeste e Norte foram as que mais se destacaram no percentual de domicílios urbanos inadequados. Segundo Frederico Poley, pesquisador da FJP, as duas regiões têm juntas aproximadamente 50% dos domicílios inadequados do país.

A partir dos dados do IBGE, Poley apontou um contraste entre o crescimento populacional e o volume domiciliar no Brasil. Enquanto a população registrada ficou em 203 milhões, ao invés de 214 milhões projetados, o número de domicílios aumentou de 67 milhões em 2010, para 90,688 milhões. Outro dado significativo para composição do cenário é o crescimento de domicílios vagos, que passaram de 6.097.778 em 2010 para 11.397.889 em 2022. “A população reduziu e a quantidade de domicílio aumentou, gerando uma menor quantidade de pessoas por domicílio”, disse.

O aumento do número de unidades vagas não significa o fim do déficit habitacional, observa Poley, pois a unidade básica de análise deve ser o domicílio e não a habitação. “E o que é o domicílio? Domicílio são as pessoas que moram dentro da habitação. Esse é um conceito básico. Quando pensamos em política voltada para a questão do déficit quantitativo, inadequação, o foco são as pessoas”.

Para o pesquisador, é preciso ficar claro que a existência dos domicílios precários está relacionada à necessidade real das famílias, sem condições de garantir uma moradia mais adequada, mas que precisam morar ‘em algum lugar’. Poley reitera que o conceito brasileiro de déficit se relaciona ao acesso à moradia em si, sejam elas vagas ou não. Em relação à inadequação de infraestrutura, detalhou Poley, a região Nordeste se destaca. No quesito inadequação edificação, as regiões Norte e Sul se destacaram, enquanto a região Centro-Oeste teve a menor contribuição no total absoluto. A inadequação fundiária é o subcomponente com as menores contribuições em todas as regiões. “O Sudeste apresenta a maior contribuição e a região Norte a menor contribuição no total absoluto”, afirmou.



IGOR MATIAS

Frederico Poley

“E o que é o domicílio? Domicílio são as pessoas que moram dentro da habitação. Esse é um conceito básico. Quando pensamos em política voltada para a questão do déficit, do déficit quantitativo, inadequação, o foco são as pessoas”.

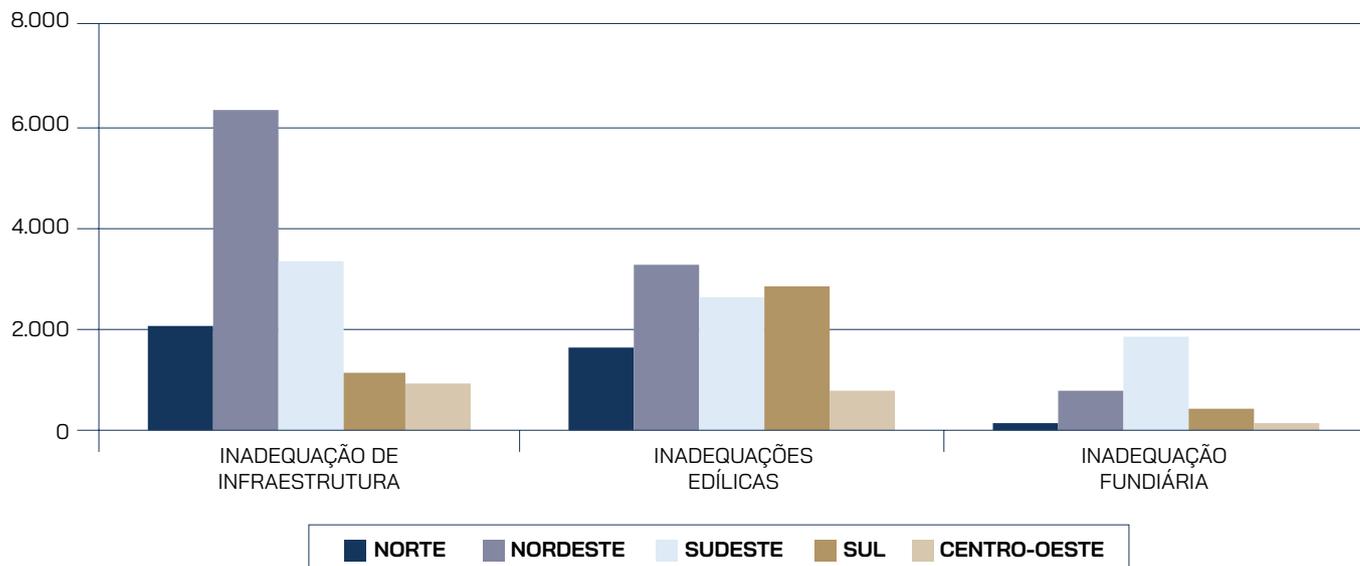
Tabela 1 – Síntese dos Indicadores da Inadequação

Componentes e subcomponentes da inadequação de domicílios		
Carência de Infraestrutura Urbana		
	2019	2022 (dados preliminares da PNAD)
Energia Elétrica	397.409	714.487
Abastecimento de Água	10.492.705	11.482.327
Esgotamento Sanitário	4.837.187	5.681.174
Coleta de Lixo	551.348	420.535
Total	13.963.130	15.502.453
Carências Edilícias		
Inexistência de banheiro exclusivo	359.840	332.043
Número total de cômodos de domicílio igual a número de cômodos servindo de dormitório		
Armazenamento de água inadequada	8.943.483	9.342.866
Piso inadequado	69.127	54.097
Cobertura Inadequada	1.001.161	1.256.276
Inadequação fundiária urbana	3.486.431	3.183.743
Domicílios inadequados	24.474.449	26.510.673

Fonte: Dados básicos: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C)/2019-2022

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi)

Poley indica que chama a atenção nos dados do IBGE o fato de que “em boa parte dos estados, aumentou significativamente o percentual de domicílios vagos. Poucos estados tiveram de fato o incremento, a redução do número de domicílios vagos, como foi o caso de Santa Catarina, um incremento baixo. Os demais estados tiveram incremento substancial no percentual de domicílios vagos no país. “Mas o total de domicílios vagos não é necessariamente um problema para o chamado ‘indicador do déficit habitacional’”, afirmou, destacando a importância de ter dados agregados para políticas públicas, mas ressaltando que as soluções habitacionais devem ter um caráter local.

Gráfico 1 - Distribuição dos critérios de inadequação do total de domicílios urbanos duráveis segundo regiões geográficas – Brasil 2019 (mil /habitações)

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) - 2019. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Normalmente, explicou o pesquisador, o déficit habitacional tem quatro grandes componentes: o quantitativo, que estaria relacionado à ideia de substituição de habitação; o qualitativo, relacionado a essa ideia de inadequação; habitações e domicílios precários; e ônus excessivo do custo do aluguel. O cálculo da inadequação de domicílios considera, segundo ele, apenas os não classificados como déficit habitacional em função de sua estrutura física que se tornam elegíveis para serem avaliados como inadequados. São excluídas as habitações precárias (improvisadas e rústicas), além dos domicílios do tipo “cômodo”.

A partir daí, são obtidos os domicílios particulares permanentes duráveis. No caso dos domicílios exclusivamente urbanos, como as variáveis consideradas para a inadequação, são características das áreas urbanas, são excluídos os domicílios localizados nas áreas rurais. “A obtenção do total dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos inadequados se dá pela soma dos domicílios com ao menos uma inadequação. Para evitar efeitos de dupla contagem, mesmo que um único domicílio tenha mais de um tipo de inadequação, seu cômputo para o total de domicílios classificados como inadequados só ocorre uma única vez”, detalhou.

Os últimos dados disponíveis da PNADContínua, destaca, são as variáveis qualitativas que o IBGE incluiu na pesquisa. “Um fenômeno interessante, até talvez relacionado à questão das mudanças climáticas, em várias áreas do país a gente tem observado, por exemplo, restrição de acesso a água. Eles [o IBGE] perguntam se as pessoas têm água todo dia ou se a energia está disponível 24 horas. Então em lugares que tem apagões, onde tem restrição de água, esses dados começam a mostrar essa questão de qualidade no acesso aos serviços e isso reflete no déficit de um ano para outro”, comentou.

IGOR MATIAS



Frederico Poley e Daniela Sarmento

“

A obtenção do total dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos inadequados se dá pela soma dos domicílios com ao menos uma inadequação.”

Outro ponto fundamental, afirmou ele, é a inadequação fundiária. Quando se coloca a ATHIS no foco, Poley indica que muitas vezes a família não realiza uma reforma, não gasta mais para melhorar as condições de seu domicílio porque ela não tem a posse, porque não o terreno não é regularizado, sabe que a qualquer momento pode perder aquele imóvel. Na apresentação feita durante o evento da Semana de Habitação, Poley ressaltou que o atual papel dos indicadores do déficit habitacional e da inadequação domiciliar é dimensionar a quantidade de moradias incapazes de atender o “direito de acesso, por parte da população, a um conjunto de serviços habitacionais que sejam, pelo menos, básicos”.

Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)



PAINEL 2

Histórico da ATHIS e as ações do CAU 2021-2023 – CAU Brasil

Daniela Sarmento e Maria Elisa Baptista

Estrutura de uma política de Athis integrada a partir do CAU

O Serviço Geológico Brasileiro estima que 4 milhões de brasileiros vivem atualmente em áreas de risco de deslizamento e alagamentos. Enquanto isso, 82% das construções no Brasil são realizadas sem a assistência técnica de profissionais de arquitetura, urbanistas ou engenheiros, segundo pesquisa CAU/Datafolha de 2022. Os dados foram apresentados pelas arquitetas e urbanistas Daniela Sarmento, 1ª Vice-presidente do CAU Brasil, professora da Universidade Regional de Blumenau e presidente nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).

“Todo debate sobre moradia digna deve partir do princípio de que habitação não é uma mercadoria, mas um direito. Esta é uma afirmação óbvia para todos nós, mas ainda é necessária”, ressaltou Maria Elisa ao iniciar a apresentação. Ela lembrou que a habitação, assim como o cuidado médico, alimentação e outros serviços sociais, está prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos e, desde 2000, na Constituição do Brasil. “A garantia de um direito depende de políticas públicas que promovam o acesso a ele, mas morar, no Brasil, para milhões de famílias, é uma via crucis individual, custeado com recursos próprios”.

Ela ressaltou que as moradias ocorrem de forma improvisada, carente de qualquer assessoria técnica, em territórios desprovidos de mínimas condições urbanísticas, e submetidos a todo tipo de violência. “Avançamos, mas a estrada é longa, e os números não nos deixam distrair. Morar é um ato universal, e por ele nos constituímos como sociedade. Os modos de morar estruturam nossa cultura, nossas prioridades, nossos relacionamentos. Organizam o território e a ele imprimem a lógica do cotidiano”, destacou ela, lembrando que 2023 marca os 60 anos do Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, que ficou conhecido como Seminário Quitandinha, evento que lançou as bases da política urbana e habitacional brasileira.

Maria Elisa destacou ainda dois outros marcos nessa luta: o Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 2001; e a Lei 11.888, de 2008, mais conhecida como Lei da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (Athis). Enquanto o estatuto reafirmou os princípios que devem reger as políticas urbanas, garantia dos direitos à terra, moradia, saneamento, gestão democrática, proteção e recuperação do patrimônio ambiental e cultural, regularização fundiária, a Lei da ATHIS reafirma o direito dos mais pobres aos serviços da arquitetura e do urbanismo.



Maria Elisa Baptista

“Todo debate sobre moradia digna deve partir desse princípio de que habitação não é uma mercadoria, ela é um direito, isso é uma afirmação óbvia para todos nós, mas ela ainda é necessária”

Daniela, por sua vez, destacou o histórico de ações do CAU para promover a ATHIS e os exemplos e as iniciativas da ATHIS desenvolvidas por meio dos escritórios técnicos. “Existem várias possibilidades de se aplicar a ATHIS, mas a constituição dos escritórios técnicos é uma realidade em alguns municípios, e vemos que já é um começo da aplicação dessas políticas”, comentou. Levantamento feito pela assessoria do CAU/BR mostrou algumas experiências nesse sentido, algumas delas ativas desde antes da Lei de ATHIS, com o escritório de Salvador, e outras que tiveram uma atuação durante um período específico, mas que infelizmente foi descontinuada, como o caso de Conde (PB). Além destes, foram citados os casos de Brasília (DF), Juíz de Fora (MG), Maringá (PR), Rio Branco do Sul (SC) e São Leopoldo (RS).

Gráfico 1 – Municípios com escritórios técnicos em funcionamento



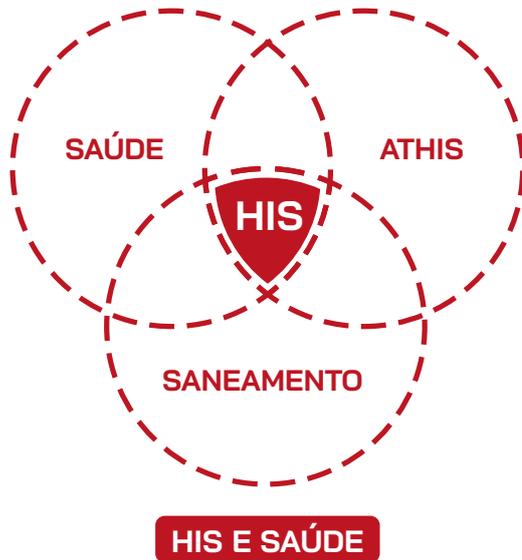
“Isso significa que são prefeituras que tem, dentro da sua estrutura, um escritório técnico dedicado a discutir essa política. Temos muito a aprender com esses municípios, mas ainda são poucos e temos que acelerar este processo. Há um desafio colocado que é ampliar esta discussão com as prefeituras do Brasil”. Segundo ela, o papel do Conselho de Arquitetura e Urbanismo é atuar como articulador para “criar essas pontes, aproximando todas essas instituições, e por conta desse movimento, garantir e ampliar esse acesso e a universalização, além de impactar a partir da política pública, a vida dessas pessoas, e da sociedade”.

A ATHIS, mostrou Daniela, trabalha em favor de, pelo menos, seis Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que considera moradia digna quando há condições de habitabilidade, acessibilidade, localização, adequação cultural, economia, disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura. Nesse contexto, segundo ela, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo tem três papéis: articulação com os agentes envolvidos no tema; valorização profissional dos arquitetos e urbanistas; e responsabilidade social.

“Se 82% da população não acessa a arquitetura, nós precisamos entender onde estão os profissionais de arquitetura e urbanismo. Somos mais de 220 mil no Brasil e estamos atendendo a uma minoria. Há também uma reflexão necessária para a mudança de cultura dentro da própria arquitetura para se fazer acessar esse universo e reforçar a responsabilidade social da nossa profissão”. Resolver a questão da moradia, comple-

mentou, ajuda a resolver questões na área de saúde. “Entender a habitação de interesse social, articulada com a saúde e o saneamento, tem um impacto econômico. Cada dólar investido em ação de política de saneamento gera uma economia de 4,30 dólares no gasto de saúde”, disse, apontando dados da Organização Mundial da Saúde.

Gráfico 2 – Investimento em saneamento básico reduz despesas com saúde



A cada **US\$ 1,00** investido em ações pertinentes à política de saneamento básico, há uma **economia de US\$ 4,30** no gasto em saúde.

Fonte: Organização Mundial da Saúde, 2014.

Além do trabalho de articulação, Daniela diz que o CAU tem a missão promover arquitetura e urbanismo para todos, e nesse sentido, o trabalho com a ATHIS é manter essa agenda ativa e o debate atualizado. “Temos dedicado pelo menos 2% de todo o recurso do CAU para ações de ATHIS, e isso acontece em todos os estados. Alguns deles investem ainda mais que isso, como São Paulo, que vem investindo 5% de seu orçamento para este fim. Então é importante destacar que a informação mostrada aqui é o resultado dos CAU em todas as unidades da federação”. Ela lembrou que a linha de fomento do CAU para Athis, por meio de editais, foi lançada em 2015, e que diversas outras atividades foram realizadas nos últimos anos, entre os quais edições da Semana de Habitação em 2021, 2022 e 2023.

A vice-presidente destacou também as campanhas de sensibilização realizadas pelo Conselho. “Quando lançamos a campanha Mais Arquitetos, e estruturando toda a linguagem para divulgar também essa demanda da política pública da ATHIS, tivemos mais de 10 milhões de visualizações nas redes sociais, com público significativo nas periferias das grandes cidades do país. Esta campanha foi muito especial porque estabelecemos uma estratégia para falar com a sociedade e divulgar o direito à ATHIS”, citou Daniela.



IGOR MATIAS

“

Daniela Sarmento

Temos dedicado 2% de todo o recurso do CAU para ações de ATHIS, e isso acontece em todos os estados.”

DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL

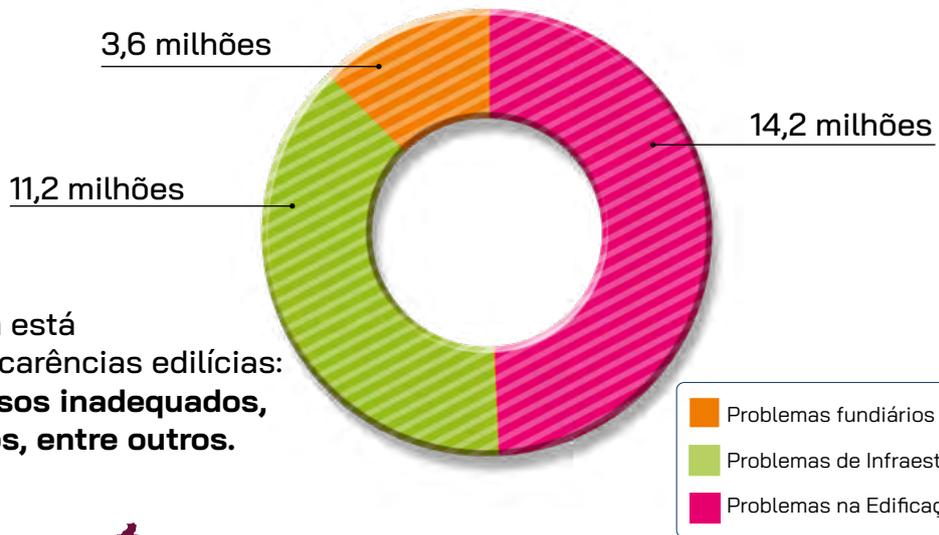
Estima-se que o déficit habitacional no Brasil seja de 5,8 milhões de domicílios.

*Dados da Fundação João Pinheiro, 2020



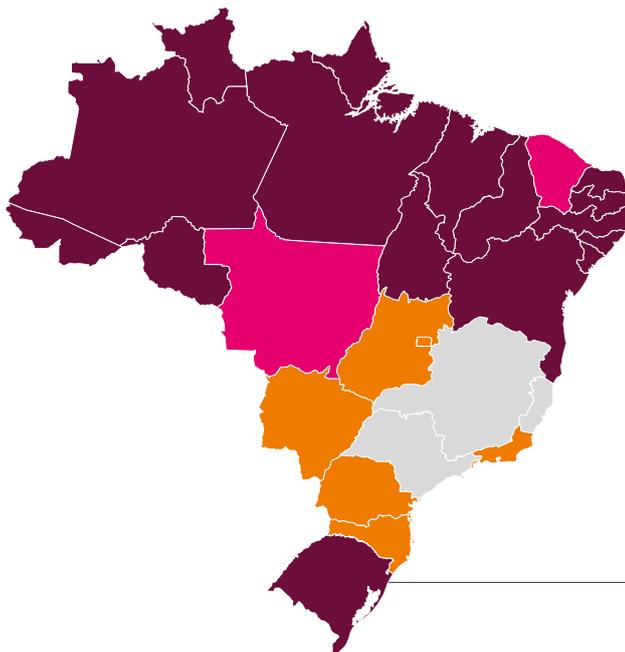
Demanda habitacional relativa (2019)*

- Até 10%
- Entre 10% e 12%
- Entre 12% e 15%
- Mais de 15%



O maior problema está concentrado nas carências edículas: **Coberturas ou pisos inadequados, falta de banheiros, entre outros.**

- Problemas fundiários
- Problemas de Infraestrutura
- Problemas na Edificação



CARÊNCIAS HABITACIONAIS

% de habitações inadequadas (2019)*

- Até 25%
- Entre 25% e 40%
- Entre 40% e 50%
- Acima de 50%

Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)



PAINEL 3

Estruturação programática da ATHIS a partir do CAU – IPEA

Cleandro Krause – IPEA

Erradicar as precariedades e inadequações de moradia pode beneficiar 13,4 milhões de famílias inscritas no CadÚnico

Há 13,4 milhões de famílias com demandas que poderiam ser acolhidas por políticas de melhorias habitacionais, conforme estudo elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) por meio de uma parceria com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). A informação foi apresentada no Painel 3 da Semana de Habitação 2023. O número equivale a 46,42% do total de unidades familiares do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do governo federal. Seriam necessários R\$ 193 bilhões para erradicar as precariedades e inadequações de moradia deste universo populacional.

Especialista em políticas públicas e reestruturação urbana, técnico do Ipea começou apresentando a metodologia adotada na pesquisa. Como não foi formulada uma política de ATHIS, foi adotada a metodologia da engenharia reversa: identificar e analisar tudo o que foi feito, com os respectivos resultados e, a partir disso, elaborar uma proposta de política pública. “A partir disso tudo, como é que a gente, se tivesse feito um programa lá no início, como a gente formularia esse programa? É essa engenharia reversa”, detalhou ele, doutor em geografia pela USP.

Foram 23 entrevistas e a análise de toda a documentação, o que permitiu identificar 154 ações dos CAUs relacionadas à ATHIS. “Sistematizando essas entrevistas, são 90 horas, 80 horas, alguma coisa assim, transcritas e sistematizadas. A partir disso, a gente fez a elaboração do modelo lógico, e uma estruturação programática. Todo esse trabalho está num relatório já entregue ao CAU”, explicou Balbim. A ideia inicial do CAU era buscar um fundo de ATHIS e a partir das experiências e “entendimentos variados no CAU sobre o que é ATHIS e a forma de abarcar ATHIS, tentamos chegar nesse lugar comum”.

O problema da ATHIS apontado pela pesquisa, segundo ele, é que são políticas públicas relacionadas a habitação e interesse social que não aderem as realidades territoriais, e não reconhecem a economia da autoprodução habitacional, contribuindo para a permanência da precariedade. “A não concepção do direito à moradia digna e da saúde do habitat, e, conseqüentemente, não valorizando simbólica e economicamente a



IGOR MATIAS

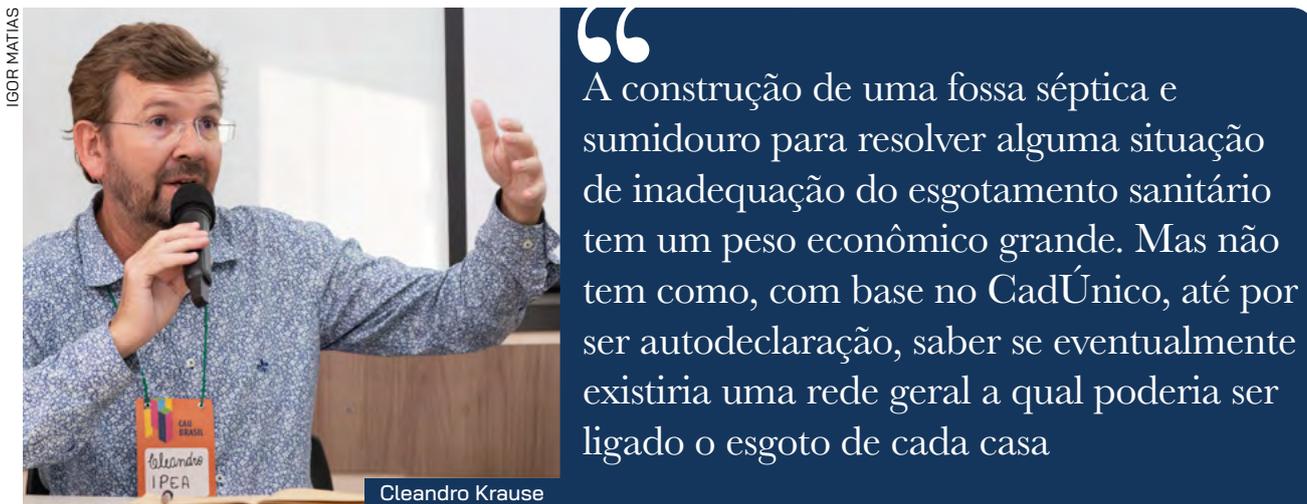
Cleandro Krause



15 anos da lei da ATHIS é um marco. Estamos no percurso da produção social de moradia. Queremos dar um salto com a política de Melhorias Habitacionais e dialogar com economia da autoprodução habitacional que nunca foi uma política efetiva no país.”

atividade profissional de arquitetura e urbanismo dedicada a ATHIS”, resumiu. Ao final foram sistematizados quatro objetivos para promover a melhoria habitacional.

Os quatro objetivos são: 1) interiorização dos profissionais que atuam nos projetos de ATHIS; 2) institucionalização de uma política pública de ATHIS democrática e participativa; 3) ação continuada e perene de melhoria das habitações; 4) conscientizar a população dos seus direitos, consolidando uma cultura técnica aderente as condições de precariedade, garantindo processos continuados de melhorias. Balbim acrescentou que o beneficiário final da ATHIS são as famílias de três salários-mínimos, previsto na lei, “mas a política para que essa legislação seja efetivada vai além disso”.



A partir das experiências que estão sendo realizadas no país, avaliou ele, são cinco públicos-alvo as políticas públicas relacionais a ATHIS: os profissionais, as comunidades em assentamentos precários, o poder público, a comunidade acadêmica e os movimentos sociais. Além disso, as ações têm impactos econômicos na economia, tanto no setor público, via investimentos, quanto no setor privado. “Queria ressaltar que existe uma outra questão importantíssima que a gente tem que criar ou fomentar essa nova economia, que é uma economia que não representa muitas vezes a nossa política, que é o chamado mercado informal, e que de informal não tem nada”.

Balbim destacou ainda que, a pesquisa identificou 116 causas e 125 consequências relacionadas às moradias sociais. “A foi criando eixos e tentando sistematizar todas essas informações. Essa era uma estrutura que tem causas, problema e consequências se você não enfrentar o problema. E a gente estruturou as causas em três grandes grupos: formação e atuação profissional, política pública e a realidade sócio territorial. Isso tudo é bastante importante para vermos a complexidade do que é uma política de melhoria”. Cleandro Krause, técnico do Ipea, acrescentou que algumas questões remotas ou estruturais podem não ser resolvidas diretamente.

Graduado em arquitetura e urbanismo, Krause, mestre e doutor em planejamento urbano e regional, afirmou que os dados do CadÚnico mostram 13,4 milhões de famílias poderiam ter acesso a moradia digna via melhorias habitacionais. “Com base nas variáveis do cadastro, pelos custos que a gente tem hoje, a gente precisaria de R\$ 193 bilhões para dar conta dessas inadequações, o que apenas para título de exemplo, o subsídio, em valores atuais do Minha Casa Minha Vida, nos seus dez anos de primeira fase, foi da ordem de R\$ 228 bilhões. É dessa ordem de grandeza que estamos falando”.

“Quando a gente olha aquele valor de R\$ 193 bilhões, é interessante ressaltar que 39% estão em reconstrução total, e aí reconstrução total não necessariamente seja a melhoria habitacional, pode também ser a produção de novas unidades, inclusive no mesmo local, mas trabalhado em algum outro programa, que não um programa de melhoria habitacional”, complementou ele. “Quando você tira a reconstrução total e olha o resto, o outro universo, e é interessante ali, que uma das questões principais para a gente definir a

reconstrução total, que é a parede em si, a qualidade da parede, quando a gente olha aqui, que seria só como efetivamente inadequado, que ela pode sustentar a parede, ela representa só 2% do valor total”.

Mais da metade do custo total está na ampliação dessas casas, seja a construção de um cômodo adicional, para resolver situações de adensamento excessivo, ou então a falta de banheiro. “A construção de uma fossa séptica e sumidouro para resolver alguma situação de inadequação do esgotamento sanitário tem um peso econômico grande. Mas não tem como, com base no CadÚnico, até por ser autodeclaração, saber se eventualmente existiria uma rede geral a qual poderia ser ligado o esgoto de cada casa. Se essa rede existe, se a família não tem condições de pagar por essa ligação ou se não existe”, ressaltou, acrescentando que, a partir dessas informações, talvez seja necessários investimentos em infraestrutura, não estimados pelo Ipea no estudo.

O valor de R\$ 193 bilhões foi estimado tomando como base os valores dos kits do Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional (REG MEL), gerido pelo Ministério das Cidades. Segundo ele, o volume financeiro é menor do que o investido pelo Governo Federal em dez anos no MCMV entre 2009 e 2019 e beneficiaria mais que o dobro das famílias: entre 2009 e 2019. O MCMV, recriado pelo governo federal em 2023, construiu 5 milhões de novas habitações.

A noção de saúde do habitat, explicou Krauze, foi uma formulação de toda a equipe envolvida no projeto, com todas as pequenas formulações que foram vindas de cada um dos CAUs nos Estados e no DF e de documentos. “Quando a gente coloca essa noção no centro do objetivo da ATHIS, ela engloba as condições edilícias, sanitárias, ambientais e paisagísticas relacionadas a moradia ou conjunto urbano, que garantam qualidade e adequação do ambiente interno e externo da casa, assegurando a dignidade de vida de seus moradores e a valorização do lugar de vida, quer dizer, esse morar que é inclusive olhado a partir da saúde do habitat”.

Entre os aprendizados assimilados até a Semana de Habitação, Balbim mencionou o reconhecimento da efetividade de experiências existentes e da economia da autoprodução. “15 anos da lei da ATHIS é um marco. Estamos no percurso da produção social de moradia. Queremos dar um salto com a política de Melhorias Habitacionais e dialogar com economia da autoprodução habitacional que nunca foi uma política efetiva no país”, disse ele. “Estamos trazendo a novidade da economia submersa não reconhecida, não explícita. Isso vai nos permitir mostrar como a casa e a cidade tem a ver com a saúde da população”, destacou a presidente do CAU/BR, Nadia Somekh.



IGOR MATIAS

Renato Balbim

“Quería ressaltar que existe uma outra questão importantíssima que a gente tem que criar ou fomentar essa nova economia, que é uma economia que não representa muitas vezes a nossa política, que é o chamado mercado informal, e que de informal não tem nada.”

Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR





conferências

Conferências sobre as experiências do CAU em ATHIS

Nesta seção, a proposta é apresentar as experiências realizadas pelo CAU e organizações sem fins lucrativos patrocinadas pelo Conselho com o objetivo de destacar os projetos, iniciativas e resultados alcançados por essas organizações, compartilhando as boas práticas e evidenciando o impacto positivo que elas têm atingido na promoção do desenvolvimento urbano sustentável, no planejamento adequado das cidades e na garantia do direito à moradia digna.

As experiências exitosas em questão podem inspirar e motivar outros participantes do evento a também se engajarem em ações similares, como também demonstrar a efetividade da alocação de recursos em Editais de Patrocínio e ações de fomento diversos. Uma mostra efetiva aos gestores públicos que é possível avançar na política habitacional. Foram separadas as experiências em 3 conferências, a primeira, focada em melhorias habitacionais, a segunda em experiências com abrangência mais ampla, ações de urbanização e de assistência técnica rural, na terceira conferência a proposta foi destacar as experiências inovadoras enquanto metodologias participativas.





CONFERÊNCIA 1

Debatendo Melhorias Habitacionais

Projeto: Casa Eco-Pantaneira

Realização: SINDARQ MS – Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas de Mato Grosso do Sul

Local da intervenção: Ladário/MS

Representante: Ivanete Carpes Ramos

Projeto Casa Eco Pantaneira deve beneficiar 30 famílias quando estiver concluído

IGOR MATIAS

Usar materiais naturais ou pré-fabricados. Evitar demolições e, quando tiver que demolir, aproveitar o entulho na construção da casa. Minimizar a área impermeabilizada e melhorar o aproveitamento do espaço, tornando-o mais funcional. Esses são os princípios do projeto Casa Eco Pantaneira, iniciativa do SINDARQ/MS (Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas de Mato Grosso do Sul) na cidade de Ladário, na margem direita do rio Paraguai, próxima de Corumbá e a 421 km de Campo Grande, capital do Estado.

O projeto fica dentro da APA de Baía Negra, uma Unidade de Conservação (UC) localizada na Rodovia Estadual MS-480, com área de quase 6 mil hectares com paisagens exuberantes e vastidão ecossistêmica. A APA Baía Negra é gerida pela Fundação de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural de Ladário-MS sendo a primeira Unidade de Conservação de Uso Sustentável no Pantanal, agregando preservação ambiental e a sobrevivência das populações tradicionais.

O recurso para esta ação é proveniente do Edital nº5/2022, promovido pelo CAU/BR. A presidente do SINDARQ/MS, Ivanete Carpes Ramos, é a porta voz do projeto. Para desenvolvimento dos trabalhos, foram selecionados, a partir de um edital apresentado pelo SINDARQ/MS, 11 profissionais de arquitetura interessados em participar da ação. Os primeiros projetos arquitetônicos foram entregues aos moradores da Área de Preservação Ambiental (APA) Baía Negra no começo de julho de 2023. "Decidimos usar materiais pré-fabri-

cados e leves para não ter muito quebra-quebra, muito entulho. Temos a preocupação de não deixar resíduos no lugar”, afirma.



Exemplo do uso da técnica pedra de mão

Também serão usadas técnicas comuns na região, como a pedra de mão, também conhecida como “ciclópica”, se baseia na utilização de grandes blocos de pedra sobrepostos e ligados entre si, sem qualquer tipo de argamassa. Com isso, segundo Iva, como ela é mais conhecida dos moradores e construtores locais, o impacto da construção sobre o meio ambiente é menor. O projeto Casa Eco Pantaneira é patrocinado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo

(CAU/BR) e tem como parceiros a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), o Ecoa (organização não governamental) e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Busca impulsionar a assistência técnica em habitação de interesse social por meio de capacitações para melhoria na condição das residências ribeirinhas.

No total, foram apresentados 37 projetos, dos quais 26 possuem Termo de Autorização do Uso Sustentável (TAUS) concedido pela SPU (Secretaria de Patrimônio da União) para construções em APAs. Há ainda, segundo ela, nove moradores sem o TAUs e projetos de unidades não-habitacionais, como comércio e áreas coletivas. Conforme o levantamento feito pelo SINDARQ/MS serão 14 reformas e dez reconstruções. “Pelo projeto, serão atendidas 30 famílias que receberão assistência técnica”, comenta.

Após a seleção dos arquitetos, como previsto no edital do SINDARQ/MS, foi feita uma pesquisa com os moradores para identificar as necessidades de cada família. Os dados apontam que 60% dos moradores são homens – o que é atípico em uma comunidade de baixa renda urbana, que geralmente apresentam predominância do público feminino - e 52% têm o ensino fundamental incompleto. Como a maioria tem mais de 50 anos, a arquiteta destacou que a acessibilidade é uma das preocupações dos projetos de melhorias. A pesquisa mostrou ainda que 64% dos moradores nunca reformaram a casa e que somente 33% dos moradores fizeram alguma intervenção desde que mora no local.

No caso daqueles que reformaram, as intervenções foram no telhado e/ou cobertura e nos cômodos com algum tipo de rachadura. “Depois parte para a instalação elétrica, hidráulica, mas geralmente o problema maior é a cobertura e rachadura nas paredes. Então, perguntamos a eles o que mais gostam na casa e a grande maioria citou



a localização. Contam que gostam de morar onde eles estão e o que mais incomoda na casa é a entrada de bichos e de insetos”, afirma ela. A área em questão é muito próxima ao Pantanal, e o ciclo climático de chuvas e seca interfere de forma significativa no dia a dia da população. A questão dos insetos é tão intensa em alguns períodos do ano, que quase todos os projetos consideram telas para mosquitos como elemento fundamental na reforma.

O problema do telhado, diz, incomoda porque a casa é muito quente ou é muito fria. Há ainda problemas com a inadequação do piso e a falta de banheiro. “Às vezes, há banheiro, mas não funciona direito, porque como a instalação hidráulica não chega. É tudo canequinho, balde... então, é muita dificuldade”. A arquiteta indica ainda que maioria das casas que serão reformadas é de alvenaria ou chapas metálicas de madeira. O que mais está comprometido são as paredes e a parte sanitária. As obras de reforma devem custar entre R\$ 30 mil e R\$ 45 mil.

Em relação ao tratamento de esgoto foi feita a proposta do tanque de evapotranspiração para a água do vaso sanitário e círculo de bananeira, usado no tratamento de águas cinzas. “Porque no Pantanal vocês sabem que tem a várzea, época do ano que o rio chega bem próximo, então teve esse cuidado de colocar lugares mais secos que não incham”, explica a arquiteta.



Iva diz que esse projeto todo foi pensado “para aproveitar o que tem lá, não impactar, sar só o lugar onde eles estão mesmo e que já está consolidado, reaproveitar material e utilizar materiais sustentáveis”. Outro ponto importante, segundo ela, foi apresentar o trabalho do arquiteto para as comunidades que moram no local. “Depois que a gente entregou (as obras), foi muito legal ver os moradores falando ‘o meu arquiteto’”, complementa.

Em paralelo, comentou Iva, o SINDARQ está em conversa com os parceiros do projeto para tentar resolver a questão do tratamento de água. “Lá é um caminhão pipa que vai colocando abastecendo as caixas de água ao longo da estrada e eles levam com baldinho para casa. Estamos conversando com as autoridades municipais para levar água tratada”.

Outro problema a ser resolvido, destaca, é a o acesso a energia elétrica, ainda precário na maioria das residências. “Das 30 famílias, 11 tem energia elétrica por meio de ‘gatos’ (ligações clandestinas) da rua ou do vizinho”. Também será necessário colocar telas de mosquito nas casas. “O que eles mais pedem é a varanda telada, mas os projetos incluem também mudança na localização da cozinha e otimização dos espaços”, explicou.

Além das pranchas com os projetos arquitetônicos das casas, os moradores também receberam maquetes físicas das propostas, para facilitar a compreensão das construções. Essas maquetes foram realizadas por acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMS que puderam, ao longo do primeiro semestre de 2023, conhecer a comunidade e discutir questões relacionadas ao exercício profissional em moradia social, arquitetura ribeirinha, regulações ambientais entre outros assuntos. Segundo Iva, dois dos projetos terão as casas construídas na forma de mutirão para demonstrar aos moradores como executar a proposta”.

Para incentivar a participação de profissionais da região edital do projeto, publicado em fevereiro de 2023, como critérios dar preferência para os candidatos residentes em Corumbá ou Ladário, que comprovassem experiência em projeto e obra de habitação de interesse social e com meios de chegar à APA Baía Negra por conta própria, de forma independente do projeto. Outros requisitos foram a graduação em Arquitetura e Urbanismo, o registro junto ao CAU e filiação ao SINDARQ/MS.

Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)

Projeto: Mãe Luiza Acessível

Realização: Centro Sócio Pastoral N. Sra. da Conceição

Local da intervenção: Rio Grande do Norte

Representante: Nilberto Gomes de Souza

IGOR MATIAS



Nilberto Gomes de Souza

“Se iniciou com o trabalho do padre Sabino Gentili, italiano que abraçou a comunidade e fez uma verdadeira revolução. A conquista mais relevante do Mãe Luísa é o Arena do Morro, um ginásio multiuso, projeto do escritório suíço Herzog & Meuron”.

O projeto Mãe Luiza Acessível tem o objetivo de promover melhoria habitacional e adequação à acessibilidade para habitações precárias no bairro de Mãe Luiza em Natal, capital do Rio Grande do Norte. O projeto é promovido por uma Organização da Sociedade Civil (OSC), o Centro Sócio Pastoral Nossa Senhora da Conceição e recebeu recursos por meio de editais do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e o do CAU/RN.

O arquiteto Nilberto Gomes de Souza explicou que os trabalhos sociais no bairro começaram há mais de 40 anos. “Se iniciou com o trabalho do padre Sabino Gentili, italiano que abraçou a comunidade e fez uma verdadeira revolução. A conquista mais relevante do Mãe Luísa é o Arena do Morro, um ginásio multiuso, projeto do escritório suíço Herzog & Meuron”, explicou Souza.



Arena do Morro

Com capacidade para 350 pessoas, a arena, que atualmente atende mais de mil pessoas, apresenta salas multiuso para aulas de dança, salas de aula, um terraço com vista para o mar, vestiários e uma quadra poliesportiva. “Eu cheguei lá em 2021. Liguei para Íon Andrade, que é médico e vice-presidente do Centro Sócio Pastoral e disse: quero fazer um trabalho de ATHIS aí. Me comprometo a ir duas tardes na semana para atender as famílias”, relembrou Souza.

Antes mesmo da reunião marcada com a diretoria da OSC, conta ele, saiu o edital do CAU/RN. “Quando fui conversar com a direto-

ria, já havia uma perspectiva de a gente fazer as melhorias e executar obras porque o edital permitia”, afirmou.

No primeiro edital, conta ele, “não havia definição de quanto iria para o arquiteto e quanto iria para a obra”, conta. As duas primeiras edições do projeto foram patrocinadas pelo CAU/RN. A terceira etapa contou com recursos do CAU/BR que permitiram a execução cerca de 20 melhorias habitacionais, segundo Souza.

“Mãe Luiza é um bairro vizinho dos bairros mais valorizados da cidade e vizinho ao mar também. Então vocês já podem ver que é o retrato perfeito da desigualdade”, explica o arquiteto. Localizada entre a Praia de Areia Preta e as dunas de Natal, a área onde fica o bairro começou a ser ocupada por retirantes da seca do Rio Grande do Norte na década de 1920. Em 1958, a comunidade da Zona Leste, batizada pela população com o nome de Mãe Luiza, foi oficializada como bairro pela Prefeitura de Natal.

Com cerca de 16 mil habitantes, 78% dos moradores da Comunidade Mãe Luiza vivem com até um salário-mínimo, conforme dados de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Um dos problemas do bairro, segundo Souza, é a questão de acessibilidade devido ao relevo do local, que fica a cerca de cinco quilômetros do centro da cidade. É um local de encostas, com grande declividade no terreno e riscos de erosão em períodos de chuva forte, segundo estudo do Serviço Geológico do Brasil.

Devido ao relevo, muitos moradores têm dificuldades em acessar suas casas por inadequação nas rampas e escadas, limitando sua condição de ir e vir. O problema da falta de acessibilidade, no entanto, não está somente no exterior das moradias, mas também no interior. Levantamento feito pelos arquitetos do projeto identificou que o maior problema de acessibilidade nas moradias estava nos banheiros, onde foi necessário propor barras de apoio, readequação de layout de banheiros com reposicionamento das peças sanitárias para maior conforto e acessibilidade dos moradores.

“Essa acessibilidade que nós fazemos, as barras, as alturas, as posições e todo o restantes obedecem às normas, mas é à la carte. Quando chegamos na casa do futuro beneficiário, a primeira pergunta que a gente faz é: “se você pudesse melhorar alguma coisa aqui na sua casa, você melhoraria o quê?”, geralmente a gente acaba no banheiro. E no banheiro o que e como? Porque depende do cuidador, de como o cuidador manipula essa pessoa. Então é realmente adaptado à pessoa”. Em áreas de interesse social, muitas vezes as regras precisam ser adaptadas, não temos como seguir a NBR 9050 à risca em alguns locais, mas podemos melhorar significativamente a condição de vida daqueles moradores.



Souza disse que cerca de 45 profissionais participam do Projeto Mãe Luiza Acessível, incluindo profissionais de arquitetura, engenharia, desenhistas, estagiários, equipe do posto de saúde local e estudantes. “As agentes comunitárias de saúde são fundamentais. Você não faz um trabalho como esse sem elas. É quem nos leva a comunidade”, explica, acrescentado que atualmente o projeto envolve cerca de 40 famílias.

O primeiro passo do trabalho, detalha Souza, é realizar um diagnóstico. “Fazemos uma primeira visita com os agentes de saúde. Eles nos levam às residências dos futuros e possíveis beneficiários. Depois da primeira aproximação, nas visitas seguintes, a equipe se divide: “um fica conversando com o beneficiário, outro vai fazer o levantamento, outro já leva uma autorização de imagens”.

Há diversas situações nas famílias visitadas: “Tem gente amputada por conta de diabetes, tem pessoas com baixa visão, tem gente cega, tem pessoas que sofreram acidente de trabalho, tem gente com paralisia cerebral e tem gente com autismo. Tem de tudo”, relata.

Com o projeto arquitetônico pronto, é necessária uma aproximação com as famílias novamente para ex-



plicar a proposta. “Como eles tinham dificuldade de entender os desenhos, os arquitetos e estudantes que participam do projeto passaram a fazer maquetes, o que facilita a visualização de como casa ficará. Nós levamos as maquetes, mostramos o layout, dizemos onde é que vai ficar o chuveiro, como é que vai ficar a cobertura e etc. e aí facilita o entendimento”, explica.

Em algumas situações, complementa, o projeto é apresentado à família beneficiário, “porque às vezes o beneficiário não tem condições de entender, não tem condições nem de conversar com a gente. Às vezes a pessoa é cega e fazemos uma maquete tátil para ela conseguir pelo menos entender, ter uma noção de como vai ficar o banheiro”.

Concluída essa etapa, continua Souza, passa-se à fase de orçamento da obra. Isso inclui fazer uma tomada de preços e convidar algumas construtoras para apresentarem uma proposta. “Essa foi uma etapa difícil porque eram dez pequenas reformas que precisavam acontecer quase que simultaneamente e o prazo, na primeira edição, era dois meses. Na segunda, já foi um pouquinho mais folgada, mas geralmente a gente tem dois meses, dois meses e meio para realizar essas dez obras”, conta.

Segundo ele, é uma situação muito específica. “Tem que ser uma pequena construtora, uma grande construtora não vai se interessar por isso. Ele tem que abrir três frentes de trabalho de uma vez só para executar cada uma dessas reformas em duas semanas, a depender do tamanho e da complexidade”.

Definida a construtora, explica Souza, a equipe do Projeto Mãe Luiza Acessível sugere que ele mescle a execução das obras por nível de complexidade. “Não vamos começar pelas mais complexas de uma vez. Pega uma mais complexa e outra mais simples, para facilitar o cumprimento dos prazos”. Em muitas casas, comenta, “falta reboco, o piso é de cimento, o telhado é precário, não tem caixa d’água, o vaso sanitário está quebrado, não tem janela, não tem porta, tem apenas batente para acessar o banheiro”. Tem casas em que é feita apenas uma rampa ou um guarda-corpo.

Terminada a reforma, é feito o encerramento. “O CAU exige divulgação, e aí a gente fez o encerramento na Arena do Morro. Convidamos todas as famílias e fizemos o lançamento de um documentário e um café. Convidamos vereadores, rádio, TV, organizações civis e todo mundo que está atuando de alguma maneira no bairro”. Já foram feitos dois documentários sobre o Projeto Mãe Luiza Acessível, um deles em fase de finalização.

Um dos filmes, o Mãe Luíza Acessível – Melhorias Habitacionais para Inclusão, dirigido pela arquiteta e cineasta Jayne Pereira, foi selecionado em 2023 para participar de dois festivais internacionais de cinema com enfoque em arquitetura e urbanismo. O filme (<https://www.youtube.com/watch?v=liUwAKDGrko>) apresenta o nascimento do projeto, os principais agentes envolvidos e o processo de desenvolvimento das ações, da seleção dos beneficiários à finalização das obras de melhoria habitacional e adequação à acessibilidade.

A partir dos resultados iniciais, afirmou Souza, foi possível obter recursos para continuar o projeto. Foi o caso de emendas orçamentárias destinadas pela vereadora Brisa Bracchi (PT). Após visita à comunidade, a parlamentar conseguiu reservar, no orçamento municipal de 2022, R\$ 100 mil para a continuidade da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) no bairro Mãe Luíza.

Segundo ele, para fortalecer o projeto, é preciso fazer reuniões também com deputados, com o secretário de Planejamento e com representantes da Companhia Habitacional do Rio Grande do Norte. “Eu quase deixo de ser arquiteto para fazer o social”.

No documentário Mãe Luíza Acessível – Melhorias Habitacionais para Inclusão, “a gente tenta mostrar um pouco da comunidade, os valores e a cultura que essa comunidade tem”, comenta. Segundo Souza, o segundo documentário vai ser Mãe Luíza Acessível, A Invenção do Impossível, patrocinado pelo CAU/BR. A repercussão obtida com os resultados do projeto será ampliada para atender também outros bairros de Natal, revelou o arquiteto.



“O projeto agora se chama Natal Inclusiva, porque do Mãe Luíza nós saímos para Vila de Ponta Negra, e da Vila de Ponta Negra nós vamos sair para outro bairro, e de outro bairro para outra cidade, aí vai ter que mudar de nome”, finalizou ele.



Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)

Projeto: Regularização Fundiária e Melhorias Habitacionais na Comunidade Terras Belas

Realização: União por Moradia Popular da Paraíba (UMP/PB)

Local da intervenção: Terras Belas (PB)

Representante: Yuri Duarte Lopes

IGOR MATIAS



Yuri Duarte Lopes

“

Passamos alguns meses na comunidade. Claro que o recorte do trabalho foi em um tempo menor, mas quem faz esse tipo de trabalho nas comunidades sabe como é difícil. Às vezes, não encontramos as pessoas em casa, outras não aparecem ou não querem se cadastrar”.

Localizada na Região Metropolitana de João Pessoa, Conde tem uma população estimada de 24.670 habitantes, segundo dados de 2019 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O arquiteto coordenador do projeto, Yuri Duarte Lopes explicou que Conde “é uma cidade que tem aldeias indígenas, comunidades quilombolas, uma região industrial bastante forte e uma costa turística com muita força”. Segundo ele, a Comunidade Terras Belas fica à beira da BR 101, na região central da cidade.

A primeira reunião com os moradores da Comunidade Terras Belas, para discutir o projeto de regularização Fundiária e Melhorias Habitacionais foi realizada em 13 de janeiro de 2022. “Essa comunidade tem quase todos os lotes ocupados. Apenas dez lotes na área da frente estão desocupados. Com exceção de uma ou duas pessoas, ninguém tem documentos, escrituras desses terrenos”, explica o arquiteto ao apresentar o projeto, também beneficiado com recursos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil por meio de edital público.

As casas estão em situação bastante precárias, tanto do ponto de vista urbanístico, devido à falta de calçamento e drenagem, quanto da estrutura da construção. O processo de regularização fundiária e melhorias habitacionais foi iniciado pela prefeitura municipal por meio do Escritório Público de Assistência Técnica. Desde o início, explicou, o trabalho foi realizado em parceria com a associação de moradores.

A situação do loteamento original sobreposto, disse Lopes, deixou clara a necessidade da regularização não só pela falta de documentação comprobatória dos terrenos, mas porque exigiam margens que haviam sido ocupadas, terrenos que receberam construções e delimitações diferentes da planta, além de áreas verdes que foram ocupadas. “Começamos pelo cadastramento social. Foi um trabalho de aproximação com a comunidade, sempre acompanhado da Companhia de Habitação do Estado da Paraíba e das assistentes sociais do movimento social e da UMP/PB (OSC patrocinada pelo CAU/BR)”.

Junto com essa equipe, que passou por um processo de capacitação, foram feitas reuniões de preparação para entender como explicar para a comunidade o projeto e como usar os formulários para preenchimento dos cadastros. “Passamos alguns meses na comunidade. Claro que o recorte do trabalho foi em um tempo menor, mas quem faz esse tipo de trabalho nas comunidades sabe como é difícil. Às vezes, não encontramos as pessoas em casa, outras não aparecem ou não querem se cadastrar”. Segundo ele, até a Semana de Habitação 2023, ainda não tinha sido possível cadastrar 100% dos beneficiários.

Após o cadastramento, acontece o levantamento físico. “Por mais que a gente tenha imagem de drone,

que tem uma resolução muito boa, em alguns locais é preciso conferir as medidas desses terrenos. Então medimos tudo, passamos para o computador para fazer o levantamento final. E aí nesse momento também contratamos um relatório de análise ambiental”. Segundo Lopes, esse relatório é necessário para avaliar se a área é passível de regularização sem maiores compensações, uma exigência da legislação de regularização fundiária.

“Fizemos as pesquisas cartoriais antes para saber quem eram os proprietários originais e qual era a matrícula para poder emitir a Certidão de Regularização Fundiária. Tendo esses dados, a gente ganha tempo quando entrar com o processo dentro da prefeitura”, explicou o arquiteto. No total, foram elaborados 62 projetos habitacionais com características diferentes.

Segundo ele, a regularização é um processo complexo e havia a preocupação de que, com a mudança na gestão da Prefeitura de Conde em 2020, o processo fosse interrompido. Apesar de adiantar a parte burocrática, Lopes contou que o projeto passou mais de um ano em análise na prefeitura. “É uma das coisas que tem atrasado bastante a nossa conclusão. Demos entrada em junho de 2022 e o processo quase não teve andamento. Como envolve recursos federais, acionamos o Ministério Público Federal em João Pessoa, que convocou a Prefeitura, e assinamos uma ata de compromissos. A partir daí o processo começou a andar”.

Antes de concluir o projeto, detalhou Lopes, foi feita uma oficina para definir as condicionantes e os parâmetros que seriam utilizados para a proposta urbanística. O objetivo, esclareceu, foi identificar o que precisava ser preservado, o que as pessoas gostavam e o que precisava ser mudado. “Foram três provocações: que bom, que tal e que pena. E aí começa a sair um monte de coisas que a gente tenta manter no projeto: um local tranquilo, sossegado, que tenha coleta de lixo, apesar das precariedades. Também apareceram coisas interessantes, como a sopa que tem toda quinta-feira, as festas comunitárias da associação. No “que pena” aparecem as precariedades: falta de parada de ônibus, de praça, um espaço para brincar”. Além disso, como a comunidade ficam à beira da rodovia BR e não tem o acesso facilitado, os moradores pediram que tivesse uma entrada agradável. “Não só uma placa, mas um portal, um ambiente mais agradável para chegar à comunidade”.

Tudo isso foi levado em conta na elaboração do projeto urbanístico. Numa das reuniões, que contou com a participação de um representante da prefeitura, disse Lopes, “levamos uma planta impressa enorme da comunidade em boa resolução para poder ir tirando dúvidas em relação às coisas que não havíamos conseguido coletar no cadastramento social”. Depois disso, o projeto básico já estava



“

Alberto Freire

Isso é muito bom, isso é uma renovação humana de vocês técnicos, arquitetos e engenheiros estarem lá. Não é fácil você chegar em uma habitação e identificar que a família não tem banheiro, que ela faz a necessidade em um balde e joga lá onde cata o lixo. É isso que a gente tem ainda no Brasil, em vários estados e que não é assistido pelos poderes públicos municipais e nem estaduais”.



Yuri Duarte Lopes



Foram três provocações: que bom, que tal e que pena. E aí começa a sair um monte de coisas que a gente tenta manter no projeto: um local tranquilo, sossegado, que tenha coleta de lixo, apesar das precariedades”.

praticamente pronto, com a indicação das áreas onde poderia, por exemplo, trabalhar uma praça e tudo que foi levantado inicialmente nas conversas com os moradores da comunidade.

Esse processo também permitiu delimitar o tamanho dos terrenos e identificar, junto com a comunidade, soluções que podem ser implementadas no processo de regularização fundiária. “A gente identifica, junto com a comunidade, casas que são difíceis de serem regularizadas e as próprias pessoas entendem isso porque é por ali onde vai passar uma rua no futuro. E aí a gente chega ao produto, que é o projeto urbanístico de regularização fundiária; basicamente um projeto de reparcelamento, um novo loteamento baseado nas condições atuais. Então, a gente já tem ali uma área destinada a um futuro equipamento público, uma área de praça, que é justamente na chegada da comunidade, onde pode ser feita alguma intervenção, algum equipamento de ajardinamento”, detalhou Lopes.

Embora a ideia inicial fosse executar as obras de cinco casas, foram feitas apenas quatro porque quando os trabalhos foram iniciados “percebemos que houve um crescimento absurdo no preço de material de construção”. Com isso, foi preciso fazer algumas adaptações nos projetos iniciais que haviam sido entregues na prefeitura. Uma das casas construídas era inicialmente um quartinho onde viviam seis pessoas da mesma família. Além de recuperar o espaço, foi feita uma ampliação na parte da frente. “

Antes da apresentação de Lopes, o coordenador da União por Moradia Popular da Paraíba, Alberto Freire, disse acreditar que esse seja o único movimento de moradia que conseguiu estar no edital do CAU/BR. “Isso é muito bom, isso é uma renovação humana de vocês técnicos, arquitetos e engenheiros estarem lá. Não é fácil você chegar em uma habitação e identificar que a família não tem banheiro, que ela faz a necessidade em um balde e joga lá onde cata o lixo. É isso que a gente tem ainda no Brasil, em vários estados e que não é assistido pelos poderes públicos municipais e nem estaduais”, afirmou.

No sistema de autogestão adotado no projeto, explicou Freire, costuma sobrar dinheiro que é usado para algum produto adicional, como uma rede ou uma geladeira. “Sobra dinheiro para você deixar mais alguma coisa como a marca do social naquela habitação de interesse social que a gente faz em nível de Brasil”, comentou, acrescentando que o movimento existe em dezoito Estados.

Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)

Projeto: Portelinha

Realização: ONG Soluções Urbanas, CAU/SE e Prefeitura de São Cristóvão
Local da intervenção: São Cristóvão (SE)
Representante: Mariana Estevão

IGOR MATIAS



Mariana Estevão

“

Esse trabalho tem um diferencial que é a construção junto com a equipe da prefeitura para se tornar uma política pública permanente de assistência técnica e melhorias habitacionais em todo o município”.

Construir uma política pública para melhorar a qualidade das habitações de famílias em situação de vulnerabilidade social na cidade de São Cristóvão, município a 22 quilômetros de Aracaju (SE). Esse é um dos objetivos do Projeto Portelinha, desenvolvido pela Organização Não-Governamental Soluções Urbanas em parceria com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Sergipe (CAU/SE) e a Prefeitura de São Cristóvão, município que foi capital do Estado até 1855. Dez moradias serão beneficiadas com obras de melhoria ao final do projeto piloto.

“Esse trabalho tem um diferencial que é a construção junto com a equipe da prefeitura para se tornar uma política pública permanente de assistência técnica e melhorias habitacionais em todo o município”, destacou Mariana Estevão, diretora da ONG Soluções Urbanas, com sede no Rio de Janeiro. Segundo ela, a colaboração entre arquitetos, assistentes sociais e empreiteiros é fundamental para o sucesso do projeto, realizado com as famílias morando dentro das casas.

O projeto piloto de ATHIS na Comunidade Portelinha, cuja parceira foi iniciada em 2022, começou com a capacitação de profissionais para enfrentar os desafios dessa iniciativa. “Nós tivemos duas etapas de capacitação; uma teórica, que foi virtual e aconteceu em dezembro do ano passado (2022); e aí em fevereiro (de 2023), fizemos a vivência que foi a parte prática com a coleta de dados das famílias para a elaboração do diagnóstico e início do processo de seleção das famílias com prioridade de atendimento”, explicou.

A equipe treinada pela ONG Soluções Urbanas foi às casas para identificar problemas e necessidades das moradias. Foram selecionadas dez residências para receber intervenções e melhorias habitacionais. As casas da Comunidade Portelinha têm características semelhantes, mas enfrentam desafios diversos: problemas de umidade, falta de ventilação e iluminação inadequada. Profissionais de arquitetura e urbanistas,



com o apoio de assistentes sociais, projetaram soluções específicas, como revestimento adequado para proteger uma criança com problemas cardíacos do frio.

Mariana explicou que o projeto está dividido em três etapas: formação dos profissionais, diagnóstico das moradias da comunidade e projetos de intervenção. Para a arquiteta, o principal aprendizado na Comunidade Portelinha é a atuação das equipes multidisciplinares desde o

início do projeto. A equipe de assistentes sociais, por exemplo, é fundamental para manter o foco nas necessidades de cada pessoa. Segundo ela, a construção de uma política pública de ATHIS passa pela união de esforços de vários profissionais e pelo diálogo com a comunidade beneficiada pelas obras.

A Comunidade Portelinha é composta por casas que foram construídas ao longo de diferentes gestões municipais, mas que estão bastante precarizadas. “Fizemos o levantamento durante uma visita, anunciada antecipadamente aos moradores, informando sobre o projeto e pedindo para as pessoas receberem os arquitetos”, contou Mariana. “Isso aconteceu em um único sábado. Mas o ideal é que seja um trabalho feito com mais tempo, mas nesse caso fazia parte de um cronograma que a gente precisava seguir. Deixamos claro que a pesquisa era para a construção de uma versão ‘piloto’ e a ideia é que as outras famílias sejam contempladas futuramente”.



O diagnóstico permitiu identificar que a Comunidade Portelinha é um território com uma área urbanizada, com exceção da infraestrutura de esgoto que ficou inacabada por uma intervenção do Estado. “O grande desafio, para mim, tem sido transferir todo esse conhecimento acumulado para uma outra realidade, transformar e, a partir do diálogo dos arquitetos com a equipe a prefeitura, adequar essa experiência de outro Estado, como adaptar uma experiência que é de uma organização social para uma política pública”, comentou Mariana, que atua na área de arquitetura social há mais de 20 anos.

Duas das três atividades previstas, explica, já foram aconteceram: a prática da ATHIS propriamente dita, que foi o diagnóstico e identificação das prioridades e devolutivas para as famílias. Falta a elaboração dos projetos arquitetônicos e o acompanhamento das obras que irão acontecer. “É um terceiro momento, uma terceira dimensão dessa experiência, que é a estruturação da política pública a partir da definição de critérios de seleção das famílias e das casas com prioridade de atendimento, mapeamento de processos da gestão municipal para viabilizar o projeto piloto”, resumiu Mariana.

A execução das obras tem previsão de início para 2024. “Tem aí um processo licitatório para acontecer depois dos projetos elaborados e o desenho final do programa. É aí o que está sendo mais interessante é esse diálogo com a prefeitura, porque essa prática é uma novidade”, explicou. A ideia que se tem de uma intervenção no território, continua, “é dentro da lógica de uma construção, que você contrata uma construtora e vai executar uma obra. E, nesse caso, a gente vai fazer obra na casa das famílias. É um desafio fazer obra dessa forma”.

Para uma prefeitura, detalha Mariana, é um desafio maior, porque precisa inclusive pensar em novas rubricas que possam fazer intervenção em uma propriedade privada sem que essa construção nova seja considerada patrimônio do município. “São questões que a gente precisa desconstruir e criar novos processos. O processo de licitação é algo que leva muito tempo. Entre as visitas feitas em fevereiro e agosto de 2023, já percebemos mudanças. Então, como que é possível acelerar esse processo para que a gente possa otimizar recursos e dar respostas mais rápidas à população? ”, questionou.

Se a ideia do município é realmente ter uma política pública de assistência técnica permanente e melhorias habitacionais, a resposta para a pergunta, disse Mariana, talvez seja pensar em um banco de materiais em que você já tenha informações disponíveis a partir da identificação das demandas prioritários do município. “Esse processo de fazer um diagnóstico mais aprofundado do município como um todo, levantar quais são as precariedades recorrentes e quais são as intervenções mais indicadas, e ter esse estoque de material para poder fluir com a execução a partir da própria equipe da prefeitura, dispensando a necessidade da licitação”.



Mariana Estevão



É importante ter esse tipo de percepção porque, se a gente pergunta para uma família qual é o problema que ela se identifica, nem sempre é o problema mais urgente porque as pessoas se acostumam com a precariedade”.

“Há todo esse processo que está sendo construído junto com a prefeitura a partir da identificação desses gargalos”, afirma. Segundo Mariana, os indicadores levantados durante o diagnóstico geraram um banco de dados com informações que foi colocada à disposição da prefeitura. “Em uma planilha, fizemos análises, definimos critérios de identificação de agrupamento das precariedades e a prefeitura se apropriou dessas informações para fazer suas análises. Nós agrupamos os problemas em três grupos: salubridade, conforto, segurança e adequação aos usos”.

Ela conta que, dentre as casas visitadas, vinte estavam em um estado de conservação ruim, com problemas de salubridade e conforto, e mais 70 ocorrências de inadequação. Em geral, a precariedade nas condições de salubridade e conforto, disse Mariana, podem ter risco alto e moderado do ponto de vista do impacto à saúde física e saúde emocional. “São inadequações que causam impacto na saúde humana, prejudicam o conforto e o bem-estar, promovem a deterioração do imóvel de forma mais lenta, mas nem por isso menos grave. Tem processos acelerados e intensificados diretamente relacionados ao padrão construtivo e ao estado de conservação da habitação”, explica.

Entendendo um pouco como é que funciona cada tipo de inadequação, complementa, “fica mais fácil pensar um planejamento e o tipo de intervenção”. No caso dos riscos de segurança, que são as instalações elétricas precárias, riscos estruturais e de queda, em geral, é o nível de risco alto, porque, segundo Mariana, ele pode gerar consequências fatais e acontecem de uma hora para outra, diferente das questões da salubridade e conforto que as pessoas acabam se acostumando. “É importante ter esse tipo de percepção porque, se a gente pergunta para uma família qual é o problema que ela se identifica, nem sempre é o problema mais urgente porque as pessoas se acostumam com a precariedade”.

No caso, em um nível de risco alto, mas que acontece em poucas casas, a prioridade foi alertar e orientar as famílias. “Outro tipo de inadequação são aqueles problemas que, por exemplo, interferem na qualidade do uso dos espaços relacionados à falta de privacidade”. Após esse mapeamento “optamos por trabalhar com as casas que tinham pior condição de salubridade e conforto associadas às questões de uso”. E os casos de segurança vão ser tratados como orientação. “Será produzida uma cartilha e a equipe da prefeitura vai orientar”, finalizou Mariana.

Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)

Projeto: Habitar Rural

Realização: Associação Escola da Cidade
Local da intervenção: São Paulo
Representante: Carolina Arruda Botelho

O Projeto Habitar Rural, iniciado no começo de 2023, tem como foco a melhoria das habitações em aldeias, quilombos e assentamentos rurais no Sudoeste Paulista, região composta por 32 municípios no Estado de São Paulo. Responsável pelo projeto, a arquiteta e urbanista Carolina Arruda Botelho, da Associação Escola da Cidade, indica que “se fala muito do quão urbanizado o Brasil é, mas quase 30 milhões de pessoas moram na zona rural, e dentro do estado mais urbanizado do Brasil, São Paulo, tem uma região muito rural, que é o Sudoeste Paulista”. Na região, que tem uma população de 606 mil moradores, segundo o censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 30% moram na zona rural. “E tem municípios onde a maioria da população mora na zona rural. Como isso tem a ver com índices históricos de subdesenvolvimento, vimos que era uma oportunidade para pensar e planejar o espaço de morar dessas pessoas”, afirmou Carolina.

Seis comunidades na região do Sudoeste Paulista são beneficiadas pelo projeto: dois quilombos, duas aldeias indígenas e dois assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Mais de 200 pessoas trabalharam no projeto, sendo 100 moradores “muito ativos” e 100 arquitetos na equipe técnica, de apoio e assistência. “Trabalhamos muito sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, em especial o objetivo 11, que fala de comunidades e cidades sustentáveis. Para cada uma das metas foi feita uma série de rodas de conversa. Três foram no interior, nas comunidades, nas aldeias, quilombos e assentamentos e outras três em espaços anfitriões na cidade de São Paulo”, contou. A arquiteta indicou que cinco princípios orientam as ações realizadas: patrimônio cultural imaterial, bioconstrução, energia, água e o tema dos alimentos. Ao longo do desenvolvimento, percebeu-se que o habitar rural é muito mais amplo que o conceito ‘simplificado’ da moradia urbana e para promover melhoria habitacional o projeto precisaria adentrar a melhoria dos espaços e compreender a forma de vida da população envolvida.

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). “É preciso preservar a identidade, a memória e a cultura dos habitantes das áreas rurais”, explica.

A bioconstrução, comenta Carolina, tem a ver com a ideia de poder “plantar a nossa própria casa e depende cada vez menos de comprar o nosso material em lojas”. Como as comunidades beneficiadas não tem recursos,



Beatrice Perracini e Carolina Botelho

Projeto em SP tem foco em habitações em aldeias, quilombolas e assentamentos

“

É preciso preservar a identidade, a memória e a cultura dos habitantes das áreas rurais”.

“quanto mais eles forem autônomos de todas as formas, melhor”.

“Energia também foi uma questão chave. Como a gente pode produzir a nossa própria energia gastando o mínimo de recurso possível e sendo o mais passível do ponto de vista ambiental. A água também, porque essas pessoas estão no campo devido a qualidade do solo e esse solo que precisa de água e nutrientes. Pensar a água foi um exercício chave. E ainda o tema dos alimentos, porque é preciso entender o que eles produziam e as formas tradicionais de se alimentar”, detalha.

Carolina explicou que foi preciso produzir uma série de cartografias para entender os dados obtidos nas reuniões com as comunidades e na pesquisa de campo. “Tem essa condição de as comunidades estarem entre a serra, a região ali dos cânions na parte sul e o conjunto de represas ao norte onde está Jumirim e a Xavante. Essas seis comunidades estão mais ou menos a 300 quilômetros da cidade de São Paulo. Cada uma delas tem uma característica diferente e era importante ter uma noção desse panorama bem diverso para entender o que era e quais são essas formas de morar no campo”, afirmou.

Segundo ela, foram feitos cinco tipos de oficinas nessas comunidades, cada uma buscando um tipo de informação e saber diferente. A primeira foi a entrevista para conhecer um pouco da história e do presente de cada uma dessas comunidades. “Depois, fizemos a ‘roda do sonho’ que foi, para nós, um dos momentos mais emocionantes. Vimos a dificuldade de um sonhar possível nessas comunidades. Era como se sonhassem alto demais, fossem se frustrar porque aquilo nunca seria tangível. Então trabalhamos esse sonhar alto sim”, ressaltou.

“Depois, entendendo essas questões que pairavam no ar, partimos para georreferenciá-las no mapa. E foi muito bonito, porque foi a primeira vez que essas comunidades viram uma foto aérea delas e puderam ali entender as distâncias entre uma coisa e outra. Viram a zona de agricultura, onde ninguém pode tocar porque é onde está o sustento”.



“Depois, entendendo essas questões que pairavam no ar, partimos para georreferenciá-las no mapa. E foi muito bonito, porque foi a primeira vez que essas comunidades viram uma foto aérea delas e puderam ali entender as distâncias entre uma coisa e outra. Viram a zona de agricultura, onde ninguém pode tocar porque é onde está o sustento”, lembra. “Vimos isso como uma coisa muito interessante. Foi a partir desses pontos no mapa que entendemos o que aconteceu no passado, o que tinha no presente e quais eram os sonhos ali para o futuro”, comentou.

Na última oficina, foi apresentado um mapa cartográfico do local onde estão as comunidades. Essa oficina, segundo Carolina, foi a “última e primeira, última desse projeto e a primeira de muitas que estão por vir agora em um desdobramento disso”. Por fim, afirmou ela, veio uma etapa mais propositiva. “É um zoneamento totalmente diferente, não é um zoneamento de uso misto, estritamente residencial tipo, um, dois, três. Não, aqui a gente falou muito das características da natureza, de criar bordaduras em volta das comunidades para se proteger do veneno que vem do vizinho; de criar corredores verdes, quintais produtivos. É todo um zoneamento com uma linguagem muito própria, construída ao longo desse projeto com esses moradores”.

“

Vimos isso como uma coisa muito interessante. Foi a partir desses pontos no mapa que entendemos o que aconteceu no passado, o que tinha no presente e quais eram os sonhos ali para o futuro”.



Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)

Projeto: Implementação do Programa ATHIS no município de Juiz de Fora

Realização: Escritório Público de Arquitetura e Engenharia da Companhia Municipal de Habitação e Inclusão Produtiva – EMCASA

Local da intervenção: Juiz de Fora (MG)

Representante: Fabrício Zanoli

IGOR MATIAS



Fabrício Zanoli

“

Produzimos parte da política de habitação, mas principalmente apontamos a executora dessa política. A implantação do escritório público foi pensada como parte da regulamentação dessa assistência. A criação deu uma base legal dentro da prefeitura para que a gente pudesse atuar no município com a assistência técnica”.

Inaugurada em maio de 2022, o Escritório Público de Arquitetura e Engenharia de Juiz de Fora (MG) foi estruturado a partir de recursos de um edital do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais (CAU/MG). O escritório, vinculado à Companhia Municipal de Habitação e Inclusão Produtiva – EMCASA, tem como objetivo a prestação de assistência técnica para melhorias habitacionais nos imóveis da população de baixa renda do município.

“A prefeitura municipal implanta esse projeto através da Secretaria de Governo com a Defesa Civil e a Secretaria de Planejamento Urbano, e a Companhia de Habitação é a executora”, explicou o diretor da empresa pública EMCASA, Fabrício Zanoli. “Produzimos parte da política de habitação, mas principalmente apontamos a executora dessa política. A implantação do escritório público foi pensada como parte da regulamentação dessa assistência. A criação deu uma base legal dentro da prefeitura para que a gente pudesse atuar no município com a assistência técnica”, explica.

Na prática, o escritório é o responsável por efetivar a ATHIS, uma das ações da política habitacional da cidade, prevista na lei municipal nº 14.272/21. A assistência técnica visa promover a redução do déficit de imóveis construídos de forma inadequada ou em situação de risco. Em Juiz de Fora, conta Zanoli, a política habitacional foi estruturada em duas vertentes: déficits qualitativos e quantitativos e assistência técnica dentro do déficit qualitativo.

“Hoje, nós temos no município a lei de regulamentação da assistência técnica. Tem também o decreto que regulamenta a assistência técnica e criou o escritório público, o que nos dá um embasamento legal para a atuação pela empresa pública. Um dos pontos principais dessa implementação foi o edital do CAU/MG. Foi um edital que nos proporcionou o projeto piloto do escritório”, detalhou. “Antes que a lei estivesse implementada, a EMCASA conseguiu executar um projeto que pudesse trazer algum subsídio para a discussão da lei que estava acontecendo e da regulamentação”.

A proposta do edital, contou Zanoli, “foi feita em conjunto com a Secretaria de Planejamento Urbano, e o objetivo da nossa proposta era implementar o escritório. Então criou-se ali, dentro do edital, a necessidade de compra de material, compra de computador e da estrutura do escritório dentro da empresa pública, mas também da execução de uma obra que foi o que a gente conseguiu dentro do valor que tinha para que fosse nosso projeto piloto”.

Foram feitos contatos com as prefeituras de Belo Horizonte, Salvador (BA) e Maricá (RJ), municípios que estavam implementando políticas de assistência técnica na área habitacional. “Foi possível conversar sobre

todas as etapas e as dificuldades que tinham e trazer isso para dentro da construção da nossa lei de assistência técnica”.

No edital, foi definida a atuação em uma das áreas de propriedade pública na região do Jardim Natal. “Optou-se por trabalhar nesse bairro por dois motivos principais: primeiro, era uma área pública, e, segundo, estava em processo de regularização fundiária há anos. E aí a ideia era selecionar, dentro dessa área, uma família que nos possibilitasse naquele momento atender com assistência técnica e regularização fundiária”, ressaltou.

Com isso, explica Zanoli, a lei de assistência técnica já estava implementada e o decreto também. Portanto, “tínhamos os critérios para selecionar essa família. Utilizamos os critérios do decreto para seleção dentro dessa área. Foi um ponto muito difícil, porque na verdade todas as famílias se enquadravam. Tivemos que fazer um filtro. E duas coisas foram fundamentais para essa definição: a parceria com os agentes de saúde, que identificaram a moradia e a família em situação de maior vulnerabilidade, bem como nosso critério de pontuação da moradia daquela família”.

“Optou-se por trabalhar nesse bairro por dois motivos principais: primeiro, era uma área pública, e, segundo, estava em processo de regularização fundiária há anos. E aí a ideia era selecionar, dentro dessa área, uma família que nos possibilitasse naquele momento atender com assistência técnica e regularização fundiária”.

A casa escolhida era pequena. “Todas lá são muito pequenas, de um andar, casas populares. A moradora, dona Célia, sofria de enfisema pulmonar e a casa tinha muita infiltração, não tinha janela e nem ventilação. Escorria água na parede”, explica Zanoli. Juiz de Fora é uma cidade muito úmida. Nossa proposta era a ampliação do quarto, a separação do quarto dela em relação ao resto da casa, criação de janelas para que pudesse fazer a ventilação cruzada, além de melhoria no sanitário e a criação de uma varanda externa”.

Infelizmente, durante o processo a dona Célia veio a falecer. “Já era um caso de muita precariedade de saúde. De certa forma, a nossa escolha foi adequada. Realmente era uma pessoa que estava precisando, mas o prazo da execução não foi suficiente”, lamentou. Segundo ele, como a filha de Célia planejava morar com a mãe, mudou-se para a casa. “E o projeto se adequa da mesma forma. É uma mãe solo, com uma filha. O fato de ter um quarto só não foi impeditivo permitindo o andamento ao projeto ainda na mesma casa e com membros da mesma família”, comentou Zanoli.

Ocorreram algumas dificuldades na forma de apresentar o projeto básico para a população. “Criamos a possibilidade de a apresentação ser em 3D ou manual, mas o mais óbvio era ir à casa e explicar de fato o que estava sendo feito: o que vai tirar de janela, onde vai construir parede”, explicou. Também houve dificuldade na aprovação do projeto

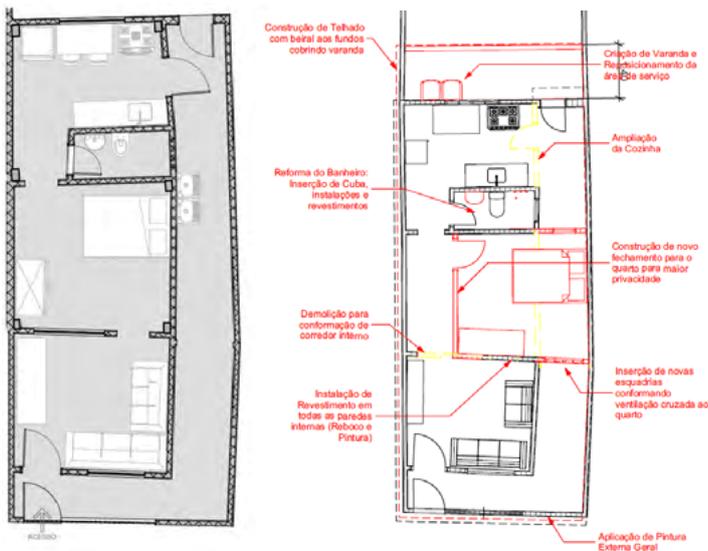
Escritório Público de Juiz de Fora

Edital CAU MG 2023

- Execução de obra de redução de risco e melhoria habitacional para famílias atendidas pela equipe de prevenção da SSPDC/PJF, assim como capacitação de estudantes com o acompanhamento do caso.
- Pré seleção: Famílias que apresentam alta vulnerabilidade social, econômica e de saúde. Em geral não conseguiram acessar o direito de auxílio moradia, por questões familiares, territoriais ou dificuldades burocráticas.
- Convide a coordenadores de curso para evento sobre ATHIS, voltado para áreas de risco, seguido de oficina de capacitação oferecida online e presencial para estudantes.
- Utilização dos projetos já desenvolvidos pelo EPATHIS



15 ANOS
Semana da Habitação 2023



dentro da prefeitura. “Apesar de ter a lei, esse foi o primeiro, os técnicos municipais não estavam preparados. O que foi bom, porque tivemos a possibilidade de discutir os tramites internos e criar possibilidades para que essa aprovação fosse feita. Hoje já temos um procedimento de aprovação”, diz ele.

Outra dificuldade, complementa Zanoli, foi na compra de material. “Por ser uma empresa pública, é preciso seguir todo o regramento de licitação. Não é simples contratar mão de obra ou comprar material. Tudo isso representou pontos de dificuldade que nos levou inclusive a pensar como executar isso no escritório público e criar, junto à Prefeitura de Juiz de Fora e à Secretaria de Planejamento, uma forma para que essas execuções possam ser feitas em massa”. Apesar de ser uma empresa pública, esclarece, não há entre os funcionários equipe de mão de obra, como pedreiros e eletricitistas, por exemplo.

Com isso, foi aberta uma discussão sobre a possibilidade de criar uma equipe mínima dentro da empresa de habitação, a EMCASA, para que se executem as obras pela própria companhia. A EMCASA seria a empresa que faria os projetos e o atendimento, o Escritório Público de Arquitetura e Engenharia, (outra empresa pública), faria a execução das obras. “A estrutura do município nos permite pensar várias possibilidades de assistência técnica e temos um governo que está alinhado com a garantia da assistência técnica”, disse.

Segundo ele, “é um conjunto de fatores que possibilita a execução e que estamos tentando trabalhar para que não seja só uma experiência, mas a implementação de fato da política habitacional”, de maneira que não fique mudando a cada nova gestão municipal. “Entendemos que só vai ser possível essa discussão com a implementação de fato da política de assistência técnica estruturada, com recursos e com o Legislativo (Câmara de Vereadores) participando”.

Além das obras da primeira casa, também foram atendidas com projetos mais 50 famílias de baixa renda, que foram divididas em três situações: famílias residentes em áreas em fase de regulamentação (20),

famílias indicadas pela Defesa Civil para atendimento (10), e o chamamento público (20), desde que as famílias atendessem aos critérios do edital para abrangência da cidade toda. “O chamamento público foi bem interessante. Das 153 famílias que se inscreveram, nós selecionamos 20 conforme os critérios do edital: com o imóvel regular ou com o documento do imóvel, pelo menos. Tinham

“Nós estamos atendendo dez casas lá dentro das 23 que estão sendo regularizadas. A ideia era atender 20 famílias, então dos 23 títulos que nós vamos entregar, 20 estão recebendo projetos de melhoria que foram desenvolvidos com recursos do CAU/MG”.



Fabrício Zanoli

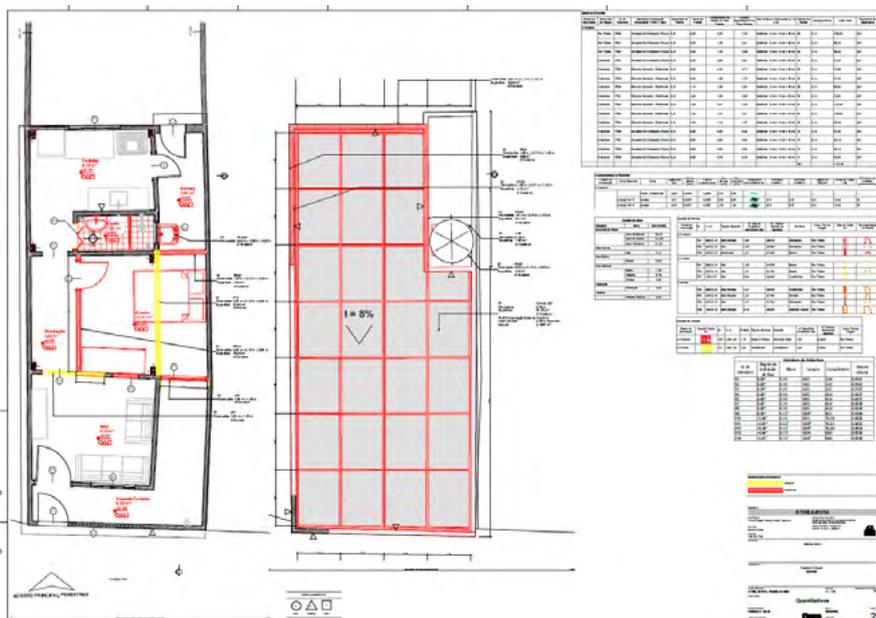
“O chamamento público foi bem interessante. Das 153 famílias que se inscreveram, nós selecionamos 20 conforme os critérios do edital: com o imóvel regular ou com o documento do imóvel, pelo menos. Tinham que ser baixa renda e não poderiam estar em área de risco”.

que ser baixa renda e não poderiam estar em área de risco”.

O edital selecionou famílias para serem contempladas com projetos arquitetônicos e complementares, desenvolvidos pelo escritório. Os projetos abrangem ações como ampliação do imóvel, reforma de telhado, instalações sanitárias, entre outras, com foco em melhorar a qualidade dos ambientes. O contrato inicial conta com investimentos de R\$ 150 mil em projetos para unidades habitacionais localizadas na Zona Especial de Interesse Social (Zeis) Vila Bejani, no Bairro Jardim Natal. A primeira lista das famílias selecionadas foi divulgada em outubro de 2022.

Além das 20 famílias selecionadas por meio do edital, foi feita uma lista de espera para o caso de surgir mais vagas. “Outras dez vagas foram indicadas pela Defesa Civil, que construiu conjuntamente a lei de assistência técnica, que prevê esses dois andamentos: a melhoria habitacional enquanto questão qualitativa e redução da salubridade, melhoria da salubridade, e a redução do risco para que impeça que essa casa chegue ao momento de interdição”. As indicações da Defesa Civil apontaram imóveis em vias de interdição por problemas estruturais graves e que, sem uma intervenção, seriam interditados.

A seleção das outras 20 famílias foi feita a partir daquelas que estavam em processo de regularização fundiária na área em que foi feito o projeto piloto com recursos do CAU/MG. “Nós estamos atendendo dez casas lá dentro das 23 que estão sendo regularizadas. A ideia era atender 20 famílias, então dos 23 títulos que nós vamos entregar, 20 estão recebendo projetos de melhoria que foram desenvolvidos com recursos



do CAU/MG”, explica Zanoli. Segundo ele, foi feita a vistoria dos imóveis e criada uma metodologia para que esse tipo de assistência técnica possa ser feito em maior escala.

“O pensamento hoje dentro da empresa pública é como montar esse escritório e estruturar para que a gente possa escalar o atendimento, atender em um volume maior do que os que a gente tem hoje”, afirma. Os 50 projetos já estão na fase de finalização e foi uma luta. É uma dificuldade danada porque o morador que você atende quer reformar a casa inteira, mas a previsão de recurso previsto não permitirá esse tipo de obra. O objetivo dessas melhorias habitacionais é pontual. É uma melhoria estratégica que vai melhorar a salubridade e a acessibilidade. Então, não vai necessariamente atingir o imóvel todo, mas uma parte dele”, ressalta. Essa explicação, de forma didática, para as famílias é fundamental.

Segundo Zanoli, os moradores das casas que recebem as melhorias recebem orientação de que a obra procurará resolver os problemas identificados dentro da política habitacional. “É uma melhoria de banheiro, a implementação da cozinha, uma melhoria de salubridade com a instalação de uma janela, por exemplo”, explica. A partir do projeto piloto na casa de “Dona Célia”, disse, “foi possível ver que o valor definido para a obra rendeu muito, porque quando a gente consegue fazer o sistema de compra pública, a licitação, você consegue reduzir o custo”.

“Nós conseguimos também uma verba parlamentar para a melhoria de cinco banheiros. É um valor muito pequeno, então não dá para implantar um banheiro. Nós vamos melhorar os que tem. E o objetivo é que essas cinco reformas de banheiro saiam dos 50 projetos do escritório público, porque a gente já está com 50 projetos prontos”, finaliza.

“

É uma melhoria de banheiro, a implementação da cozinha, uma melhoria de salubridade com a instalação de uma janela, por exemplo”.

Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)



CONFERÊNCIA 2

Debatendo REURB, ATHIS rural e outras abordagens urbanas

Projeto: Entre o parque e a favela

Realização: Associação de Moradores do Bairro da Coréia de Mesquita (RJ)

Local da intervenção: Rio de Janeiro

Representante: Samara Freitas e Lorryne Calheiros

Entre o parque e a favela

IGOR MATIAS



Samara Freitas e Lorryne Calheiros

“

É uma região que foi afetada também fortemente com as chuvas de abril de 2022, levando inclusive o município de Mesquita a declarar estado de emergência”.

O projeto Entre o Parque e a Favela, da Associação de Moradores do Bairro da Coréia em Mesquita/RJ, desenvolve ações para reconhecer o território, levantar e estudar soluções arquitetônicas e urbanísticas para as residências de interesse social que estão ao longo da Estrada da Cachoeira, que conecta a Avenida Brasil ao Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMN/RJ).

A organização acontece por meio da Universidade Estácio de Sá, com os núcleos de estudo da pesquisa e paisagem, do Cool Bo Escritório de Arquitetura, a Prefeitura de Mesquita, o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Segundo a arquiteta e urbanista Samara Freitas, o projeto conta ainda com o apoio do Vox Atelier Escritório de Arquitetura e da Escola de Teatro Popular (ETP). A iniciativa foi viabilizada com apoio financeiro do CAU/BR por meio do edital de fomento em ATHIS nº 06/2022.

“É uma região que foi afetada também fortemente com as chuvas de abril de 2022, levando inclusive o município de Mesquita a declarar estado de emergência”, contou Samara. A responsável técnica é Marlize Santos de Aguiar, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estácio de Sá.

O bairro está situado no limite entre o maciço do parque natural e o rio Dona

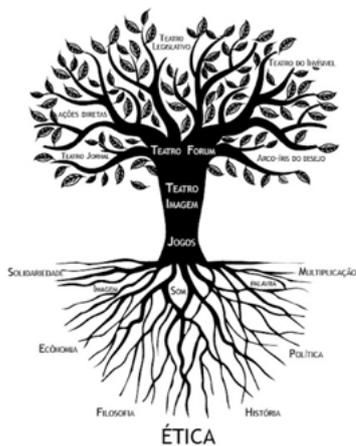


Eugênia. O acesso para o parque natural passa por dentro da comunidade de Coreia. “É um bairro consolidado já há décadas, porém o que acontece? Eles não têm a titulação. E Mesquita, por ser um município menor, o IBGE faz o censo total, pela cidade e não bairro a bairro. Eles não têm oficialmente a quantidade de habitantes nesse bairro, mas estamos falando de uma população de aproximadamente 7500 pessoas não temos lotes oficialmente cadastrados”, disse Samara.

Na região, disse Samara, “não existe um plano de prevenção, mitigação de riscos ou de planejamento de ocupação urbana para aquela área”. Segundo ela, a Coreia nunca recebeu nenhum tipo de ação, seja de ATHIS ou de qualquer cunho de suporte técnico, exceto pela Secretaria de Infraestrutura, que vai lá para pavimentar ou para passar a iluminação.

Como é um projeto piloto, a forma de aproximação foi uma das primeiras questões. Para isso foram realizadas oficinas comunitárias. “Uma das perguntas iniciais da associação foi: por que nós podemos ter a estrutura? Por que nós estamos aqui há mais de cinco anos e não temos documento da nossa casa? E por que eu não tenho água? Por que eu não tenho drenagem na rua?”, contou Samara.

AÇÕES EM ATHIS DO CAU BRASIL



Como complemento da metodologia, estamos adotando a técnica do Teatro do Oprimido criado por Augusto Boal na década de 1960, cuja ideia é transformar o público em um sujeito ativo que apresentará sua obra.

MARCELO SALDANHA. TECNOLOGIA DO BLOGGERS. DISPONÍVEL EM: [HTTP://SKETCHNERD.BLOGSPOT.COM/2016/02/ARVORE-DO-TEATRO-DO-OPRIMIDO.HTML](http://sketchnerd.blogspot.com/2016/02/arvore-do-teatro-do-oprimido.html), ACESSO EM: 01/08/2022.



Imagens primeira oficina do teatro



Essa metodologia foi complementada com o Teatro do Oprimido, criado pelo dramaturgo Augusto Boal na década de 1960, explicou Lorraine Calheiros, arquiteta e representante da associação de moradores da Coreia de Mesquita. “A ideia é transformar a comunidade e apresentar essa obra que a gente vem trazendo de uma forma mais lúdica”, afirma. A primeira oficina foi realizada (em maio de 2023) em uma praça pública, bem conhecida na região. Usamos a técnica do Teatro do Oprimido para gerar interação”, comentou ela.

“Não teve nada relacionada a ATHIS, então era uma novidade, e tentar um meio que fosse mais leve possível que fazia eles entenderem o que estava acontecendo. Já no segundo encontro, como a gente veio trazendo uma oficina já direto na associação dos moradores, foi uma outra proposta. A ideia era pensar como seria as vivências das pessoas. Demarcamos as vivências de cada um, tentando construir um mapa afetivo. Inicialmente, a ideia era trazer esse senso de comunidade, de conjunto”, relembra Lorraine.

Em cada encontro foi trabalhada uma cartografia, disse Samara. “Essa cartografia foi crescendo ao longo dos encontros, mas os oficinairos começaram a ir marcando onde as pessoas moram, onde trabalham, para onde vai. Isso tudo começou a dar um diagnóstico da rotina dos moradores. Dependendo de quem estava falando, a questão principal era diferente”. O caso da iluminação pública, por exemplo, não parecia um problema para os homens em geral. “Já as mulheres acabavam manifestando que em alguns horários e em alguns dias, elas se sentiam inseguras”.

Outra questão marcante, afirmou, é o transporte. “Vários moradores não trabalham na Coreia e não tem

transporte municipal que passe pelo bairro. O que isso acarreta? Na situação de que, às vezes, a pessoa tem que sair quatro e meia, cinco horas da manhã para pegar o transporte, e para isso tem que andar cerca de 1 km e pouco até o ponto. É longe e tem a questão da insegurança da área também”, disse Samara.



Os problemas do bairro continuaram na pauta do terceiro encontro. “A partir da primeira oficina, que trazia quem eram e onde moravam, fizemos um levantamento a partir de cinco temas do urbanismo: habitação, mobilidade, meio ambiente, desenvolvimento econômico e equipamentos públicos” acrescentou Lorraine.

Também foram feitas cinco práticas sociais voltadas a esporte, lazer, exercício físico junto com o parque municipal, culturas, festas, rodas de capoeiras e “tudo que a gente pudesse colocar ali no entorno”, ressaltou Lorraine. Depois, foram discutidos temas da área econômica, “feiras, comércios que poderiam ser colocados ali na estrada do parque de forma que fosse mais produtiva e que eles não tivessem tanto desgaste e mobilidade para trabalhar”, disse a representante da associação de moradores.

A última oficina, afirmou Lorraine, foi realizada “para pensar novamente nesse mapa imaginário, que seria um breve debate com os moradores para trabalhar o mapa territorial, e a gente veio finalizando essa cartografia afetiva com os aspectos do cotidiano, relacionando com o meio ambiente e com os direitos humanos. Então a gente foi finalizando todo esse projeto junto com eles, de forma participativa”.



Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)

**Projeto: Abordagem Sistêmica e Participativa:
estudos técnicos transdisciplinares para Reurb-S nas Ocupações**

Realização: Associação Veracidade

Local da intervenção: São Paulo

Representante: Daniela Baptista e Guilherme Zaratine

“

Na época, em 2017, a gente começou a se juntar para tentar articular um grupo de assessoria técnica, e veio até a universidade no mesmo período uma demanda de uma dessas ocupações”.



Guilherme Zaratine e Daniela Baptista

IGOR MATIAS

Abordagem sistêmica e participativa, estudos técnicos transdisciplinares para a REURB-S nas ocupações

Busca de moradias para fins de prevenção e mitigação de riscos socioambientais e recuperação de áreas degradadas na bacia hidrográfica do córrego Monjolinho - em São Carlos interior de São Paulo. Esses são os principais objetivos do projeto desenvolvido pela arquiteta Daniela Baptista, coordenadora da Associação Veracidade, e pelo arquiteto urbanista Guilherme Neli Zaratine, da Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social – ATHIS, Maitá.

Em apresentação realizada durante a Semana de Habitação 2023, eles detalharam a produção de laudos técnicos que colaboram com o poder público municipal na regularização fundiária de dois núcleos urbanos informais, oferecendo suporte técnica para a busca ao direito à moradia digna para as famílias que vivem nas Ocupações Em Busca de Um Sonho e Em Busca por Moradia, em São Carlos (SP).

No início da apresentação, Daniela explicou que a Associação Veracidade é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) fundada em 2012, que iniciou os trabalhos com objetivo de divulgar práticas da permacultura, sistema de planejamento e de assentamentos humanos sustentáveis e agroecologia, mas atualmente possui uma gama maior de projetos, com educação ambiental crítica, mobilização social, adaptação de propriedades rurais para estrutura de saneamento, até a mobilização comunitária.

Um dos maiores projetos realizados pela Veracidade, feito com mobilização comunitária, foi o “Mude-se”, que era da fundação do Banco do Brasil. “Eles estavam fazendo um trabalho complementar ao pós-ocupação dentro do Minha Casa Minha Vida, isso foi no início de 2017, e a Veracidade foi uma das instituições credenciadas para fazer esse trabalho”, contou Daniela. “A gente fez em Rio Branco, no Acre, em dois empreendimentos, e em três no interior de São Paulo: Taubaté, Rio Claro e Registro.”

Segundo ela, foi nessa época que a Veracidade também foi contratada para iniciar uma proposta de projeto de ATHIS. “Foi o primeiro edital em que a gente foi contemplado com o CAU-SP, que foi o plano popular do banhado em São José dos Campos”, lembrou a arquiteta. “Desde então, a gente tem participado junto com a Maitá - na época, Pitá - desses projetos em ATHIS.”

Durante a apresentação para o CAU Brasil, Guilherme Zaratine explicou que a Maitá é uma assessoria técnica criada por estudantes do Instituto de Arquitetura da Universidade de São Paulo (IAU-USP), campus de São Carlos. “Na época, em 2017, a gente começou a se juntar para tentar articular um grupo de assessoria técnica, e veio até a universidade no mesmo período uma demanda de uma dessas ocupações”, contou Guilherme.

“Mais tarde, para buscar recursos, a gente fez a parceria com a Veracidade também na ideia da complementação dos trabalhos a partir da expertise”, lembrou. Segundo ele, além dos editais do CAU, que têm sido a principal oportunidade trabalho, a Maitá faz levantamentos com drones, inclusive em parceria com outras assessorias. “É um levantamento que tem uma precisão técnica interessante, uma velocidade de processamento das imagens e a gente vem desenvolvendo também essa metodologia dos levantamentos nas áreas de interesse das assessorias”, explicou.

Especificamente sobre os projetos em São Carlos, Guilherme iniciou a apresentação fazendo um retrocesso sobre a urbanização da cidade do interior paulista. “A cidade começou a ocupação do território pelo centro na década de 1940. A partir da década de 1980, teve início a proliferação de loteamentos”, explicou, mostrando no mapa da cidade a localização das ocupações “Em Busca de Um Sonho” e “Em Busca por Moradia”.



Segundo ele, as ocupações foram feitas em um solo frágil, inadequado para o assentamento. A área isolada, distante da mancha urbana do restante da cidade, também representou problemas para a mobilidade. “O que acontece é que tem somente dois acessos para essa área da cidade, que concentra praticamente 30 por cento dos moradores.”

“A área é chamada de Grande Cidade Aracy, localizada em um dos bairros das duas ocupações”, informou Daniela, lembrando que as duas comunidades têm em torno de 100 famílias cada. “A ocupação Em Busca de Moradia começou em 2013 com umas 40 pessoas, passou por uma remoção e, desde 2016, as famílias estão reocupando a área. Em 2020, iniciou o processo de urbanização,” relatou.

De acordo Daniela, a ocupação Em Busca de Um Sonho está um passo à frente na urbanização. “A ocupação Em Busca de Um Sonho começou em 2016. Já em 2017, quando estava se estruturando, procurou assessoria técnica e o movimento dos trabalhadores sem teto, o MTST”.

Segundo ela, a ocupação Em Busca de Uma Moradia é uma ocupação mais recente. “Se iniciou na pandemia, a partir do aumento da vulnerabilidade das famílias que já não podiam arcar com os custos de moradia e foram para essa ocupação. A princípio, em uma área particular que passou por uma primeira remoção, e agora estão em uma área institucional.”



Para demonstrar a dificuldade de trabalho nas ocupações, Daniela exibiu dois filmes aos participantes da Semana de Habitação 2023. O primeiro, “O Que É Uma Ocupação”, traz a fala dos moradores e moradoras e foi produzido dentro do projeto.

De acordo com Guilherme, o projeto tem demonstrado que em São Carlos é muito fácil se lotear. “O entendimento da prefeitura nessas negociações que a gente tem participado junto com os moradores, é de fazer um processo de REURB, chegando até a titulação dos lotes,” diz. Segundo ele, o projeto vai no sentido de uma regularização fundiária plena, que chegue até as unidades habitacionais. “A ideia é garantir realmente o direito à moradia, e não um título simplesmente.”

Daniela explicou que os recursos destinados aos projetos estão sendo utilizados para produzir os estudos, os laudos técnicos para a REURB dos dois núcleos urbanos. “A metodologia que a gente usa são os estudos necessários conforme a lei de REURB. A gente também tem o objetivo de que todo o processo seja acompanhado pelas famílias, que elas estejam conosco em todos os momentos, em todas as reuniões com a prefeitura,” contou.



Segundo ela, esse objetivo é conseguido por meio das oficinas participativas, onde é possível levantar demandas, coletar e manter o diálogo com as famílias. “A gente tem uma equipe multidisciplinar, três profissionais da arquitetura e urbanismo, dois profissionais da área de direito, um profissional das ciências sociais, dois da área das ciências ambientais, engenheiro ambiental, engenheiro florestal e os profissionais da coordenação, coordenação administrativa e responsável técnico,” explicou.

Segundo a representante da Veracidade, eles estão terminando os estudos ambientais, jurídicos, sociais e urbanísticos. “Nos estudos ambientais a gente fez a caracterização ambiental da região, das ocupações, levantamento de árvore de áreas verdes, os processos erosivos e de assoreamento,” explicou.

Esses estudos demonstram que a ocupação Em Busca de Uma Moradia está em um lugar em que ocorre um processo de erosão bastante intenso e preocupante. Nos estudos sociais, a gente fez o levantamento socioeconômico e dos riscos e necessidades socioambientais, que também contemplou assuntos de todos os outros aspectos.” Esses levantamentos foram feitos por meio da aplicação de questionário

Estudos Ambientais	Estudos Urbanísticos
Caracterização ambiental da região Caracterização ambiental das ocupações Árvores e áreas verdes Processos erosivos e assoreamento Drenagem Urbana	Equipamentos públicos e urbanos Redes de abastecimento e saneamento Topografia e drenagem Espaços coletivos Moradias
Estudos Sociais	Estudos jurídicos
Levantamento socioeconômico e dos riscos e necessidades socioambientais	Pesquisa cartorária Requerimentos a órgãos públicos Fases da regularização

O representante da Maitá explicou que os estudos urbanísticos estão relacionando os equipamentos públicos, as redes de abastecimento, topografia e drenagem. “Nesses trabalhos, a gente descobriu que aqueles loteamentos da década de 80 não tinham equipamentos de micro e nem macrodrenagem. Então a consequência acaba vindo para o local onde as famílias dos dois projetos ocuparam”.

Os projetos contemplam ainda estudos jurídicos, pesquisa cartorária e dos requerimentos necessários para a regularização. Segundo Guilherme, foram importantes também na construção coletiva das cozinhas solidárias que surgiram durante o período da pandemia da covid-19. Também foram realizadas oficinas de estudo, formação e prática profissional em assistência técnica em habitação de interesse social.



Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)

Projeto: Plano Popular para o Futuro Melhor

Realização: Fio Assessoria Técnica Popular e Associação Futuro Melhor

Local da intervenção: São Paulo

Representantes: Elizabeth Othon de Souza e Gessyka Castelli Kanashiro de Araujo



Elizabeth de Souza e Gessyka de Araujo

Projeto Plano Popular para o Futuro Melhor – Associação Futuro Melhor e Fio Assessoria (SP)

Localizada na Zona Norte de São Paulo, a Associação Futuro Melhor foi criada em 1996 por um coletivo de mulheres que não conseguiam pagar aluguel e decidiram ocupar uma área para construir suas moradias. Atualmente são aproximadamente quatro mil famílias.

Desde 2021, um grupo de arquitetos vem ajudando a comunidade, com fomento do CAU, visando uma articulação para se criar um instrumento técnico e político para dar suporte e buscar soluções para a permanência das famílias na área sem a remoção das pessoas, conforme foi proposto pelo município com a criação de uma PPP (Parceria Público Privada) habitacional.

“Era uma proposta de PPP habitacional que seria implantada em cima da comunidade, basicamente, removendo 80% dos moradores para colocar unidades habitacionais que não caberiam para essas famílias”, contou Elizabeth Othon de Souza, arquiteta e urbanista na Fio Assessoria Técnica Popular, instituição formada em 2018 e que dá apoio à Futuro Melhor, durante apresentação realizada na Semana da Habitação 2023 do CAU - Brasil.

Segundo Gessyka Castelli Kanashiro de Araujo, primeira secretária representante da Associação Futuro Melhor que participou da apresentação, quando decidiram, em 1996, abrir um CNPJ para a Futuro Melhor, as mulheres do coletivo não sabiam que a área ocupada tinha dono. Atualmente, a área está registrada em nome do CETEP – Centro Técnico de Educação Profissional.

Entre outras atividades voltadas para a resistência e permanência das famílias na área ocupada, a Futuro Melhor e a Fio Assessoria são responsáveis pela realização de oficinas. “A gente teve que entender nessas oficinas também a questão do risco, a questão do que a gente pode ou não pode fazer, o caminho das pedras”, explicou Gessyka.



Segundo a arquiteta Elizabeth, a área da comunidade da Associação Futuro Melhor está no limite da Cantareira, ao lado de áreas que já são regularizadas. Ela destaca que as oficinas focam na questão do risco socioambiental. “Um dos eixos do trabalho de assessoria é abordar essa questão e prever

também a mitigação desse risco como um dos itens do plano, e construir o entendimento junto aos moradores de que direito à moradia pode coexistir com direito também ao meio ambiente. Não se exclui a questão ambiental da questão de direito à moradia”, explicou.

Para Gessyka, as oficinas permitiram uma articulação dos moradores da comunidade. “Surgiu toda essa articulação, que seria o centro da Associação Futuro Melhor. Um grupo de apoio, formado as pessoas que ajudam a fazer os levantamentos e a conversar com o pessoal. Veio o Centro Gaspar Garcia, que nos ajuda também nessas tomadas de decisão, principalmente no jurídico, e o administrativo contábil do BR Cidades, apoiadores e agentes de organizações locais. Foi a primeira base em que a gente teve entendimento de como começar a fazer para poder ser ouvido”, relatou.

Segundo Elizabeth, a consultoria da Fio entrou em um processo anterior. “A gente estruturou o trabalho em cinco momentos: formação, aproximação, diálogo - que aconteceu ao longo de todo o ano -, levantamentos e as bases pró-diagnóstico. A grande questão foi reunir o máximo possível de informações para elaborar o plano. A gente nunca pretendeu fazer o projeto de regularização por questão de limitação de recurso, tamanho da comunidade e por entender que era necessário esse estudo inicial para entender se há viabilidade ou não em todas as dimensões” explicou a arquiteta. “Mas o que aconteceu no fim foi que o andamento da PPP acabou pressionando um pouco as atividades. Então, tivemos que nos adequar ao tempo da prefeitura que quis começar a fazer o cadastro, as reuniões, montar um conselho gestor. A gente foi se ajustando e se apoiando nessa luta também. Então, as atividades um e cinco aconteceram meio misturadas,” disse.

Elizabeth lembrou que o levantamento socioeconômico da área não esgotou e ainda há muito trabalho a fazer. “A gente estava com quatro arquitetos, um advogado, uma assistente social; uma equipe reduzida, mas com bastante apoio dos moradores do grupo da Associação que acompanhavam a gente todo final de semana para fazer o levantamento. Foi importante essa amostra do perfil das famílias. Enquanto a gente fazia os levantamentos, ia dialogando sobre as questões, sobre o que estava acontecendo na comunidade.”

O resultado desse trabalho, segundo ela, foi a apresentação de um plano urbanístico, fundiário e sociopolítico para a área. “A gente chegou a algumas diretrizes gerais desse plano, entendendo a garantia de regularização e também que é necessário melhorar as condições ambientais para as famílias ficarem. Entendendo que a questão do risco e a sensibilidade ambiental não devem ser





Elizabeth e Gessyka

“

Com o trabalho, os moradores foram entendendo esse entendimento da regularização e da urbanização”.

argumento para a remoção total. Há outras soluções possíveis e a gente demonstra isso”, afirmou Elizabeth, ressaltando que as remoções são necessárias apenas em situações pontuais.

Segundo Gessyka, foi graças a essa mobilização que conseguiu-se tirar a PPP da área. “Foi um marco muito bom para a Associação conseguir tirar essa PPP que não ia levar a nada. A gente sabe disso. E a luta continua, como sempre.”

Entre os resultados obtidos pelos levantamentos realizados pela assessoria técnica da Fio, o perfil das famílias revelou que a maior parte dos responsáveis familiares (chefes de famílias) é predominantemente de mulheres, pretas ou pardas, com renda de um salário-mínimo ou menos. Uma grande maioria dessas mulheres mora com crianças e têm idade entre 40 e 44 anos. São famílias que estão há mais de 20 anos na área da comunidade.

Outro ponto levantado pela consultoria foi a questão do endividamento. A importância desse levantamento foi demonstrar que, se a família não tem crédito na praça, não conseguiria participar da PPP no modelo de financiamento proposto. “A gente demonstrou que é um modelo que não funciona para essa comunidade,” afirmou Elizabeth. Mas havia a necessidade de regularização da área e a questão do saneamento. “Com o trabalho, os moradores foram entendendo, assimilando ao longo do processo, esse entendimento da regularização e da urbanização também.”

Durante as oficinas, aconteceram as escutas das necessidades dos moradores que discutiram também os tipos de urbanização. “O que eu posso ter na minha viela? O que gostaria que tivesse aqui? Um poste de luz? Poderia alargar um pouco mais o beco?”. Foram discutidas ainda questões como o que é regularizável e o que não é, e as possibilidades de reassentamento.

A consultoria também trouxe para as discussões a questão do risco socioambiental da beirada do córrego, dos riscos hidrológico e tecnológico por conta de uma linha de transmissão de energia que corta a área. “Fomos estruturando alguns esquemas para dialogar com os moradores sobre essas possibilidades. Pensando alguns esquemas como: tem casa de madeira e a gente pode aproveitar ali o lote, no reassentamento dessa casa no mesmo lugar. Outra possibilidade foi trocar uma casa de madeira por um sobrado de alvenaria, pensando já em um futuro,” explicou Elizabeth.

Um outro produto da consultoria foi o Jornal do Plano Popular. “A ideia era distribuir para os moradores para falar o que estava acontecendo”, contou Elizabeth, lembrando que a proposta da consultoria sempre foi esclarecer a comunidade para dar a eles a possibilidade de realizar suas escolhas.

Segundo Gessyka, o maior desafio para a Associação ainda é fazer com que as famílias entendam por que existe a associação. “Entender o porquê da luta. A gente sempre lutou por moradia digna e a gente vai conseguir. Com certeza!”, disse.

Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)

Projeto: Plano de Mitigação Climática em Paraty

Realização: Instituto Polis

Local da intervenção: Paraty (RJ)

Representante: Lara Aguiar Cavalcante

IGOR MATIAS



Lara Cavalcante

“

A comunidade precisa ter instrumentos e compreensão do meio físico para conseguir conviver e continuar habitando um lugar que eles estão desde sempre”.

Plano de mitigação climática em Paraty (SP) – Instituto Polis

Fundado em 1987, o Pólis (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais) é uma organização da sociedade civil (OSC) de atuação nacional, constituída como associação civil sem fins lucrativos, apartidária e pluralista. Durante a Semana de Habitação 2023, a arquiteta e urbanista Lara Cavalcante apresentou o trabalho realizado pelo Pólis, em parceria com o Lab Gris, o laboratório de gestão de riscos da Universidade Federal do ABC (UFABC), na região metropolitana de São Paulo, para traçar um plano comunitário de gestão de riscos e adaptação a crise climática de Ponta Negra, em Paraty (RJ). A comunidade de Ponta Negra está localizada no estado do Rio de Janeiro, no município de Paraty na região Sul. O acesso a Ponta Negra é feito a partir do condomínio de alto padrão de Laranjeiras ou por uma trilha a partir da Praia do Sono. O trajeto de barco leva de 15 a 20 minutos.

Segundo ela, o trabalho começou após o desastre ocorrido em abril de 2022, por conta de uma chuva muito intensa, que resultou em dois desabamentos e inundação na área da comunidade caiçara de Ponta Negra. “Esse desabamento afetou sete casas. Uma delas foi completamente soterrada e as pessoas da família que estavam na casa faleceram”, relatou a arquiteta, observando que o evento trouxe a questão de se pensar a convivência com eventos climáticos extremos, considerando que vão acontecer com maior frequência em razão das questões de alteração climática.

“A comunidade precisa ter instrumentos e compreensão do meio físico para conseguir conviver e continuar habitando um lugar que eles estão desde sempre.” Ponta Negra é uma comunidade tradicional caiçara. O projeto prevê o desenvolvimento da capacidade adaptativa da comunidade e traz a importância da gestão comunitária do risco, considerando que é uma comunidade isolada.

Segundo Lara, o projeto é formado por uma equipe multidisciplinar com arquitetos urbanistas, geólogos, fotógrafo, engenheiro civil, entre outros. A comunidade de Ponta Negra tem aproximadamente 250 pessoas. A perspectiva de alcance do projeto é a elaboração do plano comunitário de gestão de risco, do plano de adaptação climática e a realização de um curso de capacitação. O curso será gratuito, online e disponível para quem quiser fazer e ter uma formação na temática do risco.

Equipe é
composta por
11 pessoas



5 arquitetos



2 geólogos



2 fotógrafos



2 comunicadores

O plano comunitário de gestão de risco e adaptação à crise climática é, de acordo com a arquiteta, a primeira etapa do projeto. “A gente está finalizando a etapa de elaborar o mapa de suscetibilidade, de quais são as áreas que são sujeitas a movimento de massa ou sujeitas a inundação”, explicou.

O objetivo é construir um mapa de risco junto com a comunidade e identificar quais são as fragilidades. “Fragilidade construtiva, famílias que tenham alguma dificuldade de locomoção. O mapa de risco é a análise do meio físico junto com a ocupação do território”, informou Lara. Segundo ela, área de risco nem sempre é uma área sujeita a movimento de massa.

De acordo com a arquiteta, na construção do plano, o mais importante é a definição da comunicação interna e externa. “Está tendo uma chuva muito forte, o que a gente faz?”. Comunicação externa é a comunicação da comunidade com a defesa civil da prefeitura de Paraty, com definição de áreas de abrigo, refúgio e das rotas de fuga para no momento de um evento climático extremo saber para onde ir.



Além do plano de gestão comunitária de risco, tem o plano de adaptação climática. “A partir do mapeamento do risco - identificação de possíveis construções que de fato tenham fragilidade construtiva, ou que estejam no caminho de uma possível movimentação de massa ou inundação -, construir junto com a comunidade as diretrizes para ordenamento territorial, diretrizes construtivas para novas moradias, para saneamento ambiental e para regularização fundiária.”

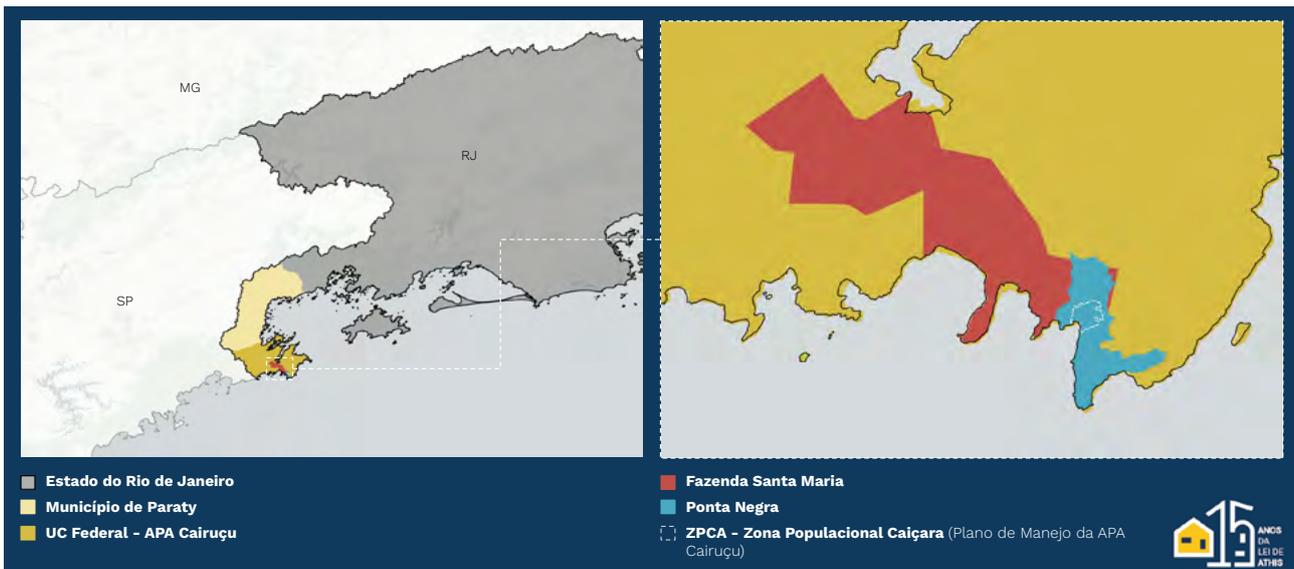
O levantamento revelou que as casas não têm nenhum tipo de concessão da área. Segundo Lara, a terceira parte do projeto será o curso online, com registro de todo o processo gravado ao longo das etapas um e dois.

Segundo a arquiteta, no início do projeto uma das principais complicações da equipe foi a comunicação. Com a chuva a comunidade ficou totalmente sem energia. “Com os sistemas parados, a comunidade não conseguia se comunicar e nem avisar a prefeitura que teve o desabamento e que precisava de algum tipo de auxílio. Essa é uma grande questão para desenvolver a capacidade adaptativa de uma comunidade que mora em certo isolamento”.

Ponta Negra está dentro da APA Cairuçu, uma Área de Preservação Ambiental (EPCA) na reserva da Joatinga. Pelo plano da APA Cairuçu, eles estão dentro da zona populacional caiçara que também está dentro do uso comunitário vinculado a essa zona populacional. Fora das EPCAs eles podem fazer o uso sustentável da área, porque é uma comunidade que sobrevive principalmente de turismo e de pesca.

Durante sua apresentação, Lara mostrou mapas, destacando as linhas de drenagem na praia e as áreas mapeadas como área de risco de movimentação de massa ou risco de inundação. Segundo ela, a elaboração da base cartográfica, realizada por um sobrevoo de drone, foi facilitada porque o ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) já tinha o mapeamento da área. Entretanto, o sobrevoo do drone foi necessário porque com o deslizamento, o terreno mudou.

Comunidade caiçara de Ponta Negra



“A gente teve que fazer uma nova base cartográfica para construir um mapa de suscetibilidade e a carta de risco. Junto com a comunidade discutia-se quais seriam os protocolos de comunicação interna, os protocolos de monitoramento do meio físico e a definição de qual é o lugar de abrigo, qual é a rota de fuga e o que precisa para garantir que esse abrigo funcione”, explicou. “Boa parte do processo da etapa um foi elaborar uma carta de risco para não remover famílias desnecessariamente, porque é uma comunidade de ocupação histórica.”



A segunda versão da carta de risco foi a carta do mapa de suscetibilidade, a partir das idas a campo e do mapeamento ativo com a comunidade. No mapa mostrado durante a sua apresentação, Lara explicou que graças ao trabalho detalhado, as áreas consideradas críticas são mínimas. “São pequenos trechos da comunidade que de fato tem a caracterização de suscetível a alto movimento de massa. A ideia é que esse mapa de suscetibilidade junto com as características das famílias da comunidade componham o mapa de risco, com uma caracterização adequada do risco”, explicou.



“A gente conseguiu os dados dos moradores com apoio do agente comunitário local de saúde, e passando em todas as casas, a gente foi identificando quais eram as maiores vulnerabilidades”, contou. Segundo ela, têm pessoas que são dependentes químicas, pessoas com dificuldade de locomoção, e algumas delas estão alocadas nas áreas de maior risco. “A construção do mapa junto com a comunidade explica como olhar para o meio físico e identificar quais alterações que indiquem que pode desabar dependendo da quantidade de chuva e identificar quem precisa ir para o abrigo”, destacou.

Na apresentação, a representante do Pólis explicou que o plano de gestão comunitária de risco é para definir quais são as ações que a comunidade tem que ter no caso de um evento extremo. “O mapa de risco vai ser impresso com lona para ficar na associação de moradores e ser apropriado pelas pessoas que moram lá, porque em um evento extremo precisam saber o que fazer: qual é a rota de fuga, quais são as pessoas que têm que se dirigir ao abrigo. Não é necessário que todo mundo vá ao abrigo ao mesmo tempo.”

Lara relatou que com o apoio do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, a equipe do projeto está construindo pluviômetros artesanais para fazer o monitoramento adequado da chuva. “Monitorar o meio físico com o olhar não é o ideal, precisa ter um instrumento que indique que a chuva é extrema, e é preciso dirigir-se ao abrigo”.

Segundo ela, foi feita uma ofi-



Oficina de construção de pluviômetros artesanais

cina para a instalação de alguns pluviômetros ao longo da área, e um ofício para o CEMADEN instalar pluviômetros semiautomáticos para fazer um controle diário capaz de identificar se a quantidade de chuva está dentro de um linear apenas de monitoramento, de alerta ou se é um alerta máximo.

“A gente espera que o plano que foi construído coletivamente seja aplicado e seja um instrumento que de fato desenvolva a capacidade adaptativa da comunidade”, afirmou a arquiteta. Segundo ela, dados de um pluviômetro instalado em Paraty demonstram que desde a década de 1990 uma chuva de 100 milímetros em 24 horas, que é uma chuva forte, acontecia uma vez a cada dez meses. “Agora, isso acontece uma vez a cada cinco meses. A frequência dos eventos extremos tem se ampliado, e é preciso instrumentalizar as pessoas para que elas consigam conviver com o risco”, lembrou.

Segundo a arquiteta do Pólis, o projeto também identificou a necessidade de garantir, além das ferramentas de monitoramento, estruturas para medidas de alerta e comunicação. “É importante pactuar quais vão ser as maneiras de comunicação, porque se faltar internet, se faltar energia, como saber qual é a hora de se deslocar ao abrigo? Ou como identificar que o pluviômetro marcou uma chuva muito intensa e as pessoas que estão na área vermelha precisam se dirigir até a área segura?”, explicou.

No projeto, foi pactuado com a comunidade que eles vão utilizar rádios para se comunicar. Também ficou definido que algumas pessoas serão responsáveis pelo monitoramento e pela tomada de decisão. O presidente da associação tem a atribuição de comunicar diretamente a defesa civil.

Lara finalizou a apresentação informando que a próxima fase do projeto será o plano de adaptação climática. Nessa etapa, o objetivo será entender qual a estrutura que precisa ser providenciada para que o abrigo para seja, de fato, funcional, e quais são as alterações necessárias nas rotas de fuga.

IGOR MATIAS



Lara Cavalcante

“

A gente espera que o plano que foi construído coletivamente seja aplicado e seja um instrumento que de fato desenvolva a capacidade adaptativa da comunidade”.

Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)

Projeto: AUTOORB-REURB Anchieta

Realização: Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais

Local da intervenção: São Paulo

Representante: Nunes Lopes do Reis

IGOR MATIAS



Nunes Lopes

“

É uma área que tem conflitos fundiários e ambientais, muitas precariedades habitacionais, urbanísticas e sociais principalmente. Esse é o contexto que a gente está enfrentando nessa comunidade”.

Mutirão é a base para melhoria em moradias da Comunidade Anchieta

As ações da Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais na ocupação conhecida como Comunidade Anchieta, no bairro do Grajaú, na zona sul de São Paulo, começaram em 2019. “Nossa parceria com a comunidade tem três anos; os dois últimos com o apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo ou do CAU Brasil”, explicou o arquiteto Nunes Lopes durante apresentação na Semana de Habitação. A comunidade fica numa área de mananciais da cidade, entre as represas Billings e Guarapiranga.

A Peabiru é uma organização sem fins lucrativos, que desde 1993 presta assessoria técnica a movimentos populares e grupos vulneráveis, no campo do direito à cidade e à moradia digna, em diversos formatos de trabalhos, viabilizados por diferentes arranjos institucionais. É formada por equipe multidisciplinar - arquitetas(os), engenheiros(as), técnicas(os) sociais -, e atua em projetos e obras de habitação popular por processos com participação social, urbanizações de favelas, planos populares e processos de regularização fundiária, lutas populares em ocupações, cortiços e outras.

“É uma área que tem conflitos fundiários e ambientais, muitas precariedades habitacionais, urbanísticas e sociais principalmente. Esse é o contexto que a gente está enfrentando nessa comunidade”, contou. “O conflito fundiário lá tem uma coisa bem interessante porque o proprietário é uma ONG também. Eles têm projetos de educação com assistente social, só que ocupam apenas uma parte do terreno, recebido de uma construtora”.

Mas como a ONG só conseguiu utilizar parte da área, em 2013, parte começou a ser ocupada por pessoas sem moradia. “Há uma associação de moradores organizada que faz uma luta por moradia há mais de dez anos”. Desde que estão no local, os moradores da comunidade já desocuparam uma parte do terreno para a construção de uma escola, preservando um córrego que passa no local. O levantamento socioeconômico feito pela Peabiru registrou 1.613 moradias, incluindo comércio e espaços institucionais.

O diagnóstico identificou o total de crianças, idosos, pessoas com deficiência e mapas de renda familiar. “Era um levantamento para demonstrar o que era meio óbvio: a maior parte da população tem uma situação de renda muito precária. A maior parte ganha entre um e dois salários-mínimos; muita pouca gente acima de dois salários-mínimos, quase ninguém chegando a três. 50% da população se declarou parda e 20% preta. Ou seja, 70% da população negra”, comentou Lopes.

Depois disso, “a gente começou a fazer de fato um negócio que chamamos de plano geral de urbanização. Estamos falando de um contexto em que não há política pública, especialmente no município de São Paulo,

mas no Brasil inteiro”, continuou. Nos últimos anos, com perspectiva de política pública praticamente nula e a população vivendo sobre uma situação de conflito fundiário, com um processo de reintegração de posse, o trabalho da Peabiru foi de apoio aos moradores.

“Um trabalho de apoiar a associação comunitária local para fazer processos de mitigação de riscos e de melhoria das condições de moradia e de urbanidade”, afirmou. Segundo ele, o projeto tem um conceito de dialogar com os moradores para fazer um processo de auto urbanização. “Por isso chama Autourb-Reurb, auto urbanização”, explicou Nunes. Mas inclui também ações de “se preparar para regularização, organizar ali o território, os domicílios, abrir espaços para vir as ruas futuramente, para vir a urbanização, de fato, no futuro”.

Ele mostrou na apresentação um levantamento planialtimétrico feito a partir da restituição da foto aérea, considerado bastante preciso e usado como base para fazer todos os projetos. “A partir desse trabalho, a gente fez um primeiro plano, que chama de plano geral de urbanização, tentando organizar as quadras para depois chegar em lotes em um projeto de parcelamento do solo a partir daquela realidade que a gente verificou lá no plano geral de urbanização”, comentou Nunes. Segundo ele, esse é um projeto para atender as famílias sem ter remoção, sem ter despejo.

É o projeto que é possível de ser executado dentro das condições da comunidade e das famílias que moram no local. “Enquanto arquiteto, chego e falo: qual seria melhor aqui? Verticalizar algumas áreas, ter mais área verde em outras, não fazer lote unifamiliar... Só que isso precisa do Estado, do poder público atuando, mas não dá para esperar que as famílias vão construir nessas condições. É um projeto bem básico, de lote unifamiliar, que a família muda em um primeiro momento para um barraco mesmo e depois vai melhorando”.

A equipe da Peabiru identificou, na comunidade, áreas com risco de alagamento, com necessidade de sistema de drenagem e moradias (barracos) que precisaram ser removidas. “A gente encontrou uma área que daria para realocar algumas famílias, colocar algumas famílias em lotes novos. Conversamos com as famílias e elas vão saindo do barraco e indo para os lotes novos, numa área em uma situação mais bem organizada, longe da situação de risco e poder construir já de alvenaria”.

Na perspectiva macro do projeto, relatou Nunes, “a gente ia lá, marcava os lotes e falava para a família: você desmonta seu barraco aqui e monta naquele espaço, aí você pode construir de alvenaria, de uma forma mais definitiva”. Além dos apoios do CAU, a Peabiru conseguiu recursos de uma ONG internacional para comprar material de construção. “A gente concedeu um projeto, um processo de mutirão com algumas das famílias que foram selecionadas para construir esse empreendimento. Na verdade, foi um dinheiro muito pequeno, muito irrisório, que deu basicamente para a gente comprar o material para fazer a estrutura da casa”.

Segundo ele, foi um apoio para a família poder se mudar para o lote. “Para isso, a família teve que entrar com a mão de obra e trabalhar no mutirão do projeto”. No começo, conta Nunes, foram 51 famílias; mas agora que o projeto está terminando, há 40 famílias no trabalho. No projeto de parcelamento, explicou, tem três tipos de lotes - todos de 60 m²: de 5 por 12, 4 por 15, e 6 por 10. “A gente marca o lote na casa da família e entrega para ela uma planta com algumas sugestões de ocupação daquele lote”, relata.

IGOR MATIAS



Nunes Lopes

“a gente começou a fazer de fato um negócio que chamamos de plano geral de urbanização. Estamos falando de um contexto em que não há política pública, especialmente no município de São Paulo, mas no Brasil inteiro”.



Nunes Lopes

“a gente ia lá, marcava os lotes e falava para a família: você desmonta seu barraco aqui e monta naquele espaço, aí você pode construir de alvenaria, de uma forma mais definitiva”.

Nos lotes de 4 por 15 e de 5 por 12, a estrutura básica tem cômodo, sala-cozinha com banheiro, tanto em uma situação como na outra. E a família pode depois ocupar o fundo. “Normalmente, é um quarto que ela faz no fundo ou a frente. A gente posiciona as janelas de uma forma que vai sendo obrigado a criar essas áreas de ventilação no miolo do lote. É um jeito também de ocupar ao máximo esse lote que é pequeno, mas com uma casa arejada, com iluminação, ventilação e tudo”. Mas nem todas as famílias seguem os projetos apresentados, comenta.

“Conforme o tempo vai passando e a gente não consegue avançar na velocidade que as famílias esperam, algumas vão desencanando e construindo de alvenaria. Teve uma que começou a fazer um prédio. E a gente já está adequando o projeto a essas situações que vão aparecendo”, explicou Nunes. Nas imagens projetadas durante a apresentação, havia moradias de madeira (barracos) e de alvenaria. “Os moradores vão desenvolvendo no tempo e no recurso que as famílias têm”.

Antes do processo de mutirão, destacou Nunes, foi feito uma seleção dos moradores para participarem de um processo de formação com pedreiros da própria ocupação. O bairro do Grajaú fica a 26 km da Praça da Sé, região central da cidade de São Paulo, e a 14 km dos principais bairros da zona sul da cidade como Santo Amaro e Jabaquara. Atualmente, possui uma população de aproximadamente 445 mil habitantes, sendo o mais populoso distrito da capital, conforme dados da Prefeitura de São Paulo.

Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)

Projeto: Programa ZEIS (ProZEIS)

Realização: Secretaria Mun. de Urb. e Hab. do Município de Maringá-PR
Local da intervenção: Maringá (PR)
Representante: Estevão Palmieri

IGOR MATIAS



Estevão Palmieri

“A Prefeitura de Maringá hoje tem sete mil famílias cadastradas no sistema. Apesar de ser uma cidade planejada, ela possui vários vazios urbanos que estão lá ociosos, não cumprindo a sua função social”.

Em Maringá, ProZeis se adequa melhor em cidades médias e grandes

O secretário de Urbanismo e Habitação de Maringá (PR), Estevão Palmieri, começou destacando que sua apresentação seria diferente de todas as anteriores, focadas em soluções de ATHIS para situações de extrema vulnerabilidade social. Criado em 2018 pela prefeitura municipal, o Programa Zonas Especiais de Interesse Social (ProZeis) se adequa melhor em cidades médias e grandes. Palmieri começou sua intervenção contextualizando a história da cidade e como o programa foi criado.

“Maringá é uma cidade jovem, com apenas 76 anos, tem pouco mais de 400 mil habitantes, e foi uma cidade que já nasceu planejada através da Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná”, relatou. Segundo ele, esse contexto já torna Maringá, localizada a 425 km da capital Curitiba, uma cidade diferente da maior parte dos municípios brasileiros.

Por ser planejada, explicou Palmieri, é uma cidade que teve logo no seu início a chegada de uma universidade estadual. “É uma cidade que tem muitos recursos vindos da parte rural. Tem bastante área agricultável, muitos serviços, e que começou a ser o polo, uma referência ali na região noroeste do estado, com políticos muito bem articulados. Então, foi uma cidade que sempre recebeu muito recurso. Com isso, se desenvolveu muito rapidamente em apenas 76 anos. Já foi a melhor cidade do Brasil para se viver por três anos consecutivos por conta dos vários indicadores. Ela se mostra uma cidade com uma qualidade de vida muito alta, e conseqüentemente o valor da terra também se eleva”, resume.

A supervalorização da terra acentua a desigualdade e impactou na implementação do programa Minha Casa, Minha Vida. “Chegamos nessa propositura desse programa por que percebemos que, por conta do plano urbanístico da cidade, no processo de parcelamento dos solos, o lote mínimo padrão é de 400 metros. Com o alto valor da terra, que exige uma alta renda per capita, as pessoas não conseguiam ter acesso ao terreno para poder construir a sua casa”, explicou.

“A gente viu, principalmente no último governo (Jair Bolsonaro, 2019-2022), o desmanche das políticas habitacionais, em que principalmente as famílias com renda até três salários-mínimos não conseguiam comprar nenhum imóvel. As pessoas acabavam sendo expulsas da cidade, o que começou a impactar nas cidades vizinhas ali, Sarandi e Paysandu, para onde os maringaenses estavam indo, porque não conseguiam fazer parte e pertencer àquele território”.

Nesse contexto, a premissa do ProZeis é o déficit habitacional. “A Prefeitura de Maringá hoje tem sete mil

famílias cadastradas no sistema. Apesar de ser uma cidade planejada, ela possui vários vazios urbanos que estão lá ociosos, não cumprindo a sua função social. Tem já uma malha urbana e uma infraestrutura com capacidade para absorver um adensamento pontual, e a construção civil também é muito forte na região. Então, o mercado tem condições de auxiliar nesse acesso”, comentou.

No meio do caminho, continua Palmieri, “a gente também se deparou com a questão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, e conseguimos pensar algumas coisas a partir dessas prerrogativas também”, disse ele, que apresentou um mapa da cidade com os vazios urbanos. “São essas manchas cinzas, esse é o perímetro urbano do município. Dá para perceber que ainda tem muitos vazios urbanos, muitas glebas, principalmente dentro do território já com todo o sistema viário, toda a infraestrutura pronta que está ali deixando de fazer cumprir essa questão da função da propriedade prevista no estatuto da cidade e plano diretor”.



Vazios urbanos

Segundo ele, quando os dados dos diferentes mapas foram cruzados foi possível identificar vários lotes que poderiam receber habitação vertical, potencializar aquele uso do solo que, pelo zoneamento comum, não poderia. “Qual é a nossa inovação? Nós nos deparamos com uma necessidade de fornecer, dar acesso, condições de acesso a moradia, mas para o município comprar um terreno, desapropriar um terreno para produzir habitação de interesse social é muito caro. Aí, nós invertemos a lógica da demarcação de áreas em Zeis”.

Por meio de um edital, “os proprietários desses lotes grandes dentro do perímetro urbano dotado de infraestrutura a apresentar uma proposta para que a prefeitura analise e veja se é viável ou não verticalizar e dar o potencial construtivo para que ele execute o empreendimento”. Por meio do edital, “o proprietário já faz um vínculo com uma incorporadora, apresenta uma proposta de projeto para uma habitação vertical de um edifício. A Secretaria de Urbanismo e Habitação criou uma comissão interna que analisa, recepciona essa proposta. A contrapartida é que ela venda para as famílias de baixa renda com a prioridade de até três salários-mínimos com no máximo seis”.

Dessa forma, explicou ele, pessoas famílias foram inseridas dentro do território já com toda infraestrutura, com acesso a todos os serviços, como escola, centro esportivo, hospital, vários equipamentos. “Com isso atendemos a demanda do acesso a moradia e incluir as pessoas na cidade com acesso a todos os serviços”. Para estimular a construção das moradias, a prefeitura concede



V. Azaléia



Para estimular a construção das moradias, a prefeitura concede

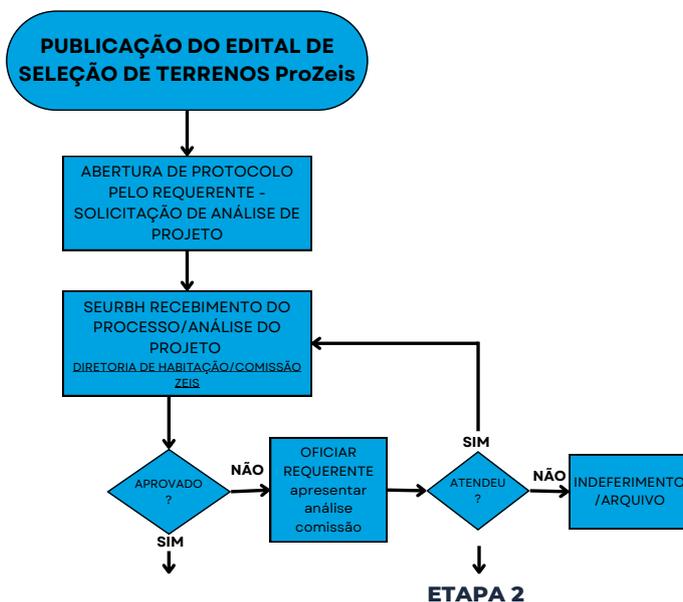
o coeficiente de aproveitamento, potencial construtivo, isenta o IPTU do lote durante as obras, isenta a incorporadora e a construtora do ISS da obra, desde que vendida para famílias de baixa renda. Também há isenção do ITBI para quem vai adquirir um imóvel no caso de família com renda de até três salários-mínimos.

Por ser uma política pública municipal, a família consegue, por meio da Caixa Econômica e do Programa Minha Casa Minha Vida o subsídio do governo federal, além do subsídio do governo do estado do Paraná, através da companhia de habitação, da Cohapar. “Nós aprovamos agora recentemente o subsídio municipal para complementar. Maringá tem um fundo municipal de habitação”, explicou. Hoje há contratos assinados de 2.732 apartamentos, dos quais cerca de 1.500 já foram adquiridos e desses 1.500, 90% são de famílias com renda até três salários-mínimos.

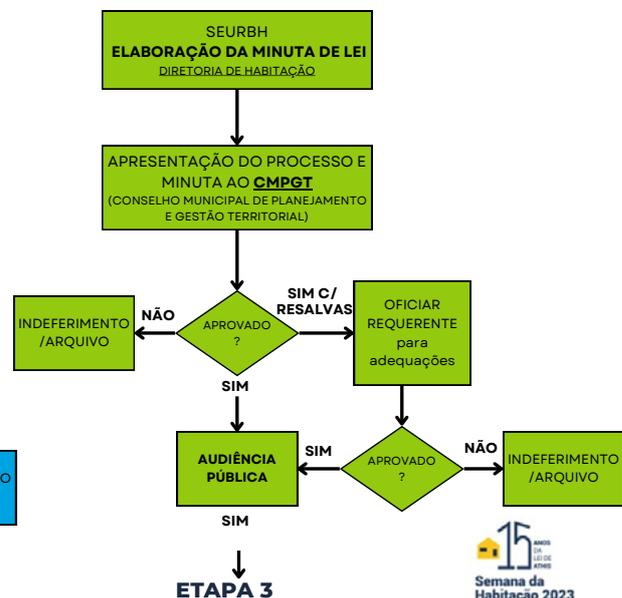
Há ainda mais uma contrapartida que são as casas residenciais para atender aquelas famílias que não conseguem acessar o apartamento. Dentro do sistema gestor da fila da habitação, “nós construímos habitação com recurso próprio através dos recursos da outorga onerosa. E as famílias em situação de maior vulnerabilidade vamos encaixando nessas casas. Para cada 1,5% das unidades construídas em apartamento, a construtora tem que doar a construção da casa para os lotes dos municípios que são os Zeis. Até agora, a gente já recebeu 47 casas”.

Há uma lei municipal, aprovada em 2019, que estabelece os critérios de seleção. Nós criamos esse sistema de seleção com as porcentagens e vamos enquadrando as famílias dentro dessas relações com acompanhamento da assistente social. São casas de 50 m² de alvenaria, telha de concreto, revestimento... “A gente já entrega com as louças, a pia, uma casa boazinha. O primeiro condomínio que foi entregue tem 164 apartamentos, 90% vendido para famílias com renda até três salários-mínimos”. O programa, premiado internacionalmente, está executando o sexto empreendimento.

ETAPA 1



ETAPA 2



Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)



CONFERÊNCIA 3

Boas Práticas em ATHIS – Metodologias Participativas

Capacitação profissional para construção civil

Realização: Panã Arquitetura Social

Local da intervenção: Distrito Federal

Representante: Ludmila de Araujo Correia

IGOR MATIAS



Ludmila Correia

“

O Sol Nascente é um local que foi sendo constituído espontaneamente por muitos processos de grilagem. Tem famílias que estão em situação de vulnerabilidade”.

Capacitação profissional para construção civil no DF

O nome “Panã” vem da palavra “panapanã” que é “borboleta” em Tupi e, em português, significa “coletivo de borboletas”. Segundo a arquiteta Ludmila de Araújo Correia, a simbologia trazida no nome remete à transformação a partir do casulo, que é a casa. “Essa transformação social que a gente acredita que parte muito desse espaço de constituição da sua casa”, explicou.

A Panã é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e atua com assistência técnica, com foco em arquitetura e urbanismo com participação multidisciplinar de arquitetos e estudantes de arquitetura e engenharia, e de assistente social, antropólogo e engenheiros.

Durante a Semana de Habitação de 2023, Ludmila apresentou os resultados de projeto de capacitação técnica desenvolvido com a população da comunidade do Sol Nascente, a maior favela do Brasil em número de domicílios, localizada no Distrito Federal. O trabalho foi resultado do edital do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) de 2022.

“O Sol Nascente é um local que foi sendo constituído espontaneamente por muitos processos de grilagem. Tem famílias que estão em situação de vulnerabilidade. O foco maior foi trabalharmos o empoderamento e fortalecimento da autogestão, porque o grupo que a gente atendeu é um grupo ligado ao MTST do DF, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, e é um grupo que tinha a intenção de se organizar para trabalhar a autogestão”, contou, lembrando que hoje a política habitacional no DF funciona basicamente para a oferta de lotes urbanizados para as famílias de vulnerabilidade, que não têm condição de construir da forma adequada.



Segundo Ludmila, o MTST-DF tem buscado alternativas de processos para trabalhar com mutirão, e o objetivo do projeto do Panã foi pensando nesse sentido.

Ludmila disse que o fato do trabalho de capacitação do Panã ser realizado dentro da comunidade também possibilitou a participação e capacitação de muitas mulheres. “São mulheres que tem poucas opções de renda por conta de dificuldade de acessar capacitação, em razão do cuidado com filhos, casa etc. Levar esse processo de capacitação para a comunidade fez com que as mulheres pudessem participar mais.” Para que isso ocorresse, foi preciso acolher as crianças. “Foi criado o espaço de ciranda das crianças, e isso realmente conseguiu amplificar a participação delas.”

Outro aspecto importante trabalhado pela Panã tem sido no auxílio às famílias que receberam lotes, mas não têm como construir e continuam vivendo em moradias improvisadas. “A gente tem um local com muita construção nessa situação. Foram lotes entregues em 2017, e até hoje, algumas famílias não conseguiram sair do madeirite. Algumas construíram da forma que conseguiram, mas outras nem isso, e outras, ainda, nem moram lá”, explicou Ludmila.

“Quando Governo do Distrito Federal (GDF) entrega o lote, pronto é só isso. Aí as famílias têm seis meses para construir, e constroem alguma coisa, mas às vezes é inabitável. Eles deixam móveis para ocupar o terreno e vão morar de aluguel, e não conseguem construir porque têm que pagar o aluguel. É um ciclo que não se fecha”, detalhou ela.

Segundo Ludmila, a metodologia da Panã busca, a partir da identificação dos profissionais da construção civil que já atuavam no local, trabalhar em processo de mutirão. “A gente teve oficinas que foram feitas pelos professores. Um professor parceiro e alunos da psicologia trabalharam a questão da organização comunitária. Trabalharam também um projeto do espaço coletivo, que foi construído coletivamente. Tem também a preocupação de trabalharmos com técnicas de bioconstrução, mas também com os sistemas convencionais, porque a gente sabe que muitas vezes a demanda vem pelo sistema convencional. Buscamos sempre trabalhar do início ao fim da obra, desde a preparação do terreno, primeira visita até a finalização da obra.”



A Panã passou a atuar com os moradores do Sol Nascente na perspectiva de capacitar, para que a comunidade pudesse continuar os processos que já estavam acontecendo de forma mais qualificada. “A questão da bioconstrução foi um desafio no início. Havia tido um mutirão há um tempo atrás de uma casa que foi construída em bioconstrução, mas a muitas mãos, centenas de pessoas em uma casa só, e não teve acompanhamento. Isso acabou fazendo com que a casa tivesse que ser demolida, o que gerou uma resistência da população local.”

Para vencer a resistência dos moradores, os arquitetos da Panã trouxeram referências, projetos, casas, construções de alto padrão, inclusive, que tinham o uso da terra. “O preconceito foi sendo desconstruído até que toparam trabalhar com o sistema de bioconstrução. Definimos que iríamos continuar com a técnica que trabalhamos em Planaltina, que era o tijolo de terra com cimento. Não trabalhamos com pau a pique, que foi utilizado nessa casa, e trabalhamos com tijolo, que era algo que eles tinham maior familiaridade porque estavam acostumados a construir com o tijolo comum”, explicou.

Antes do início das construções, a equipe da Panã realizou processos de levantamento, entrevistas e dinâmicas. “Quando a gente começou a falar sobre o espaço que precisava para cada cômodo, levamos a maquete dos móveis para entenderem quanto cabe, e o que cabe dentro de um cômodo de tal tamanho”, comentou Ludmila.

Além da capacitação em construção civil, o trabalho realizado pela Panã no Sol Nascente também focou na construção de uma de cozinha solidária. “Esse projeto das cozinhas solidárias é um projeto nacional do



MTST. No DF tem duas, sendo que uma é a do Sol Nascente, uma construção que apoiamos com o projeto, mas que foi construído por eles”, explicou Ludmila. Em relação ao edital do CAU, a previsão inicial era de que a Panã atendesse 50 pessoas no Sol Nascente. “A gente teve uma primeira turma com 66, e no meio do caminho teve a ocupação, e mil famílias foram cadastradas com a previsão de receber seus lotes”, contou a arquiteta.

Segundo ela, o MTST colocou como negociação que faria a capacitação dessa comunidade para que eles pudessem pensar a possibilidade de material, de outras formas de apoio. “A gente não tinha condição de atender as mil, mas começamos trabalhando com cinco turmas; uma no sábado de manhã e outra de tarde; e durante a semana, mais três turmas. Sou professora universitária e meus horários que não eram de aula eu estava lá. Foi uma loucura, mas conseguimos pelo menos numa visão geral da obra, atender quatrocentos e poucas pessoas, nessa segunda leva. Tivemos uma terceira leva em que selecionamos alguns e fizemos práticas que não tínhamos como fazer com grupos maiores, com práticas que cada um pudesse realmente se aproximar da execução”, contou Ludmila.

“Sobre a questão da infraestrutura, a gente trabalhava com as cirandas, em que alguém ficava à disposição para fazer acompanhamento das crianças. Quando não tinha, as crianças iam de qualquer jeito e a gente dava um jeito de garantir a segurança delas, e almoço também.” Segundo Ludmila, em algumas situações os homens estavam mais presentes em atividades que exigiam mais experiência. De acordo com ela, as mulheres se empolgavam muito em outras atividades, como esquadria e reaproveitamento de material.



Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)

Projeto: Mutirão para mitigação de risco em área atingida por escorregamento

Realização: Instituto Soma

Local da intervenção: São Paulo

Representante: Letícia Rocco Kirchner

IGOR MATIAS



Letícia Kirchner

“

Hoje em dia, acabar com o risco nas cidades é uma utopia. Então, temos a necessidade de monitorar o risco”.

Um deslizamento provocado por intensas chuvas no final de janeiro de 2022 atingiu 12 casas em Franco da Rocha, na região metropolitana de São Paulo, deixando 18 mortos e centenas de pessoas desabrigadas. Foi a partir deste desastre ambiental que o Instituto Soma desenvolveu o Mutirão São Carlos, projeto de reconstrução e mitigação de risco na área do Núcleo São Carlos e imediações, explicou a arquiteta e urbanista Letícia Rocco Kirchner, diretora-executiva e de planejamento do instituto.

A área é uma ocupação espontânea com mais de 30 anos e que tinha, na época do deslizamento, em torno de 200 domicílios. Mais do que um processo de reconstrução, o objetivo do projeto é integrar ações, trazer a mobilização social e aproveitar a oportunidade para orientar sobre monitoramento do risco, explicou Letícia durante a apresentação na Semana de Habitação. Ela destacou que o projeto conta com o apoio da prefeitura local, do governo estadual, do CAU, dos moradores e de diversas outras instituições.

“Hoje em dia, acabar com o risco nas cidades é uma utopia. Então, temos a necessidade de monitorar o risco. É importante que as comunidades comecem a compreender como se faz o monitoramento do risco, e a ATHIS tem esse poder de conseguir fortalecer esse conhecimento popular e a capacidade da população participar desse processo. Esse foi o objetivo”, reforçou Letícia. Segundo ela, a ATHIS pode estar vinculada a um amplo programa de reconstrução.

“Não só de ATHIS, mas de outras áreas. Ela pode ser uma das atividades integrantes de um processo de reconstrução onde vários atores estão envolvidos. A ATHIS tem potencial especial no sentido de atuar pela mobilização e organização comunitária, além das questões de ordem técnica”, afirmou. A ATHIS, explicou Letícia, possibilita que, além desse processo executivo da obra, de fazer a contenção, a gente possa trazer a mobilização social, possa aproveitar a oportunidade para fazer a orientação. A cidade de Franco da Rocha, disse, tem muita ocupação espontânea em áreas com alta declividade e que impõe muitas deficiências de infraestrutura, escoamento pluvial, principalmente; e que colocam a cidade numa situação muito vulnerável.

O núcleo São Carlos, onde o projeto foi desenvolvido, é uma área compreendida pela rua São Carlos e imediações. Logo após o deslizamento, lembrou Letícia, a Prefeitura Municipal criou a Secretaria de Habitação, que ficou responsável pelo processo de reconstrução. Antes, a área de habitação estava vinculada à Secretaria de Obras.

Dentro do processo de reconstrução do núcleo São Carlos existe uma união de instituições atuando para que isso ocorra, com ações do governo do Estado até obras, da Secretaria de Planejamento do município, com um projeto de reconstrução do vale. O objetivo é construir no local um sistema de lazer, com a implan-



Letícia Kirchner

“

Como é muito simples para fazer inclusive o processo de levantar (o muro ou parede) é mais fácil trabalharmos com mutirão pela sua característica. Claro que a gente tem a preparação de solo e, por isso, é importante a parceria com o poder público, para o município realizar essa preparação”.

tação de um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) para o atendimento da comunidade. “Um espaço que vai ser um memorial para as famílias que foram afetadas e, nos trechos de uma parte das casas que permanecem interditadas, a intenção seria construir um muro de contenção que possibilitasse a estabilização desses imóveis e a possibilidade de reocupação dessas moradias”.

Dentro dessa proposta de contenção, disse ela, a ideia é “aproveitar a oportunidade para fazer um processo de mobilização social, organização da comunidade com seu empoderamento e participação na reconstrução. “Vivemos na necessidade de monitorar o risco e é importante que as comunidades comecem a integrar o processo de compreender como se faz o monitoramento do risco. A ATHIS tem esse poder de, junto com as obras, conseguir fortalecer esse conhecimento popular e a capacidade da população de participar desse processo”.

Letícia destacou como diferencial do projeto a tecnologia de concreto Logblock, que será usada para construir a contenção. O Logblock é uma peça de concreto para muros de contenção e arrimo, escadas hidráulicas, taludes, canalizações e outras soluções diversas. “Temos vários municípios investindo em ter suas fábricas de utensílios em concreto e é uma das propostas que trouxemos em cima desse projeto. É um bloquinho encaixado que tem um formato meio favo de mel, dardinho ninja, mas que ele se encaixa de uma forma extremamente interessante e que serve para múltiplas coisas, serve para fazer a parte de ordenamento pluvial, contenção, tem outros modelos que se utilizam para fazer, inclusive, moradia”, comentou.

“Como é muito simples para fazer inclusive o processo de levantar (o muro ou parede) é mais fácil trabalharmos com mutirão pela sua característica. Claro que a gente tem a preparação de solo e, por isso, é importante a parceria com o poder público, para o município realizar essa preparação”, explicou, destacando que descobriram um fornecedor dessa tecnologia que também é parceiro do projeto. “Os blocos são produzidos em concreto, em cima de uma forma, e fica fácil de produzir. Não utiliza argamassa para assentamento, aço, estruturas de reforço interno, se autossustenta, e tem essa capacidade de fazer a contenção do solo, e mesmo que haja o recalque, ele se estabiliza. Essa forma de construção evita andaime, evita grandes alturas, porque ele vai formando efeito escadinha. É mais seguro para a população que vai participar do mutirão”.

“É muito simples de montar. Tem que fazer a base, e os blocos são só empilhar e vincular. Parece um lego, perfeito para um mutirão”, complementou Letícia. Em relação ao projeto, ela apresentou as principais etapas. “Uma delas é a etapa de mobilização social. A gente iniciou recentemente um processo de visita porta-a-porta, com aplicação instrumental de cadastro para reconhecer as famílias no detalhe que estão ali, e lembrando que temos duas situações, situações das famílias que ainda moram e estão nas mediações, e as famílias que não moram, porque as casas ou não existem mais, ou porque as casas foram interditadas”. No caso das moradias que não existem mais a prefeitura conseguiu uma verba e vai comprar novas moradias para que as famílias, na época recebendo auxílio-moradia, possam ter uma nova residência.

Letícia ressaltou que esse é um projeto multidisciplinar. “O instituto Soma não trabalha sozinho. A gente trabalha com a equipe da prefeitura, temos uma equipe multidisciplinar de arquitetos, engenheiros, teve um trabalho

de geologia na parte de sondagem junto com o município, assistente social, mas também tem a equipe de prefeitura, da Defesa Civil, Secretaria de Habitação, a equipe do trabalho social para que o projeto possa preencher todas as frentes necessárias”, afirmou, apresentando fotos de um pré-lançamento do projeto na comunidade.

Uma outra etapa do projeto é a parte técnica. “Em paralelo com o projeto social em desenvolvimento neste momento, a gente também está na etapa do desenvolvimento de ações técnicas. A prefeitura chegou a fazer a sondagem de pontos, mas foi necessária complementação de mais pontos em razão das características da ocupação: são edificações com muitos pavimentos e existe grande receio em relação à capacidade dessa contenção segurar todo esse volume”, afirmou. Segundo ela, foram os recursos do CAU que viabilizaram “as sondagens para complementar trabalho da prefeitura e trazer a segurança necessária para implementar o projeto”.

Ao apresentar imagens com as características topográficas, Letícia explicou que será feito uma vala no local, que é preenchida com ‘rachão’. “Vamos trabalhar com uma leve declividade para dentro do bloco, para que na hora da acomodação possa ficar na vertical. Os blocos são construídos num efeito quase que pirâmide, vão se elevando até chegar no ponto que é possível fazer um preenchimento com solo e um sistema de drenagem para evitar qualquer tipo de problema futuro”.

Segundo Letícia, o investimento financeiro para aquisição dos blocos está sendo feito pelo poder municipal. “O município está comprando os blocos e preparando o processo de aquisição de material. Queremos deixar tudo organizado, tem que estar com a coisa muito firme. Só para passar um pouco do que vai envolver o projeto de ATHIS, a parte de elaboração do plano de segurança, estamos trabalhando com o mutirão, e é imprescindível trabalharmos com a questão da segurança prévia dentro da segurança de obra”.

“Nosso objetivo final é termos o núcleo de prevenção e mitigação de risco criado junto com a defesa civil do município, com a participação da população para que seja feito o processo de monitoramento de risco do local e o envolvimento direto da população, é uma das metas”.

“45 mil blocos que vão ser utilizados no projeto. Para armazenar fisicamente esses blocos no local não é uma tarefa simples. Então, tem toda essa logística que estamos trabalhando, EPs, preparação do solo, terraplanagem, fundação, capacitações, e depois entramos na execução do mutirão, que não é só o mutirão em si. Temos que organizar a cozinha comunitária, criar um espaço para cuidar de crianças, com recreação, para os pais poderem participar. Tem uma série de coisas, os banheiros, toda a estrutura de logística... Vamos fazer intervalo de descanso, vai ter alguma dinâmica nesses intervalos. Tudo está sendo pensado para que possamos perpetuar esse processo, além da própria mobilização das oficinas, porque ao longo do período, a gente faz oficina semanal com temas diversos, manutenção predial, monitoramento de risco e questão de empoderamento social”.

“Nosso objetivo final é termos o núcleo de prevenção e mitigação de risco criado junto com a defesa civil do município, com a participação da população para que seja feito o processo de monitoramento de risco do local e o envolvimento direto da população, é uma das metas”, afirmou. Com esse projeto, que classificou como piloto, o objetivo é mostrar que a ATHIS, mesmo num projeto onde entra obra do governo do Estado e o município vai fazer grandes intervenções e investimentos, é um pilar central que aproxima todos esses projetos e traz a comunidade a participar das demais ações governamentais. “Nesse aspecto, a ATHIS tem uma relevância muito importante, que é a inclusão da comunidade no processo da reconstrução do bairro”, finalizou

Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)

Projeto: Oficinas para construção e capacitação de um instrumento de diagnóstico habitacional municipal

Realização: IAB/PR - Núcleo Maringá (PR)

Local da intervenção: Maringá (PR)

Representante: Jeanne Versari

IGOR MATIAS



Jeanne Versari

“

O projeto com aporte do CAU abrange a criação desse instrumento de diagnóstico, que foram as oficinas para construir o questionário baseado em uma estrutura existente do SUS (Sistema Único de Saúde) e nas ações do CAU Rio Grande do Sul, como o Casa Saudável e Nenhuma Casa Sem Banheiro”.

Oficinas para construção e capacitação de diagnóstico habitacional municipal do IAB Paraná, Núcleo Maringá.

As oficinas para construção e capacitação de diagnóstico habitacional de Maringá, no Paraná, constitui um projeto de construção de um instrumento de política pública estimulado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento Paraná (IAB-PR) com aporte de recursos financeiros do CAU/BR. De acordo com a arquiteta e urbanista Jeanne Versari, que apresentou os resultados do trabalho durante a Semana de Habitação de 2023, o projeto buscou evidenciar a relação entre arquitetura e saúde. “Principalmente no pós-pandemia ficou muito mais evidente a relação da saúde com a casa”, afirmou a arquiteta, diretora de ATHIS do IAB no Paraná.

O trabalho foi realizado inicialmente com patrocínio do CAU/BR, Núcleo Maringá do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB Paraná), junto com a Fundação João Pinheiro, e o Núcleo de ATHIS do IAB Maringá, e parceria institucional da prefeitura de Maringá, por meio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá, Observatório das Metrôpoles, Núcleo Maringá, e do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

A proposta foi criar um instrumento que pudesse ser inserido dentro da estratégia de saúde da família. “Um questionário para que a gente possa colher informações que são facilmente identificadas pelas próprias agentes de saúde,” explicou Jeanne. Segundo ela, as agentes de saúde já fazem esse levantamento, mas geralmente não existe uma integração entre as secretarias de saúde e de urbanismo e habitação. “O projeto com aporte do CAU abrange a criação desse instrumento de diagnóstico, que foram as oficinas para construir o questionário baseado em uma estrutura existente do SUS (Sistema Único de Saúde) e nas ações do CAU Rio Grande do Sul, como o Casa Saudável e Nenhuma Casa Sem Banheiro.”

O projeto contou com oficinas que proporcionaram a capacitação de 40 profissionais multiplicadores da metodologia. Uma segunda fase a aplicação piloto desse instrumento na cidade de Maringá, contou com patrocínio do CAU/PR. A intenção é incorporar, dentro da rotina do agente de saúde, a identificação de

condições de moradia que estão correlacionadas com as condições de saúde. “Se a gente não trata a casa doente, a gente não remedia. O que se precisa para enfrentarmos uma condição de doença, uma doença respiratória, por exemplo, é obter dados territorializados sobre as inadequações de moradia”, explicou Jeanne, também pesquisadora do Observatório das Metrópoles e doutoranda em Planejamento Urbano e Regional na FAU-USP.

oficinas de construção do instrumento interlocação entre Agentes Comunitárias de Saúde e a Universidade

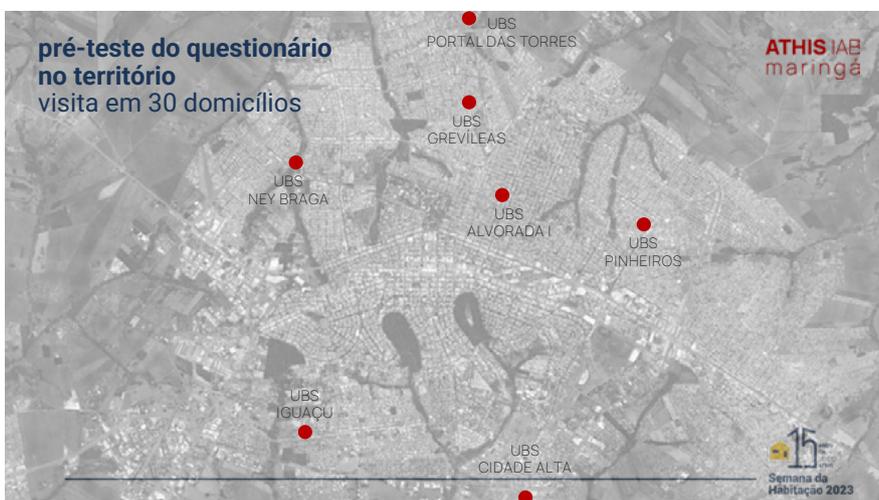


Segundo ela, como os censos demográficos e de déficits habitacionais são estatísticas não georreferenciadas, os dados não são próprios para o uso que se pretende, de fazer uma relação entre as condições habitacionais e a saúde dos moradores. Além disso, o período de dez anos para a realização dos censos é muito longo e não reflete o que de fato são as moradias, uma vez que em uma década as condições ambientais das casas mudam muito, bem como a população que habita a região pesquisada.

De acordo com a arquiteta, o objetivo da segunda fase do projeto que está sendo executado é validar a operacionalização do instrumento de pesquisa (questionário) em campo, a partir da aplicação piloto, e o objetivo final é subsidiar as políticas de melhorias habitacionais em ATHIS considerando os dados territorializados e agir de maneira mais assertiva no território. “Em 2022, a gente realizou inicialmente oficinas de criação desse instrumento (questionário), em Maringá, que é uma cidade que não tem grandes condições precárias de moradia. Mas apesar de sido indicada como uma das melhores cidades do Brasil para se viver, é uma cidade que esconde uma pobreza pulverizada e invisibilizada. A intenção foi trazer isso à tona, através de um instrumento que podemos territorializar os dados, para dar visibilidade a essa pobreza também.”

“Em julho de 2022 foi feito um pré-teste. Os agentes foram capacitados em outubro, quando foi finalizada a primeira etapa do projeto. Paralelamente, foi aprovada a lei de ATHIS em Maringá no final de outubro”, contou Jeanne. Em razão de limitações, foi escolhida uma área de Unidade Básica de Saúde - UBS, para aplicar o instrumento do questionário. “Até o final do ano de 2023, pretendemos ter o diagnóstico que vai correlacionar as condições de saúde e habitação, ilustrado e mapeado como estudo de caso.”

Segundo Jeanne, no final do período mais crítico da pandemia de Covid-19, foram feitas algumas oficinas online; contudo, as visitas domiciliares foram feitas presencialmente com as agentes de saúde de Maringá para identificar e construir as perguntas necessárias para o questionário. “A gente fez uma interlocação entre as agentes comunitárias de saúde e a universidade através de oficina com os alunos, em que levaram suas maquetes das UBS. Elas fazem maquetes com as condições de saúde de cada um dos lotes. Levamos as agentes para um bate-papo sobre habitação e saúde com os alunos, e fizemos esse primeiro pré-teste no território em 30 domicílios na cidade de Maringá em sete unidades básicas de



saúde espalhadas pelo território.” O teste foi feito a partir de um tablet com um aplicativo. Foi testado o tempo de entrevista e se a linguagem estava adequada.

Também foi feita uma oficina com a arquiteta Mariana Estevão, da Organização não Governamental (ONG) Soluções Urbanas. Foram capacitados 40 multiplicadores, sendo 31 agentes de saúde, e nove arquitetos. Por fim, foi assinado um termo de cooperação entre o IAB Maringá, Fundação João Pinheiro,

a Prefeitura de Maringá e o Instituto de Planejamento para garantir que esse projeto continuasse apesar do término do termo de fomento, para implementar o projeto na cidade como um todo.

O questionário está dividido em 10 blocos de perguntas. Segundo a arquiteta, são questões de observação, e não de avaliação. “Isso é importante porque não podemos prescindir do trabalho do arquiteto”, explicou. “A intenção é identificar áreas da cidade, quase que uma triagem, que acendam alertas de áreas dessa cidade que temos correlação de doenças com a condição de moradia.” Foi feito um manual de campo, que é um dos produtos do projeto, um suporte para os servidores municipais e órgãos de habitação e saúde, para que possam capacitar seus servidores e aplicar o instrumento. O manual tem como o questionário deve ser aplicado, em que período, quais as perguntas que devem ser feitas.

pré-teste do questionário no território com Agentes Comunitários de Saúde, arquitetos e Fundação João Pinheiro

ATHIS IAB
maringá



oficina com Mariana Estevão - Soluções Urbanas com alunos do ARCO EMAU/UEM

ATHIS IAB
maringá

arco
emau
uem



Jeanne explicou ainda que foi feito um material para divulgação da lei Assistência Técnica à Moradia de Interesse Social (ATHIS) em Maringá. “Considerando que foi todo um processo durante as oficinas de sensibilização dos agentes de saúde, foi muito bacana porque eles se apropriaram desse direito da ATHIS e começaram eles mesmos a mobilizar as pessoas, dentro dessa segunda etapa do projeto.”

O material teve tiragem de mil unidades que foram distribuídas nas visitas com os agentes. Foram feitas uma série de reuniões na Secretaria de Saúde que contou também com a participação da equipe de Tecnologia da Informação (TI). Foram incorporadas, dentro dessa fase, todas as assistentes sociais das unidades básicas de saúde de Maringá, e foi escolhida uma unidade básica de saúde para aplicação do projeto piloto.

As UBS fizeram o preenchimento de uma tabela com critérios quantitativos para aferir o número de idosos, crianças de zero a cinco anos, número de pessoas com deficiência (PCDs), pessoas em extrema pobreza, cadeirantes etc. “A partir dos dados e da conversa com as assistentes sociais de saúde, chegamos ao consenso sobre uma das áreas, uma das mais vulneráveis, para que pudéssemos implementar o projeto. A área da UBS Portal das Torres, que está quase nos limites da cidade, e abrange uma área rural. É uma área que contém 3.677 domicílios, cerca de 10.100 moradores, e com 10 agentes comunitários de saúde, sendo que são oito da área urbana, e dois da área rural.”

“Nós capacitamos esses agentes. Começou esse trabalho junto com os alunos de arquitetura e urbanismo. Eles produziram uma maquete. Depois iniciou a aplicação em campo, e os alunos faziam estágio com 20 horas semanais. Em duas semanas os agentes de saúde pediram se poderiam ter um

capacitação dos multiplicadores



estagiário fixo da área de arquitetura. Pediram para a prefeitura porque gostaram muito de ter isso, e os alunos estão fazendo as visitas junto com as agentes de saúde, e eventualmente, nós da equipe visitamos junto para ter esse acompanhamento,” contou Jeanne. Toda sexta-feira a equipe do projeto vai até o local para colher os dados, e ter uma atualização odo andamento dos trabalhos.

De acordo com a arquiteta, trabalhar com as agentes de saúde é vantajoso porque eles já conhecem as comunidades e facilitam o trabalho de identificação das moradias. Segundo Jeanne, os agentes cuidam para identificar as casas. “Eles chegam e falam: ‘vamos nessa casa tirar foto, porque a pessoa permite’. Tem essa questão de não invadir o espaço privado”, explica.

instrumento de diagnóstico habitacional municipal bases para construção

ATHIS IAB maringá



questionário para ser incorporado à Estratégia Saúde da Família, com conceitos e definições construídos com foco nas condições sanitárias e de moradia que afetam a saúde dos cidadãos.











Segundo Jeanne, até o final de 2023 o projeto vai ter dois bancos de dados: “um sobre inadequação de moradia (com o nosso questionário por meio de aplicativo); e o relatório de condições de saúde que, por meio do termo de cooperação, vai dar os dados de cada domicílio, quais são as condições de saúde, independente de identificações de pessoas, mas a condição de saúde que tem no domicílio”.

Juntando os dados e o endereço, o resultado do projeto esperado até o final de 2023 com o mapeamento das correlações, é a identificação de áreas prioritárias para a ATHIS de acordo com situações emergenciais de saúde. “Vamos usar o QGIS (um software livre com código-fonte aberto, multiplataforma de sistema de informação geográfica que permite a visualização, edição e análise de dados georreferenciados) para fazer esse mapeamento.”

Até o mês de julho foram 538 domicílios visitados. “Diante dos 3.600 domicílios existentes, 500 é muito pouco pelo período que previmos, de três meses para aplicação. Então, a gente ainda está avaliando o piloto e a metodologia de forma a validar essa metodologia”, explicou Jeanne durante a apresentação na Semana de Habitação do CAU.

Em 2022, o projeto teve abrangência de 3.600 domicílios e envolveu 31 profissionais da área da saúde e nove de arquitetura e urbanismo. Em 2023, foram 22 profissionais da área de saúde, incluindo assistentes sociais, agentes comunitários e diretorias; e cinco profissionais de arquitetura e urbanismo, além os alunos, que tem estágio como projeto de extensão.

Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)

Projeto: Canteiro da Paz

Realização: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia
Local da intervenção: Rondônia
Representante: Carla Tames



Carla Tames



Num primeiro momento, ainda muito jovem, achei que isso iria passar, que iria acabar me acostumando. Só que não é isso: a gente não tem que esperar passar, a gente não tem que se acostumar a uma violência”.

Projeto Canteiro da Paz, do CAU Rondônia

Arquiteta e urbanista há 23 anos, Carla Tames é conselheira estadual do CAU/RO e contou que o Projeto Canteiro da Paz, realizado em Rondônia, surgiu a partir das dificuldades que encontrou no trabalho realizado nos canteiros de obras. “A ideia desse projeto surgiu desde muito cedo, quando entrei em obras no início da carreira. Entrei em projeto, trabalhando em tudo que pudesse aparecer e, como mulher, sempre enfrentei uma dificuldade muito grande dentro do canteiro de obra e falta de respeito”, afirmou ela durante a Semana de Habitação 2023 realizada em Aracaju (SE).

“Num primeiro momento, ainda muito jovem, achei que isso iria passar, que iria acabar me acostumando. Só que não é isso: a gente não tem que esperar passar, a gente não tem que se acostumar a uma violência. E eu sempre fiquei pensando naquilo: como poderia mudar? E aí, foi quando aconteceu o encontro que a gente teve com o Fórum de Mulheres de Rondônia. É um grupo que trabalha contra a violência e em prol da segurança das mulheres, e elas nos procuraram para ver que trabalho poderíamos fazer dentro do canteiro de obras”, relatou.

“No ano em tivemos esse encontro, lá em Rondônia, tinha disparado o número de violência, receberam um dado das pessoas que trabalham nas obras, mestre de obra, mão de obra mesmo, pintores, pedreiros, com as suas mulheres e com outras. Então, procuraram o CAU e aí, o presidente, o Antônio Lopes Balau Filho, me coloca à frente do projeto, porque ele sabia da minha preocupação com o tema, e por eu mesmo ter sofrido muitas vezes dentro de um canteiro de obras”, lembrou Carla.

Coordenadora do curso de arquitetura em uma faculdade privada em Rondônia, Carla contou que apresentou o Canteiro da Paz como um projeto de extensão, com participação do Fórum de Mulheres, CAU e a faculdade. “Por meio do projeto, o CAU elaborou um selo que vai ser colado no tapume das obras que se tornarem um canteiro de paz, um ambiente mais seguro para que as mulheres possam trabalhar também”, detalhou a arquiteta.

Um primeiro passo, disse ela, foi abrir a possibilidade para que todos os arquitetos e arquitetas de Rondônia pudessem inscrever suas obras no Conselho de Arquitetura e Urbanismo para serem visitadas pelos



profissionais que participassem do Projeto Canteiro da Paz. “Íamos às obras com os alunos e com o grupo do Fórum das Mulheres. Lá, acontecia uma conscientização explicando o porquê do trabalho e perguntando se precisam de ajuda, se queriam conversar”.

A concepção do projeto, segundo Carla, é realizar ações educativas com abordagem sobre violência baseada em gênero junto aos trabalhadores homens da construção civil nos canteiros de obras do município de Porto Velho, capital de Rondônia. Carla disse que a adesão ao projeto foi uma surpresa muito grande. “Esperávamos atingir nosso público, mas chegar a 80% da mão de obra de homens foi uma surpresa. Muitos trabalhadores nos procuraram pedindo contato com o Fórum das Mulheres para participar das oficinas ou para ter uma conversa com a psicóloga porque teve pensamentos diferentes, agrediu a mulher ou uma colega. Isso foi uma surpresa muito grande”.

Carla disse que ainda não há dados sistematizados e, portanto, “não podemos dizer que diminuiu a violência, mas a gente acha que é um caminho”. Segundo ela, é muito interessante porque os alunos começam também a se envolver muito, e começam a querer visitar todas as obras, falando “tem uma obra que não tem o selo, vamos lá, deixa a gente ir junto com a fiscalização”. Mas, segundo ela, há todo um processo para isso acontecer antes de uma eventual visita às obras ainda sem o selo.

Após o processo de conscientização, contou ela, “a gente cola junto com eles mesmo, os trabalhadores da obra”. Carla disse que, como Rondônia faz fronteira com a Bolívia, há muitos bolivianos e também venezuelanos trabalhando em Porto Velho. “Temos muitas mulheres trabalhando em obras, na pintura, no rejunte, em todo esse acabamento fino, e colocando a mão no peso mesmo. O ambiente está ficando mais seguro para elas porque fizemos uma reunião chamando essa mão de obra de mulheres e perguntando como está, e estão falando que estão sendo mais respeitadas”.

No começo do projeto, afirmou Carla, era um incomodo muito grande. “Uma mulher não podia agachar dentro de uma obra (por causa do assédio). Como conjunta um piso? Então, era muito complicado. E está melhorando dentro das obras que têm o selo, as mulheres ficam mais seguras. Então, tem mulher que só aceita trabalhar na obra que tem o selo que o CAU coloca”, complementou a arquiteta, que apresentou ainda dois outros projetos realizados pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia.

“Temos o prêmio TCC em Rondônia, que premia os melhores Trabalhos de Conclusão de Curso do ano. E uma das categorias é ATHIS (Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social). Como que fizemos isso? Nos reunimos com os coordenadores de todas as escolas de arquitetura, são 11 no meu estado, e colocamos na grade curricular. Todos os TCCs foram revisados nos últimos três anos, e colocamos na grade curricular a disciplina no oitavo período. Então, o projeto 8 é ATHIS. A gente começa a educação lá na escola. Funcionou muito, e a primeira categoria do prêmio TCC é um projeto ATHIS”, explicou. O prêmio estimula os alunos a desenvolverem projetos ATHIS.

inspirados pelo projeto nenhuma casa sem banheiro



“

Uma mulher não podia agachar dentro de uma obra (por causa do assédio). Como rejunta um piso? Então, era muito complicado. E está melhorando dentro das obras que têm o selo, as mulheres ficam mais seguras. Então, tem mulher que só aceita trabalhar na obra que tem o selo que o CAU coloca”.



Carla Tames

Um outro trabalho foi inspirado no Projeto Nenhuma Casa em Banheiro, desenvolvido pelo CAU/RS. “Eu estava na apresentação deles e achei incrível, porque conhecia outros países fazendo isso. E quando vi o Rio Grande do Sul fazendo isso, a gente queria muito fazer aqui em Rondônia, e a gente patinou durante dois anos e não conseguimos fazer nenhum projeto. Então, entendemos que precisávamos de um braço político para ajudar”.

Depois de participar de uma oficina para entender mais e mergulhar no tema, Carla disse que entrou em contato com a deputada estadual Ieda Chaves (União) e apresentaram a ela o projeto. “Levamos o projeto e finalmente alguém abraçou. Agora, a gente sabe que vai sair. Estamos com 52 casas selecionadas. E nós estamos mais ou menos seguindo os mesmos passos que o Rio Grande do Sul já trilhou. E acho esse momento muito importante por causa disso, porque se não fosse o Rio Grande do Sul, se não fosse os caminhos deles, provavelmente patinaríamos mais dois anos”.

Nesse sentido, comentou ela, a troca de experiências proporcionada na Semana de Habitação é muito importante porque permite pegar essa expertise, que o outro Estado ou colega teve, e repetir os passos sem que isso represente uma cópia. “Às vezes a gente não consegue fazer exatamente igual, mas o caminho é esse. O nosso projeto de Nenhuma Casa em Banheiro em Rondônia vai sair. Inicialmente, estamos fazendo com famílias que foram selecionadas mais próximas de Porto Velho, a capital. Mas a nossa intenção é, no próximo ano, fazermos seleções em outros dos 58 municípios de Rondônia”, finalizou Carla.

Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)

Projeto: Fórum de Assessorias do Nordeste

Realização: Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade

Local da intervenção: Nordeste

Representante: Marcela Monteiro dos Santos



Marcela Monteiro dos Santos

“

A atividade das oficinas foi uma coisa que fortaleceu a relação localmente, porque elas são regionais. Apesar de não ter sido a participação exclusiva do Nordeste, o fórum trouxe muita gente da região”.

Troca de experiências no Fórum de Assessoria Técnica no Nordeste

O Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste é resultado de uma articulação em rede formada entre diversos grupos de assessoria técnica atuantes na garantia do direito à moradia digna e à cidade em municípios da região Nordeste do Brasil. O primeiro Fórum foi realizado em fevereiro de 2020, em Recife, e a Taramela foi uma das organizações que integrou a Comissão Organizadora do evento desde o princípio, explicou a arquiteta e urbanista Marcela Monteiro dos Santos, sócia-fundadora da OSC Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade, com sede em Fortaleza (CE).

O segundo Fórum, que contou com recursos do CAU/BR, ocorreu em abril de 2022 em Fortaleza (CE), com o tema “A assessoria técnica popular como plataforma pelo direito de habitar”. Em sua apresentação na Semana da Habitação 2023, Marcela contou que o apoio de diversas entidades permitiu a participação de estudantes e profissionais de todas as áreas relacionadas à ATHIS, representantes de movimentos sociais e comunidades organizadas. Além de palestras, explicou, também foram realizadas oficinas.



“Muitas pessoas ajudaram a desenvolver o evento. A participação e a contribuição de outros grupos, não só de Fortaleza, mas também de outros Estados do Nordeste, foi essencial”, afirmou. Antes mesmo do primeiro fórum, recordou Marcela, durante outros encontros “percebemos que a gente tem condições específicas no Nordeste. Sentíamos falta de referência e decidimos construir esse debate”.

No segundo fórum, continuou, “a gente tentou entender quais eram os pilares de discussão”. Um deles, afirmou, é que a moradia não pode ser vista como uma mercadoria, mas como um direito das pessoas. “Através disso, a gente procurou trabalhar dentro dos meios, marcos e provocações, entendendo que existem determinados momentos da assessoria que eram importantes de debater, que existem formas que a gente pode trabalhar com assessoria, metodologias que achamos importante compartilhar”. E, a partir dessas discussões, avaliar como avançar na assessoria técnica.

O evento durou cinco dias. “Tivemos mesas plenas, espaços ampliados com convidados e convidadas; rodas de discussão, que foram espaços com participação mais livre; e sessões temáticas, com apresentação de trabalho”, disse. Segundo Marcela, as rodas de discussão tinham temáticas específicas considerando o interesse de alguns grupos. No sábado, foram três oficinas territorializadas e uma quarta, junto com o CAU, para falar sobre ATHIS, como foco nas comunidades onde a Taramela já atua.

Marcela contou ainda que segundo fórum teve 301 inscritos e 439 participantes, incluindo 49 organizações da sociedade civil, além da produção de um relatório e um vídeo disponível no YouTube. “A atividade das oficinas foi uma coisa que fortaleceu a relação localmente, porque elas são regionais. Apesar de não ter sido a participação exclusiva do Nordeste, o fórum trouxe muita gente da região”, comentou, destacando ainda a importância do diálogo dos entre as pessoas de diferentes regiões.



“Tivemos mesas plenas, espaços ampliados com convidados e convidadas; rodas de discussão, que foram espaços com participação mais livre; e sessões temáticas, com apresentação de trabalho”.

Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)

Projeto: Espaço coletivo para a comunidade do Quilombo Toca Santa Cruz

Realização: SASC – Sindicato de Arquitetos no Estado de Santa Catarina

Local da intervenção: Paulo Lopes (SC)

Representante: Samuel Steiner dos Santos



Samuel Steiner dos Santos

“

Não foi fácil porque cada comunidade quilombola que tivemos contato tem lógica diferente de gestão da terra. Tem algumas que a lógica é coletiva mesmo e algumas são individualizadas. As famílias se apropriam, e tem outras que são semicoletivas por núcleos familiares”.

Projeto em SC busca melhorar moradias no quilombo Toca Santa Cruz

Desenvolver um projeto arquitetônico e executar o espaço coletivo para a comunidade remanescente do quilombo Toca Santa Cruz do município Paulo Lopes, em Santa Catarina, a partir de princípios, métodos e técnicas de bioconstrução, tendo com base o emprego do bambu. Esse foi o objetivo do projeto do Sindicato de Arquitetos no Estado de Santa Catarina (SASC), financiado com recursos do CAU/BR, explicou Samuel Steiner dos Santos, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que apresentou o projeto em nome do sindicato na Semana de Habitação.

Segundo o professor, o projeto participativo incluiu a população quilombola e levou para a universidade um canteiro experimental para formar os estudantes dentro da prática profissional na execução das edificações. Além disso, incorporou a lógica de desenvolvimento tecnológico e sustentável com a utilização dos bambus, que estão muito presentes na comunidade, com a inovação de utilizá-los em técnicas construtivas. Nesse sentido, afirmou Samuel, um dos objetivos era incorporar esse tipo de solução para depois replicar com edificações e moradia a partir do uso dessa tecnologia.

A primeira etapa tinha o objetivo de executar, ao longo de dez meses, a construção de 23 moradias a partir de mutirões, precedida de oficinas e discussões com a comunidade e da coleta e tratamento do bambu.

Já na segunda fase, o projeto de ATHIS teve o objetivo de preencher uma lacuna na comunidade: a construção de um centro educacional capaz de “abrir uma frente específica de educação quilombola, saindo da educação tradicional para que eles próprios pudessem gerar o percurso formativo, na lógica própria das comunidades”. Segundo Samuel, após intensa batalha dos movimentos negros locais, o governo do estado de Santa Catarina chegou a contratar professores para a educação quilombola, mas nunca foi dado um espaço digno para que ela acontecesse. “O governo do estado queria levar a comunidade para ter aula dentro das salas convencionais, da estrutura da escola estadual que tinha, mas a comunidade nunca aceitou. A gente queria educação quilombola no território, mas não tinha espaço para isso, acontecia na varanda das casas que as pessoas tinham”, contou Samuel. Nesse contexto, a principal demanda da comunidade era um espaço em cima dos princípios que trabalham na educação quilombola: ancestralidade, oralidade, territorialidade, saberes locais e práticas culturais, na lógica da alternância de estar no campo e na sala de aula.

Inicialmente, foi feito o levantamento do local, com discussão sobre qual seria o local para implantação da escola. “Não foi fácil porque cada comunidade quilombola que tivemos contato tem lógica diferente de

gestão da terra. Tem algumas que a lógica é coletiva mesmo e algumas são individualizadas. As famílias se apropriam, e tem outras que são semicoletivas por núcleos familiares. Tinha núcleo familiar com terra disponível, mas que tinha cedido muita terra de forma geral, e não estava muito disposto a ceder mais terra para isso. Então foi toda uma negociação para encontrar o local da construção da moradia”.



A construção do Centro Educacional e Cultural Toca de Santa Cruz contou, além do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, com sete parceiros: Movimento Negro Unificado, Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, Sumara Lisboa BioArquitetura & Construção Sustentável, Ateliê Modelo de Arquitetura (AMA), Associação Catarinense do Bambu (Bambu/SC) e Sítio Vagalume. Embora o sindicato tenha sido o proponente do projeto, “boa parte da execução aconteceu pela Universidade Federal de Santa Catarina através do projeto de extensão, que reuniu entidades acadêmicas, estudantis e parceiros”.

A característica mais evidente da comunidade, segundo Samuel, é a questão da pobreza, em várias dimensões: do ponto de vista da moradia, infraestrutura, mas também da exploração. “O nome ‘Toca’ carrega



o simbolismo de um lugar afastado da comunidade, entocado, onde os negros eram colocados, e ainda hoje essas relações se perpetuam na comunidade. É um estigma muito grande. De alguma forma vamos trabalhando e vemos que o impacto de assistência social como essa, de assistência técnica, acaba tendo replicações muito mais profundas do que a construção da edificação da moradia,

do espaço quilombola”. Segundo ele, o projeto se modificou muito ao longo das 13 reuniões de discussões realizadas antes do desenvolvimento das propostas”.

O projeto envolveu durante um ano cerca de 30 estudantes e professores da graduação e pós-graduação, desenvolvimento de maquetes, soluções construtivas. “Esse processo tem uma questão de aprendizado muito interessante da tecnologia em si, mas da questão projetual a partir dos desafios do terreno, um terreno encharcado, em que tivemos que fazer a parte de fundação mais elevada. As datas, o projeto inicial, a nossa proposta inicial de duas salas, considera suficiente, e que precisou de uma cozinha, banheiro”, comentou Samuel. O projeto também desenvolveu a parte de comunicação. “É muito interessante que eles se apropriaram das mídias e hoje fazem a gestão das mídias, divulgação das atividades por meio de contas no Instagram”.

A planta final prevê duas salas, com a característica de modulação que permite abrir e fechar, com espaço mais amplo, a cozinha com forno a lenha, sanitário, espaço aberto, e a varanda, que é um elemento bastante presente na comunidade. “Não tínhamos recurso para tudo. Os R\$ 50 mil foram suficientes para construir as duas salas. Estamos batalhando financiamento, para construir o restante do espaço”, explicou Samuel. A implantação é em um terreno bastante encharcado, próximo a uma vala que, quando enche, inunda algumas áreas mais altas. “Então, tivemos dificuldade de colocar, de fazer a implantação. Colocamos mais próximo

da comunidade, encostada na costa mais alta e com toda a parte de varanda e visuais para essa parte da comunidade, que tem visual muito bacana, muito bonito”, detalhou ele.

Após a segunda reunião de desenvolvimento da proposta, feita com os moradores da comunidade, “no-



vamente voltamos para a universidade para discutir e desenvolver. Depois do fechamento da proposta, começamos a parte de execução da coleta e tratamento de bambu”, disse Samuel. Segundo ele, tudo foi feito com o acompanhamento de profissionais com experiência na área.



execução vidros e instalações (jan/2023)

“Tivemos que ir adaptando a solução tecnológica. Inicialmente iríamos usar o bambu como elemento estrutural e vimos que por conta das características da população e do conhecimento da tecnologia, há uma certa capacidade de reposição, de manutenção, que talvez fosse onerar a comunidade no sentido de a cada 3, 4 anos, substituir essas peças. Então, trabalhamos com uma estrutura mais robusta e com elementos de bambu mais na cobertura, como elementos secundários”, detalhou.



Tudo foi feito de forma coletiva. “Depois do armazenamento foi um trabalho bastante intenso. A alocação, a parte da estrutura, foi uma dor de cabeça. Imaginávamos inicialmente fazer estrutura assentada num terreno e verificamos, por conta das cotas, o terreno é alagadiço e a composição do solo é complicada para dar suporte para a estrutura”, explicou. “Trabalhamos com os tubos de concreto, a própria locação disso, coisas que a gente não prevê quando monta um projeto de financiamento. As coisas aconteceram e a gente tem que se adaptar, mas nos adaptamos dentro da margem possível do recurso disponível”, relatou.

“Tivemos de estabelecer prioridades. Uma delas é a parte da fundação e isso cria bastante dificuldade na parte de prestação de contas depois. Não tínhamos como prever a compra de tubulão no começo porque não fizemos prospecção de solo antes. Mas no final das contas, o projeto foi executado de acordo com o que se previa, não necessariamente com as mesmas soluções”, afirmou ele. “Tivemos suporte de pessoal especializado. A parte de encaixe, da montagem, foi feita de forma coletiva a partir de oficinas. Teve muito conhecimento transmitido dos profissionais para os arquitetos e para a comunidade e entre os estudantes e a comunidade”.

Samuel contou que teve oficinas que foram até de noite. “Com a colocação das terças, da estrutura de cobertura, a gente conseguiu um preço módico para o assoalho de madeira. Ficou muito legal, com a aquisição desse material, a colocação das coberturas. Conseguimos também a doação das esquadrias”, afirmou. Segundo ele, a educação quilombola acontece durante a semana e no final de semana, a cada 15 dias, aos

sábados, reúnem várias comunidades de educação quilombola que acontece em rede.

“Tem gente de Paulo Lopes, de Florianópolis, tem em Garopaba, municípios que tem educação quilombola, e eles fazem como se fosse rodízio para conhecer a realidade das comunidades, estabelecer laços. É muito interessante porque esse tipo de situação acaba gerando replicação nas outras comunidades que veem como uma possibilidade de ter esse tipo de relação com a universidade, com a arquitetura, outro tipo de proximidade com a arquitetura que acreditamos que vale a pena”, afirmou.

A ideia é depois, mais para a frente, ter a varanda, que não foi construída ainda, além de parte da sala e da cozinha, do banheiro e do fogão à lenha. Segundo Samuel, a comunidade está se mobilizando para a continuidade da obra. “Não é uma coisa fácil porque dentro da universidade é bem diferente. A gente imaginava que ia ter um tempo para discutir, amadurecer o projeto, mas não aconteceu nada disso. No final das contas, o objetivo é entregar a sala até dezembro, mas (o prazo final) acabou sendo até fevereiro do ano seguinte (2024)”, explicou.

“Uma das coisas superinteressantes, não necessariamente fruto dessa ou das ações de construção de moradia, foi que a gurizada, o pessoal jovem da comunidade, começou a assumir a organização política”, contou. “Eles criaram o grupo deles, comissão de trabalho, coisas que antes geravam muito conflito entre os familiares. “Parece que algum tipo de retorno do ponto de vista de políticas públicas, às vezes, dá condição para algumas tensões se dissolverem para aparecer espaço para relações mais construtivas”.

Além de trabalhos de TCC, o projeto gerou dissertações de mestrado, pesquisas do grupo de educação, proposta de um curso de especialização e aprendizado coletivo. “Às vezes, a gente imagina que um tanque e uma bananeira têm um significado, mas lá é totalmente diferente. Para a gente, era muito fácil tirar uma bananeira daqui e colocar lá porque queria construir uma casa, mas a gente percebeu que a bananeira, naquele contexto, tinha um significado totalmente diferente. São coisas, exemplos muito pontuais, mas que demonstram qual era o significado da atuação profissional e assistência técnica num contexto como esse. É bastante interessante como aprendizado”, resume Samuel.

Outro ponto positivo, segundo ele, é o processo de organização comunitária. “Um desses impactos são os aspectos mais gerais do que podemos ter como resultados positivos da ocupação. Tanto que agora o próprio movimento negro está mandando o edital (do CAU) para construção de casas e de espaços de educação para outras comunidades. Agora, eles têm essa demanda criada e um caminho possível para reivindicar. Esse é um impacto muito positivo”, finalizou.



pintura (fev./2023)

Assista [aqui](#) palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja [aqui](#) o conteúdo a apresentação realizada (pdf)



PAINEL 4

Projeto Nenhuma Casa Sem Banheiro do CAU/RS

Conselheiro Carlos Pedone

IGOR MATIAS



Carlos Eduardo Pedone

“

Aqui está uma vinculação onde podemos sustentar nossa tese. Incluir o arquiteto nas equipes do SUS para curar a casa que deixa a família doente significa melhorar os domicílios existentes”.

Nenhuma Casa Sem Banheiro transforma arquitetos em “agentes de saúde” no RS

É muito mais fácil, mais barato, urbanisticamente mais eficiente, social e culturalmente mais adequado manter as pessoas em seus locais de moradia, simplesmente adequando essas moradias, afirmou o arquiteto Carlos Eduardo Pedone ao apresentar, na Semana de Habitação, o projeto “Nenhuma Casa Sem Banheiro”, desenvolvido no Rio Grande do Sul. “Moradia é uma condicionante e determinante da saúde da população”, ressaltou Pedone, doutor em Direito pela Universidade de Caxias do Sul.

Essa vinculação entre moradia e saúde, lembrou, está na própria lei que criou o Sistema Único de Saúde (SUS). “Aqui está uma vinculação onde podemos sustentar nossa tese. Incluir o arquiteto nas equipes do SUS para curar a casa que deixa a família doente significa melhorar os domicílios existentes”, comentou. O projeto envolve seis municípios gaúchos, 18 agentes entre os governos estadual e municipal e outras instituições públicas, além de 65 arquitetos e urbanistas trabalhando no atendimento a 426 famílias.

Ao apresentar o histórico de ações de ATHIS no Rio Grande do Sul, que resultou inclusive na criação de um Gabinete de Assistência Técnica, Pedone resumiu o tema de sua palestra da seguinte forma: “os arquitetos enquanto agentes de saúde”. Depois citar como a moradia está prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na legislação brasileira, ele destacou que no Rio Grande do Sul 48% dos domicílios particulares estão na faixa de renda familiar mensal de zero a três salários-mínimos, segundo dados de 2015 do IBGE.

É nessa faixa, segundo ele, que estão as famílias beneficiárias da Lei de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS). Na área habitacional, mostrou Pedone, o grande problema é a inadequação das moradias, com ventilação inadequada,

TUBERCULOSE

Brasil teve **84 mil registros** estimados em 2015.

20º lugar no ranking mundial per capita.

4.426 óbitos em 2016.

Não é mortal se tratada adequadamente.

Capitais maior incidência (2017): **Manaus, Rio de Janeiro, Recife**

Transmitida pelo ar, tosse ou espirro, mas a bactéria morre se exposta à **luz solar**

Ambiente: **locais com pouca luz e mal ventilados** são ideais para a proliferação da bactéria no ar e favorecem o contágio.

Custo médio para as famílias: **R\$ 3.119,40** por caso tratado.

Fontes: Global tuberculosis report 2016, World Health Organization (págs. 182-185)
<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/21181maincor/26/2018-002.pdf>
<http://inecista.hc.ufsc.br/portal/inecista-arquivos/arquivos/2018-002> <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11234>

falta de ventilação ou de janelas, situações que acabam por provocar doença nas pessoas. “Nós temos uma casa que deixa o morador doente e o contraponto disso é uma casa saudável, com o morador saudável. Os profissionais de saúde não têm remédio para casa doente”, afirmou.

O remédio para curar essas casas doentes, continuou ele, são os arquitetos e urbanistas. “Essa é a tese: banheiro adequado, água potável e destino adequado do esgoto são atribuições dos profissionais de arquitetura e urbanismo. E o Sistema Único de Saúde é um sistema universal, mas ainda não conta com o arquiteto urbanista em suas equipes”. Citando dados de 2022 do DataSUS, ele disse que, por meio da política nacional de atenção básica os programas de saúde da família, são atendidas cerca de 64% da população do Brasil.

“São cerca de 50 mil equipes de saúde da família e 5.400 núcleos de apoio à saúde da família, que atendem aproximadamente 144 milhões de brasileiros”, afirmou Pedone. Segundo ele, as unidades básicas de saúde estão instaladas próximas de onde as pessoas moram, trabalham, estudam e vivem. “Elas garantem à população o acesso a saúde de qualidade. O Brasil é o único país do mundo que tem essa estrutura, com mais de 100 milhões de habitantes e um único sistema de saúde público, universal, integral e gratuito, que dá essa cobertura universal à saúde”, mas sem arquitetos e urbanista na equipe.

“O que é importante salientar é que a composição das equipes de saúde é multiprofissional, que tem o médico, geralmente generalista, o enfermeiro, auxiliar técnico e os agentes comunitários de saúde, que são pessoas contratadas normalmente dentro da própria comunidade. E dentro da estrutura desse programa, o núcleo de apoio à saúde da família tem outros profissionais que podem o compor, como assistente social e profissional de educação física. Mas nesse rol de profissionais não temos o arquiteto e urbanista”, ressaltou. Esse cenário, afirmou, é uma oportunidade de trabalhar o tema moradia.

“Se formos olhar no cadastro de acompanhamento desse programa, ele tem os formulários e aponta, nessa parte da ficha, uma situação da moradia e saneamento, que são informações que os arquitetos e urbanistas dominam. Estão falando sobre o tipo de casa, o destino do lixo, tratamento de água no domicílio. Então, é um formulário que basicamente está falando sobre condições da moradia no quesito que é de nosso domínio. E qual a ideia? É que a assistência técnica para moradia esteja vinculada à assistência médica para a saúde”, defendeu ele.

Nesse contexto, destacou Pedone, é importante ter clareza de que moradia não é construção civil, mas saúde. “Essa esta distinção é fundamental para que entendamos o que estamos fazendo aqui no Rio Grande do Sul. É a ideia de arquitetos e arquitetas devem integrar as equipes do SUS. Temos que trabalhar juntos nessa estrutura, que é e super bem-organizada no Brasil”. Um exemplo da necessidade dessa integração são os casos de diarreia, que matam cerca de 2.500 crianças menores de cinco anos, das quais 88% são causadas por saneamento básico inadequado.

Os gastos do SUS em internações por diarreia foram de R\$ 140 milhões em 2011, segundo ele. “E a prevenção é uma coisa simples que já tivemos a oportunidade de passar na época da pandemia, que é acesso a água potável, saneamento adequado, lavar as mãos com sabão, higiene pessoal e de alimentos. Isso resolve a incidência da diarreia”, afirmou, citando como exemplo a comunidade da Rocinha, no Rio de Janeiro. “Tivemos a erradicação da tuberculose em um trecho da Favela da Rocinha, em uma rua, em função de ações de arquitetos urbanistas. O que alguns chamavam nessa época (2010) de ‘milagre da rua 4’ da Rocinha, se chama arquitetura e urbanismo”.

A inclusão de profissionais de arquitetura e urbanismo no SUS vai gerar economia de recursos de saú-

DIARRÉIA

396.048 pessoas deram entrada no SUS (2011).

No Brasil, morrem cerca de **2.500 crianças** menores de cinco anos por ano.

88% das mortes são causadas pelo **saneamento inadequado**.

Maior **incidência**: Ananindeua (PA), Belford Roxo (RJ), Anápolis (GO), Vitória da Conquista (BA), Campina Grande (PB), João Pessoa (PB) e Maceió (AL).

Gastos do SUS com internações foi de **R\$ 140 milhões** (2011).

Prevenção: **acesso a água potável, saneamento adequado, lavar as mãos com sabão, higiene pessoal e de alimentos**.

de, além de emprego e outros benefícios sociais, afirmou Pedone. Foi a partir desta tese, lembrou, que surgiu o programa Casa Saudável, origem do Nenhuma Casa Sem Banheiro. “Surgiu nessa perspectiva de trabalhar com a saúde da família mais a ATHIS”, lembrou. Com base nas ações realizadas no Casa Saudável em municípios gaúchos, contou, a melhoria das moradias exige um atendimento personalizado.

“São casos muito peculiares. Não há nada que possa ser feito no atacado. É no varejo mesmo, um a um. E quais seriam as atribuições dos arquitetos ao olhar para estas melhorias habitacionais? Para nós,



é muito tranquilo de trabalhar: ausência e insuficiência de janelas, ausência e uso inadequado de revestimentos de paredes e pisos, infiltração, mofo e umidade. São ações que fazem parte do trabalho corriqueiro, mas que para outros profissionais acaba se tornando um problema sério”, afirmou.

No Casa Saudável, disse, a primeira proposta foi em Santa Rosa, cidade a 495 km de Porto Alegre. Foram trabalhadas a realização de melhorias em 32 domicílios e o foco do município eram os idosos e moradores com dificuldade de locomoção. “A ideia é sempre de que o CAU não coloque dinheiro em tijolos e cimento, mas sim que faça o pagamento dos profissionais”, destacou. Nesse primeiro projeto, contou Pedone, o CAU/RS colocou R\$ 134 mil na primeira etapa, basicamente para remunerar os arquitetos pela elaboração dos projetos, e a Prefeitura de Santa Rosa entrou com R\$ 185 mil. Mas com a mudança de governo, não foi dada continuidade às obras da segunda etapa.

Pedone contou que foram selecionadas 16 famílias na primeira etapa do projeto em Santa Rosa, com base no atendimento realizado numa Unidade Básica de Saúde (UBS) da cidade. “Isso gerou o interesse de mais cinco municípios na etapa da pré-pandemia. Caímos nessa questão da emergência sanitária, como todos lembram bem. Então, se cunhou no CAU/RS, dentro do gabinete com todos os conselheiros, a ideia de



‘nenhuma casa sem banheiro’. Então, o Casa Saudável acabou migrando para este novo projeto”, em que o governo do Rio Grande do Sul entra com o material de construção e os municípios, com a mão de obra. A remuneração dos arquitetos vem de recursos do CAU.

Em Caxias do Sul, cidade em que Pedone trabalha, foi feita também uma parceria com o Ministério Público Federal, que repassa recursos do Fundo de Bens Lesados para o projeto. Segundo ele, o núcleo do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) de Caxias do Sul fez todo um trabalho de arranjo institucional, com vários parceiros, prefeitura, Defensoria Pública, Ministério Público e associação de moradores. “Fizemos um grande arranjo institucional e conseguimos esse convencimento do Ministério Público”.

Segundo ele, o Ministério Público Federal tem, na sua estrutura, o Centro de Apoio à Ordem Urbanística (CAUURB), que parece o nosso CAU. É uma estrutura muito interessante que está voltada para as dinâmicas das questões de urbanismo. “Então, abrimos uma conta em nome do IAB e vai pingando os valores de Termos de Ajuste de Conduta (TACs) e multas para financiar as melhorias habitacionais”. Já foram entregues nove

banheiros, de um total de 30, que vão beneficiar 30 famílias em Canoas.

Além dos projetos, os arquitetos são responsáveis pela supervisão dos trabalhos. “Temos 36 arquitetos envolvidos e para fazer a supervisão, cada grupo de 12 arquitetos tem um supervisor e tem um supervisor geral”, afirmou Pedone. Segundo ele, um convênio com a Secretaria Estadual de Obras Públicas disponibilizou recursos para a região metropolitana de Porto Alegre e Canoas, que vai beneficiar 359 famílias. Já foram executados 47 banheiros. O projeto Nenhuma Casa Sem Banheiro também está sendo iniciado em Charqueadas, outro município gaúcho. “O governo do estado colocou R\$ 3,7 milhões. O município de Canoas, R\$ 1,6 milhão; Charqueadas, R\$ 60 mil; e o CAU/RS mais R\$ 554 mil.

Pedone destacou que o CAR/BR está avaliando a possibilidade de um percentual do superávit no projeto Nenhuma Casa Sem Banheiro. “É uma boa maneira de gastarmos esse dinheiro do imobilizado sem ficarmos comprando carro e sede. Pelo menos é o que eu acredito e boa parte dos colegas do CAU/RS acreditam”,

DIGNIDADE NA EMERGÊNCIA SANITÁRIA | NENHUMA CASA SEM BANHEIRO



afirmou. Segundo ele, as regras atuais permitem colocar até 15% em projetos especiais para fazer esse tipo de financiamento “Esses trabalhos todos são frutos de projetos especiais aprovados e com fonte de financiamento através do superávit financeiro de anos anteriores do CAU/RS”.

Em Caxias do Sul, explicou, o Ministério Público Federal colocou um valor disponível de R\$ 415 mil para 30 famílias, o que dá R\$ 13.800 por banheiro, para ter uma ideia. Alguns custam R\$ 7 mil, R\$ 8 mil. Outros custam R\$

20 mil. Então, faz-se esse balanço dentro do projeto. Segundo ele, foram encontradas em Caxias do Sul situações de pessoas que há 20 anos não tomava banho de chuveiro. “Nem imaginamos como isso pode acontecer. O Rio Grande do Sul, de maneira geral, é um estado com um clima bem severo, em termos de frio e umidade. Na região de Caxias do Sul é mais severa ainda, então realmente nesse período do ano são complicadas as coisas por lá”.

Embora exista um projeto de referência para os banheiros, ele explicou que a análise e elaboração do projeto e das obras é caso a caso. “Vai depender de cada situação. Mas é o que se precisa. Às vezes algumas casas são refeitas em função do novo banheiro. Mas a felicidade das pessoas é uma coisa intangível”. Segundo ele, alguns convênios já foram firmados entre os municípios e o governo estadual, até sem a participação do CAU. “Vamos deixar as coisas irem para o seu caminho, que é o que estamos buscando aqui. O CAU não vai conseguir resolver esse problema do Brasil”, comentou.



Mas os bons resultados obtidos no projeto Nenhuma Casa Sem Banheiro já são conhecidos fora do Brasil. Pedone disse que o projeto foi apresentado no Congresso da União Internacional de Arquitetos (UIA), que ocorreu em julho de 2023 em Copenhague, na Dinamarca. “Estará no guia da UIA. Tivemos essa boa notícia de que este projeto vai acabar perpassando outros países.”

Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)

PAINEL 5

ATHIS e a política municipal de habitação em Rio Branco do SUL/PR

Prefeita de Rio Branco do Sul (PR), Karime Fayad, e Adriane Nunes (Ambiens), pelo projeto Morar Bem Madre

Projeto Morar Bem ensina mulheres a reformar as próprias casas no Paraná

Eleita prefeita de Rio Branco do Sul (PR) em 2020, a arquiteta e urbanista Karime Fayad (PSB) colocou a habitação como uma das prioridades de sua gestão. “Nós criamos a pasta de habitação dentro da assistência social. Hoje, a gente já concluiu 78% das nossas propostas, das nossas promessas de campanha. Nunca existiu esta pauta em governos anteriores. Então, a gente assumiu um município que não tinha plano de habitação nem levantamento de dados de déficit habitacional”, explicou Karime durante apresentação na Semana de Habitação 2023.



Kerine Fayad

“

E como que a gente trabalha a habitação mediante 25 áreas de risco? Elegendo prioridades. Quem está numa gestão pública, quem trabalha com recurso, precisa minimamente eleger prioridades para investimentos do recurso, que ele é escasso”.

Conforme a prefeita, existem 25 áreas de risco no território do município, são resultado do relevo da cidade, com grande declividade e que tem um solo cárstico na maior parte do território. “Não sei se vocês já viram falar, mas o calcário é proveniente desse tipo de solo. Ele parece um queijo suíço. Solos como esse, como é o aquífero cárstico, que embaixo das cavernas tem um aquífero, você tem possibilidades seríssimas de afundamento de solo. E nós temos isso na cidade”, comentou Karime. “E como que a gente trabalha a habitação mediante 25 áreas de risco? Elegendo prioridades. Quem está numa gestão pública, quem trabalha com recurso, precisa minimamente eleger prioridades para investimentos do recurso, que ele é escasso”.

Com recursos escassos, dois projetos foram apresentados pela prefeita como prioritários na área de habitação: o Morar Bem Madre, com foco na capacitação de mulheres, e o Santaria, de melhorias sanitárias. Antes de apresentar os projetos, ao lado da arquiteta e urbanista Adriane Nunes, da Ambiens Sociedade Cooperativa, que desenvolve trabalhos de planejamento territorial e socioambiental no município, Karime mostrou dados socioeconômicos do município: são 38 mil moradores, 70% na área urbana e 30% na área rural. 52% da população está no Cadastro Único para Programa Sociais (CADÚNICO); e o déficit habitacional é de quase 2 mil residências.

O Projeto Morar Bem Madre está ensinando moradoras de Rio Branco do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba, a reformar as próprias casas. As oficinas de construção civil atendem mulheres que vivem em Pinheiros, uma área vulnerável a desastres ambientais no bairro Madre, que dá título ao projeto. A região



Karime Fayad

“

E aí surgiu a ideia e a conversa com a Ambiens, que iniciou esse projeto através de um edital do CAU/BR. Estamos capacitando 20 mulheres nessa região do Madre. Quando a pessoa já tinha um pouco de material, a gente deu o restante. No caso da cor da casa, a mulher escolhe a cor que ela quer e damos a tinta. Isso é muito legal porque dá um senso de pertencimento”.

abriga mais de 300 moradias e uma população de mais de 600 pessoas - a maioria, formada por mulheres. “Quando nós iniciamos esse programa, no primeiro ano de governo, começamos a entregar o kit moradia. A gente acreditou que a autoconstrução daria conta de levantar o kit, mas começamos a ver que os kits ficavam parados”, explicou Karime.

Diante desse cenário, a prefeitura de Rio Branco do Sul buscou uma parceria com a Ambiens para capacitar as mulheres, muitas delas abandonadas pelos maridos, para que pudessem construir ou reformar a própria moradia. As oficinas ministradas no projeto buscam capacitar até 20 mulheres para a execução de pequenos reparos e manutenções. A expectativa é de que a iniciativa beneficie diretamente 72 pessoas.

Desde a parceria com a Ambiens, OSC que recebeu recursos do CAU através do Edital de ATHIS nº 5/2022, a capacitação ocorre em duas fases: teórica e prática. Já o projeto é desenvolvido em três etapas. A primeira aconteceu no início de 2023 e envolveu a mobilização, inscrição e vistoria das residências. A segunda etapa ocorreu em março, com a capacitação teórica, o levantamento e diagnóstico das moradias. Em abril, começou a terceira e última parte – a prática – que envolve pequenas e grandes obras.

Segundo Karime, o Morar Bem Madre é um projeto que envolve, de maneira integrada, todas as secretarias municipais. “A gente criou um comitê. Eu envolvo todas as secretarias do meu governo, todas as secretarias têm um representante que responde pela área, ou é a Madre ou é a Santaria. Então, por que isso? Para a gente estar presente, as coisas só vão acontecer quando todos se envolverem. Não adianta só a Secretaria de Assistência Social se envolver, se a Secretaria de Obras não se envolver, se a Secretaria de Saúde não contribuir e assim por diante”, detalhou.

Karime contou que, embora o órgão estadual ambiental do Paraná tenha sido contrário, a Prefeitura fez a pavimentação das ruas de acesso ao bairro Madre. “A gente teve que trazer o rompedor do estado de Santa Catarina para romper rocha, que aflorava. Moradia não é só a casa, moradia perpassa por algumas coisas como infraestrutura. A pessoa precisa minimamente chegar na casa onde ela mora, então a gente asfaltou e ficou muito bonito”, afirmou ela ao apresentar uma imagem do local. Dentro da Secretaria de Assistência Social e Habitação, explicou ela, o Departamento de Habitação é gerido por um arquiteto e urbanista.

“Nós temos mais dois arquitetos no departamento, além de assistente social. “E por que assistência social? Porque a gente acredita e está vendo hoje efetivamente, que essa estrutura cria uma porta de entrada para os SUAS, que é o Sistema Único da Assistência Social. Quando a gente vai olhar a moradia e a família que reside naquela casa, não olhamos só a necessidade habitacional. Lá no Madre vemos que há outros problemas: analfabetismo, falta de acesso à saúde e à escola”, relatou. A área onde ficou Madre foi ocupada, segundo, após um deslizamento de solo no passado, em uma das áreas de alta declividade do município. “E o prefeito da época, ao invés de ter uma política habitacional decente, que não havia, óbvio, ele disse para as pessoas: “vão morar naquela área pública embaixo dos pinheiros (onde fica o Madre)”. “Vocês devem conhecer a araucária. É uma árvore típica do nosso estado, o Paraná. É um dos símbolos do nosso estado e é

considerada aqui nessa área (do Madre), que inclusive é uma área de preservação permanente, não só pelas Araucárias, mas pela alta declividade. As pessoas foram morar lá, e hoje a gente tem mais de 300 moradias nesse local”, afirmou.

Além do kit moradia, Karime disse que a regulamentação da ATHIS e a aprovação do plano de habitação inclui o aluguel social, que atende mensalmente 20 famílias. “O kit moradia que hoje tem feito um grande sucesso e vários prefeitos do estado do Paraná têm nos procurado para saber como é que ele funciona”, disse ela.

Rio Branco do Sul é, segundo a prefeita, o município do Paraná que mais tem arquitetos dentro da sua prefeitura. “Somos em 14 com a prefeita, todos em cargo comissão. Vou fazer o concurso agora porque não tinha um arquiteto concursado, não tinha um engenheiro concursado naquela prefeitura. Criamos o Fundo Municipal de Habitação Social e o Conselho Municipal de Habitação, que é extremamente participativo e a gente deixa que eles fiscalizem. Isso é muito bom, a fiscalização é excelente”, comentou. No caso do programa Morar Bem Madre, explicou ela, o público principal são as mulheres, “mais atingidas pela carência e pelo déficit habitacional”.

Karime disse que já foram entregues 60 kits moradia. “O kit pode ser somente a unidade para quem precisa em uma situação ou de vulnerabilidade, por exemplo. A gente já pegou situações que a família mora em uma casa coberta por lona. Mas o kit pode complementar algumas casas e fazer melhorias naquela unidade existente”, explicou. Até o começo de junho, segundo a prefeita, já foi mais de R\$ 1 milhão desse kit. O que é o kit? É uma casa, uma pequena casinha, em madeira. Nós damos o banheiro também em alvenaria, rebocado, azulejado, com todas as louças sanitárias e as esquadrias da casa”, detalha. Mas como os kits estavam parados no começo do programa, disse, decidimos capacitar mão de obra feminina.

“E aí surgiu a ideia e a conversa com a Ambiens, que iniciou esse projeto através de um edital do CAU/BR. Estamos capacitando 20 mulheres nessa região do Madre. Quando a pessoa já tinha um pouco de material, a gente deu o restante. No caso da cor da casa, a mulher escolhe a cor que ela quer e damos a tinta. Isso é muito legal porque dá um senso de pertencimento”, comentou. Além da capacitação para que as mulheres possam executar as obras, foi contratada uma equipe para construir algumas moradias. “Quando vamos na casa, fazemos os croquis e entregamos um manual. Existe um manual do kit moradia ensinando a construir, caso a pessoa opte pela autoconstrução”.

Adriane Nunes, arquiteta responsável pelo projeto pela Ambiens, que participou da apresentação, destacou que, além de capacitar mulheres para fazer melhorias habitacionais nas suas próprias moradias, a capacitação do Morar Bem Madre foi uma maneira também para trabalhar essa questão da melhoria habitacional e quem sabe despertar o interesse por construção civil. “Com certeza ali a gente vai descobrir alguns talentos e despertar essas mulheres não só para essa possível profissão, mas para as outras áreas também”.

Além de recursos do CAU/BR e do CAU/PR, o programa Morar Bem Madre conta com financiamento da prefeitura e do governo estadual e parcerias com universidades. “A Prefeitura de Rio Branco do Sul coloca cerca de R\$ 90 mil nesse projeto, que, como um todo, custa R\$ 300 mil. É um projeto maravilhoso. As mu-



Adriane Nunes

“

Com certeza ali a gente vai descobrir alguns talentos e despertar essas mulheres não só para essa possível profissão, mas para as outras áreas também”.

lheres estão aprendendo a construir, aprendendo a olhar para dentro da sua casa, e são mulheres que vivem em uma situação de grande vulnerabilidade social”, explicou Karime. “A mobilização social e a inserção de território fazem parte do nosso plano de governo. Fazemos a catalogação dos dados, a metodologia e entregamos o material de construção para as melhorias que elas mesmas fazem nas casas delas”, disse.

Mestre em planejamento urbano pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), trabalhou por cinco anos na prefeitura de Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, antes de ser eleita prefeita de Rio Branco do Sul. Segundo ela, essa experiência foi importante para as políticas habitacionais em execução pela sua gestão. “Além da construção e reforma de moradias, o projeto Morar Bem Madre inclui uma área de lazer com parquinho e cancha para as crianças brincarem. “Assim aos sábados e domingos a população vai, fica e curte o dia lá. Nas oficinas do Morar Bem Madre, realizada aos sábados, a prefeitura disponibilizou uma pedagoga para trabalhar com as crianças. As mães se capacitam e as crianças têm atividades com a nossa pedagoga”.



Karime Fajad

“É um projeto maravilhoso. As mulheres estão aprendendo a construir, aprendendo a olhar para dentro da sua casa, e são mulheres que vivem em uma situação de grande vulnerabilidade social”.

Já o projeto Santaria, também prioridade citada pela prefeita diante da pouca disponibilidade de recurso, tem como objetivo a construção de banheiros. “Nós vamos construir 17 unidades sanitárias nesse bairro. Imagine vocês que só em um bairro faltam 17 banheiros. É muito grave. A princípio a construção seria com recursos da Funasa, mas com o novo governo (Lula) a Funasa se dividiu, e nessa incerteza, vamos colocar R\$ 250 mil de recursos próprios. Não vou esperar a Funasa”, afirmou. Além de contar com recursos do CAU, por meio de edital, a prefeitura de Rio Branco do Sul vai contratar arquitetos para fiscalizar a execução das obras. “Serão obras de melhoras sanitárias, mas também serão propostas melhorias pontuais nessas casas que vão receber os banheiros, porque não vai ser só banheiro, vão ter outras melhorias”.

Por fim, disse Karime, a Prefeitura vai instalar um container em praça pública, que vai ser um escritório popular de arquitetura, um projeto chamado Projeta RBS. “A gente vai colocar arquitetos para trabalharem dentro desse container, claramente, vai ser um espaço com conforto térmico”, explicou. Segundo ela, o governo do estado do Paraná viu que Rio Branco do Sul tem se destacado devido a esse grupo de arquitetos e vai usar a cidade como “cobaia” em um programa que prevê a oferta de 150 cartões reforma. Trata-se de um cartão com R\$ 5 mil em recursos para a família usar em melhorias habitacionais com técnica validada pela prefeitura e por um profissional capacitado, que será arquiteto.

“O escritório vai funcionar em praça pública porque a gente quer que as pessoas vejam, em especial aquelas que não têm recurso, que elas também podem contratar um arquiteto. Nessa praça, que não é a principal, mas é uma das maiores das cidades, vamos instalar o container, que vai ser o espaço de apoio para os arquitetos do Morar Bem Madre e do projeto de melhoras sanitárias do bairro de Santaria”, finalizou

Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)

PAINEL 6

Periferia Viva**Secretaria Nacional de Periferias – Secretaria Nacional de Periferias / Ministério das Cidades****Flávio Tavares Brasileiro****Ministério das Cidades apresenta o projeto Periferia Viva**

Infraestrutura urbana. Equipamentos sociais como espaços de segurança pública e de educação. Fortalecimento comunitário, com reforço em ações locais que já produzem bons resultados. Inovação e oportunidades, com fomento de emprego e renda. Esses são os quatro eixos do Programa Periferia Viva, apresentado pelo arquiteto Flávio Tavares, coordenador geral de articulação e planejamento da Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades, durante a Semana de Habitação. Ainda em elaboração na época do evento, o projeto deverá beneficiar 10 milhões de domicílios.



Flávio Tavares

“É importante a gente fazer uma avaliação do que foi a criação das políticas de intervenção em assentamentos precários, tradicionalmente postas pelo Ministério da Cidade. Temos feito uma avaliação crítica, uma avaliação histórica dentro da secretaria”.

O projeto, coordenado pela inédita Secretaria Nacional de Periferias, tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento dos territórios periféricos, com impacto potencial na vida de 36,1 milhões de pessoas nas piores condições de vida. “Nós estamos atuando em dois departamentos principais: um departamento que trata a regularização, a urbanização integrada e a qualificação dos territórios periféricos e um outro departamento irmão, que está trabalhando cotidianamente junto com a gente, que é a prevenção e a mitigação de riscos”, detalhou.

Antes de apresentar as linhas gerais do Periferia Viva, Tavares destacou a importância de conceituar a construção do programa. “É importante a gente fazer uma avaliação do que foi a criação das políticas de intervenção em assentamentos precários, tradicionalmente postas pelo Ministério da Cidade. Temos feito uma avaliação crítica, uma avaliação histórica dentro da secretaria. Partimos do princípio da urgência da retomada dessa agenda, sobretudo porque houve ao longo dos últimos seis anos uma deterioração das condições de vida nas cidades”, explicou, acrescentado que, na comparação com o passado, há hoje um componente importante nas intervenções de favelas: os impactos das mudanças climáticas.

Tavares disse que houve um investimento maciço nesses programas de infraestrutura urbana integrada, sobretudo durante a execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos governos Lula e Dilma Rousseff, mas que há limites nesse investimento. “Limites como temporalidade, por exemplo. Tem muitas das obras que foram financiadas há dez anos, às vezes vinte anos atrás, que ainda estão abertas na nossa secretaria. Há uma carteira ativa ainda porque a gente não consegue concluir determinadas obras. Isso são algumas questões que a gente tem colocado em discussão para construir esse programa”, comentou.

UNIVERSO DE ATUAÇÃO



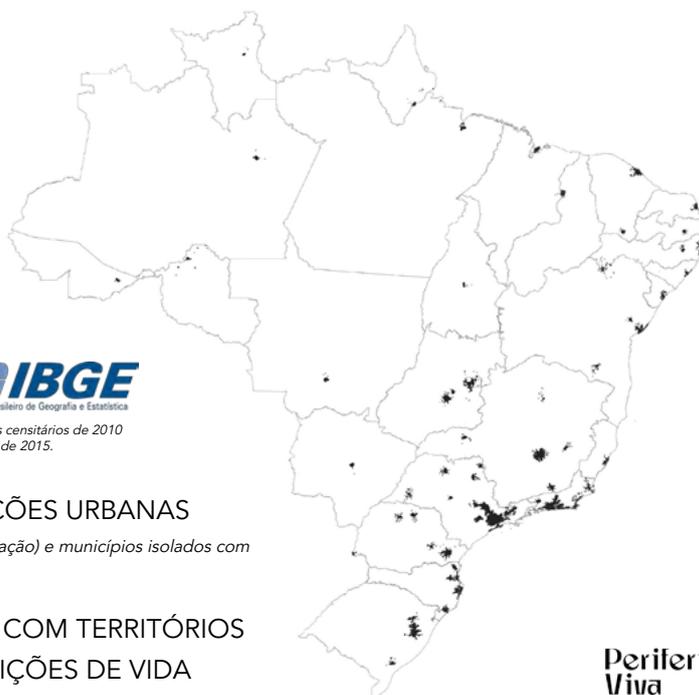
IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

* Estudo publicado em 2017, com dados censitários de 2010 e recorte territorial da "mancha urbana" de 2015.

63 CONCENTRAÇÕES URBANAS

Arranjos populacionais (conurbação) e municípios isolados com mais de 750 mil habitantes

415 MUNICÍPIOS COM TERRITÓRIOS NAS PIORES CONDIÇÕES DE VIDA



Periferia Viva

MINISTÉRIO DAS CIDADES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Além das capacidades locais em relação a recursos, ele disse que é complexo fazer intervenção em favelas, sobretudo nos últimos seis anos. “As equipes nos municípios e nos Estados estão absolutamente desestruturadas para isso, até porque não havia investimento, não havia política pública para isso. Então a gente precisa entender essas capacidades locais. A questão do controle social é importantíssima, a participação social, que foi, em alguns momentos, negligenciada para obras que são tão estruturantes, tão impactantes dentro desses territórios, e outras dimensões da vida urbana”, disse.

Segundo Tavares, é muito importante permeabilizar o Estado e as políticas públicas com as práticas e iniciativas que já estão em curso nas periferias. “Queremos construir esse programa a partir desse arranjo, dessas mobilizações, dessas iniciativas que já têm potência nesse território. Muita coisa aconteceu apesar de não ter tido política do Estado. Para isso, e a gente quer entender como esses mecanismos estão funcionando, e dando resposta a essas questões”, afirmou. Outro ponto importante, acrescentou ele, é a urgência de resgate da legitimidade do Estado e das políticas públicas nessa agenda.

“A população que está nesses territórios tem um sentido de urgência muito grande. Então, essa é a nossa grande resposta com a criação do Programa Periferia Viva: dar resposta a esse posicionamento do governo federal para colocar a agenda das periferias na centralidade do governo”, comentou Tavares, mestre em desenvolvimento urbano e secretário de Planejamento de Conde (PE) entre 2017 e 2020. “Queremos canalizar o investimento público e da protagonismo político a essa agenda. São três as principais estratégias que estão em curso para dar base para a construção desse programa: a Caravana das Periferias, o Mapa das Periferias e o Prêmio Periferia Viva”.



Flávio Tavares

“Queremos canalizar o investimento público e dar protagonismo político a essa agenda. São três as principais estratégias que estão em curso para dar base para a construção desse programa: a Caravana das Periferias, o Mapa das Periferias e o Prêmio Periferia Viva”.

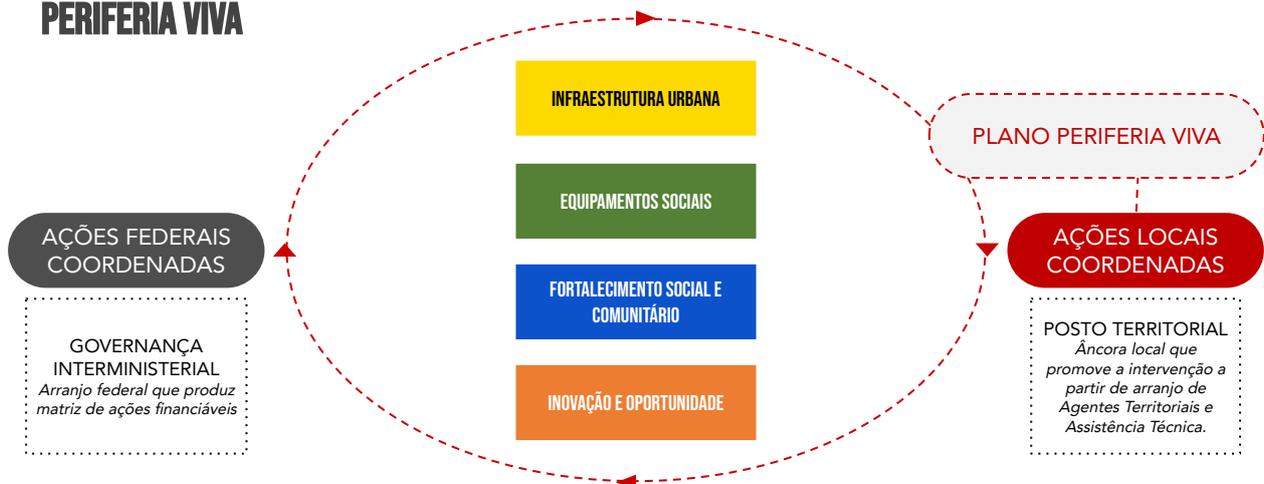
Ao todo, o Brasil tem atualmente 11.403 favelas, o que simboliza um total de 6,6 milhões de domicílios periféricos, segundo a prévia dos dados do Censo 2022. No entanto, o projeto deve extrapolar as fronteiras destes territórios e beneficiar um número maior de moradias. Em resumo, o objetivo do programa é criar políticas públicas voltadas à saúde, educação, moradia, segurança pública, segurança alimentar e lazer, integrando-as recursos já criados pelos próprios moradores por meio de associações de bairros e movimentos sociais. E, com isso, reduzir as desigualdades sócio territoriais nas periferias, com base em três eixos: participação social e formação cidadã, integração das políticas públicas e visão territorial.

A construção do Mapa das Periferias, segundo Tavares, é importante porque permitirá identificar determinadas potencialidades das periferias. “A gente tem alguns indicadores clássicos dos aglomerados sub-normais, dos assentamentos precários, todos esses que a gente já tem tido um diálogo estreito com o IBGE para revisar e atualizar, a partir da revisão do censo, atualizar inclusive a nomenclatura para que possamos incorporar outras questões desse outro aspecto, desse outro braço das periferias que são as potencialidades. Queremos construir um mapa para isso, queremos fazer com que tenha uma plataforma, um geoportal que possa agregar todos esses indicadores”.

Já a Caravanas das Periferias, que começou em maio por Belém (PA), é uma ação que busca mobilizar os agentes territoriais como associações, coletivos, grupos e agentes individuais que atuam em território periférico. A ação tem por objetivo conhecer e reconhecer agentes territoriais, integrando suas iniciativas às políticas públicas intersetoriais. A Caravana, que irá visitar diversos perfis de cidades e territórios periféricos, tem por objetivo reconhecer esses agentes e realizar um diagnóstico dos temas que estão mais potentes na periferia, tais como projetos, iniciativas, atividades e coletivos. O Prêmio Periferia Viva vai premiar 54 iniciativas que “possam trazer essa potência para a construção da política pública”, segundo Tavares.

Prevista para dezembro de 2023, a premiação será realizada durante o Encontro Nacional de Periferias. A ideia, disse, é criar, a partir dessas iniciativas premiadas, um fórum e uma rede que “possa estar calibrando e ajustando e essa política pública”. Antes de definir o modelo do programa, lembrou, é preciso definir o que se entende como território periférico. “Temos abordado vários conceitos que estão por aí, mas a gente tem trazido toda essa componente de territórios que tem ausência ou inadequação de infraestrutura urbana e de equipamentos públicos, mas que a eles se sobrepõe uma série de vulnerabilidades de várias dimensões, de áreas que historicamente são frutos de resultado da distribuição desigual do orçamento na cidade”.

MODELO LÓGICO DO PERIFERIA VIVA

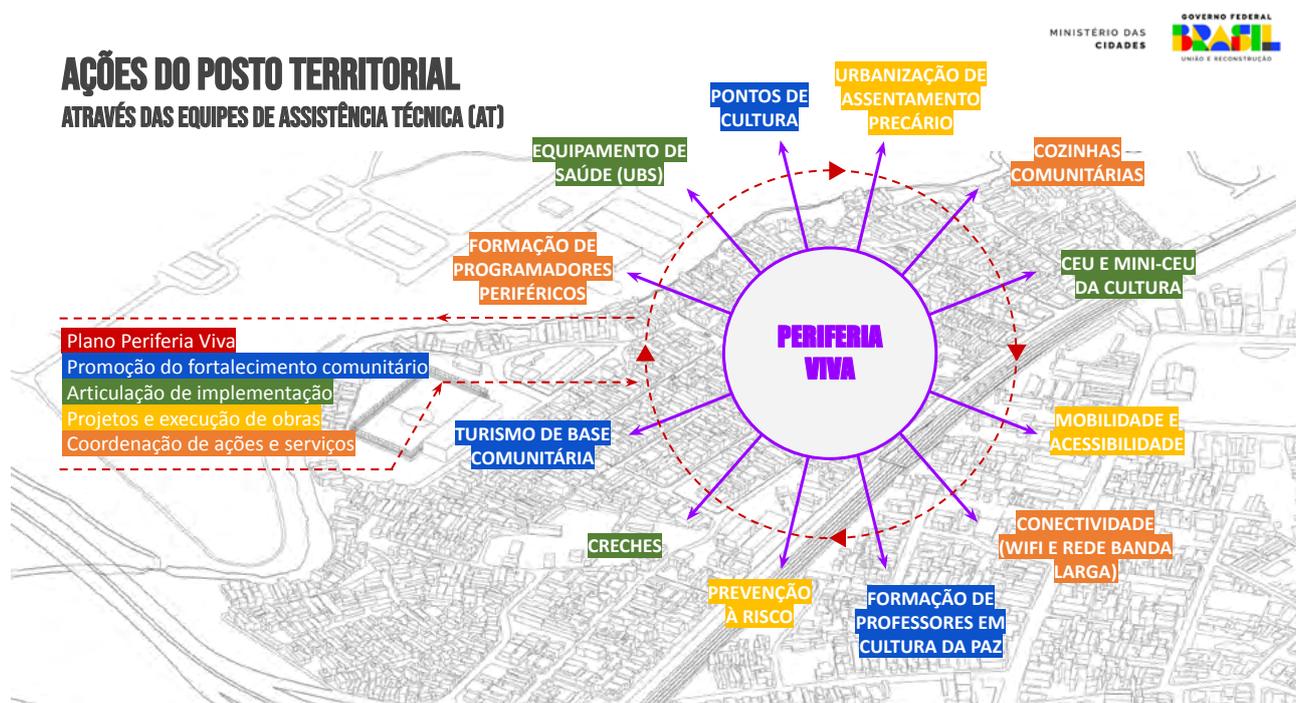


“Isso tem impactos reais na condição desses territórios e um componente clássico disso é a fragilidade que resultou no diálogo dessa população com o poder público e isso resulta numa missão histórica de políticas públicas para esses lugares. Mas apesar de tudo isso, de todas essas carências, reforçamos de novo essas potências e isso é fundamento para a construção do programa”, explicou Tavares. Daí a importância,

ressaltou o arquiteto, dos três eixos e da lógica que estruturam a construção do programa Periferia Viva: participação social e formação cidadã, integração das políticas públicas e visão territorial.

“O primeiro deles, acho que é o principal componente para recriar uma política pública vigorosa, é focar na participação social e na formação cidadã. A gente faz uma participação social com outra lógica, com a lógica de realmente incorporar essas pessoas na construção da política pública, na construção do resultado deste processo que está sendo construído e justamente na formação e no entendimento desse cidadão do resultado da política pública ali expressada. Tivemos uma construção histórica aí que muitas políticas públicas vigorosas implementadas pelo governo federal não foram incorporadas pela sociedade como fruto dessa luta e mobilização política e a gente acha acredito que é muito importante para esses territórios periféricos colocar esse processo de formação de inclusão cidadã dentro da construção da política”, avaliou.

O outro eixo principal, continuou Tavares, é integrar as políticas públicas. “Nós, arquitetos urbanistas, temos essa visão de território muito forte. Fundando o programa dentro do Ministério das Cidades com essa visão territorial, temos elementos para puxar uma série de outras políticas que estão sendo propostas ou, às vezes, já estão em execução pelo governo federal, mas que não são articuladas entre si”. Segundo ele, essa política de integração já está em andamento com ações de mais de 13 ministérios para o programa Periferia Viva. Para ver a efetividade e assertividade nessa política, explicou ele, será feito um estudo dos resultados a partir de 63 concentrações urbanas do país.



“Esse é um estudo importante. Como queremos agregar uma série de outras questões, além da precariedade urbanística na eleição desses territórios, é preciso avaliar aspectos de renda, sociais, de educação e de saúde”, explicou ele, destacando que a base do estudo são as pesquisas realizadas pelo IBGE. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ainda com base o censo de 2010, mostram que há no Brasil 415 municípios em piores condições de vida, onde vivem mais de 36 milhões de pessoas. Nesse sentido, Tavares destacou que há dois elementos principais do programa: a coordenação de ações, que ficará com o governo federal por meio de uma governança interministerial, e a implementação dessas ações na ponta, no território.

“Essa é uma coisa que falta muito no poder público, seja ele em qualquer escala, qualquer esfera que seja. Devido à distância que governo federal tem da escala local, a gente precisa coordenar essas ações. E

para isso a gente desenvolve dois arranjos. Um arranjo de ações federais coordenadas e outro arranjo de ações locais coordenadas”, afirmou. É por isso, frisou Tavares, que foi definida uma matriz com quatro eixos principais do programa. “Partimos da eleição dessas componentes de infraestrutura como componentes principais, matrizes para gerar as outras componentes de equipamentos sociais, fortalecimento social e comunitário, inovação e oportunidade”.

Esses quatro eixos, segundo ele, vão gerar ações específicas de cada um dos 17 ministérios que já estão pactuados. “Ou seja, políticas da cultura, da saúde, da educação, que já fazem e já têm abrangência, já têm atuação para um território periférico, serão encaixadas nisso aqui. Isso vai formar uma espécie de cardápio de possibilidades para que o território local possa definir o que são as prioridades para a atuação naquela realidade específica. Então, aqui no governo federal, nós teremos uma governança interministerial que vai produzir esse cardápio, essa matriz de ações financiáveis. E aí lá na ponta, na escala local, no território periférico, a gente vai financiar a instalação de um posto territorial”.

POSTO TERRITORIAL: A ASSESSORIA TÉCNICA NO TERRITÓRIO PERIFÉRICO

Deverão necessariamente estar presentes no território periférico como forma de criar vínculos, fortalecer o tecido social local, a presença e o compromisso do Estado com uma política intersetorial.



No posto territorial haverá uma equipe de assessoria técnica multidisciplinar, classificada por ele como âncora, que vai promover esse arranjo de assessorias técnicas, comunidades locais. “Esses agentes territoriais de base vão atuar para definir a lógica do programa, quais daquelas matrizes, quais itens daquele cardápio de ações encaixa ali naquele território. Ninguém melhor que a assessoria técnica para fazer esse arranjo todo de sensibilidade para definir isso. Como é que ele define isso? Qual o produto disso? Como é que se faz na prática? Através do plano Periferia Viva. O plano Periferia Viva é esse produto que a assessoria técnica vai entregar para dizer como é que isso vai se estruturar nesse território periférico. Então a coordenação dessas duas lógicas, local e federal, vai ser o arranjo principal do programa”, finalizou.

Assista **aqui** palestra completa no Youtube do CAU/BR



Veja **aqui** o conteúdo a apresentação realizada (pdf)

MESA

Operando a ATHIS com ações concretas Ensino, Pesquisa e Extensão em ATHIS

Daniela Sarmiento – Vice-presidente do CAU Brasil

Integração entre ensino, pesquisa e extensão fortalece ATHIS

Sete projetos desenvolvidos em diferentes regiões do Brasil foram o centro da Mesa “Operando a ATHIS em ações concretas – Ensino, Pesquisa e Extensão em ATHIS”. Como característica e objetivos distintos, as experiências relatadas mostram que há diferentes possibilidades de integrar projetos de melhorias em habitações sociais ao aprendizado dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo. De maneira resumida, os relatos reafirmam a importância da integração das três áreas para o fortalecimento e desenvolvimento da assistência técnica em habitações de interesse social.

Ana Luiza Gusmão Silva, estudante do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Sergipe e representante do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) Trapiche, vinculado à Universidade Federal de Sergipe (UFS), foi a responsável por apresentar a primeira experiência. Segundo ela, “a extensão é uma ferramenta essencial para construção de uma universidade plural e democrática e deve ser aliada dos movimentos sociais, apontando o caminho em direção a transformações efetivas da sociedade, que está presente no manifesto em defesa de uma universidade popular”.



Ana Luiza Silva

“A extensão pode ser esse caminho da democratização dentro das universidades, associada à questão da educação popular. Quando estamos dentro de alguma comunidade, a gente parte sempre do pressuposto de que não se educa alguém, e alguém não necessariamente me educa, mas nós nos educamos em conjunto na materialidade”.

O Programa de Orientação aos Escritórios Modelos (Poema), lembrou ela, foi criado a partir de uma iniciativa da Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura (Fenea) como uma atividade de extensão. Citando o educador Paulo Freire, ela disse que “a extensão pode ser esse caminho da democratização dentro das universidades, associada à questão da educação popular. Quando estamos dentro de alguma comunidade, a gente parte sempre do pressuposto de que não se educa alguém, e alguém não necessariamente me educa, mas nós nos educamos em conjunto na materialidade”.

Ao contrário dos trabalhos da assistência técnica, que ela classificou como pontuais e específicos, o trabalho desenvolvido pelo EMAU Trapiche, criado em 2014, é um projeto continuado e em conjunto com a comunidade. Com estatuto e regimento próprio, o Trapiche é dividido em 3 diretorias: administração, gerenciamento de projetos e relações públicas. Há ainda espaços de informação e capacitação. “Se estamos falando de trabalhar com comunidade, não dá para fazer isso de qualquer forma. É fundamental ter esses espaços formativos”.

Integrado por estudantes, professores e convidados externos, o Trapiche desenvolve também ações de

mobilização popular. “A partir de melhorias habitacionais, surgiu a ideia de que a mobilização popular talvez fosse fundamental”. O resultado, segundo Ana Luiza, foi a construção de uma oficina preparatória com a finalidade de evidenciar a importância da mobilização popular na luta por moradia. Uma das atividades realizadas, disse, foi o estudo de viabilidade a ocupação do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) de Sergipe, João Mulungu.

Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e coordenadora no Lab Habitar do curso de Arquitetura e Urbanismo, Ângela Gordilho lembrou que a luta por moradia digna é antiga e que, tanto as universidades quanto o CAU, têm um papel central, mas que essa é uma questão complexa. Segundo ela, a extensão é o futuro da universidade pública. “Nós não capacitamos mais o técnico apenas para atuar na cidade produtiva, na cidade do mercado. Nós temos que ir além disso, temos que trabalhar com a cidade real”.



Angela Gordilho

“Nós não capacitamos mais o técnico apenas para atuar na cidade produtiva, na cidade do mercado. Nós temos que ir além disso, temos que trabalhar com a cidade real”.

“O Lab Habitar está fazendo 30 anos. Foi fundado em 1993. Quando nós entramos na universidade, exatamente neste ano, eu vinha de ação de município e estado, ação de políticas públicas, como gestora pública. Nossa ideia era aprender fazendo. Parece que o papel principal da extensão é exatamente essa capacidade que nós temos de aprender com a cidade, com o outro, com a realidade. Não é só levar o que nós fazemos. A extensão não é só estar com as comunidades, é um produto da universidade para fora dos muros”, resumiu.

Segundo ela, os eixos de atuação do Lab Habitar são: ambiente construído, assessoria técnica e gestão a projetos, núcleo de documentação, políticas, programas e projetos e tecnologia de projeto de construção. Ângela citou, entre outros, o Centro de Referência de Informação da Habitação, um projeto que reunia várias universidades com informações sobre habitação; o Observatório das Metrôpoles; a criação da residência de arquitetura, urbanismo e engenharia e as suas nucleações, a Rede ULACAV, que permite uma aproximação com a América Latina, e o BR Cidades.

Quando a residência começou, lembrou ela, a expectativa era iniciar com 5 profissionais. “Mas tivemos mais de 70 candidatos; então, a primeira turma acabou sendo de 22 alunos. O curso foi pensado com base na lei de assistência técnica, que era o nosso instrumento jurídico de existência dentro da universidade. A princípio funcionaria de 14 a 16 meses. Não é um mestrado, é uma especialização. Agregamos 54 professores, sendo alguns voluntários de outras universidades, mas a maioria da nossa faculdade, e a previsão era que ingressassem 25 alunos. A média tem sido essa, de 20 a 25”.

“Nós atuamos basicamente com as nossas próprias condições. Junto ao Ministério da Educação a gente tem um certificado. Trabalhamos com as comunidades e ao final o projeto é devolvido à comunidade para que aqueles alunos do curso possam, como assessores, dar continuidade. Alguns deram em alguns projetos. Nós já temos quase uma centena de alunos formados, quase uma centena de projetos, trabalhando com quase 30 comunidades”, detalhou.

Já na quinta edição, o projeto de residência tem como foco os espaços públicos, a mobilidade e o paisagismo. “Com algumas reformulações o curso hoje é mais enxuto. Tivemos reconhecimentos interessantes, o que nos anima continuar. O papel do ensino, pesquisa e extensão na universidade não é solução de política

pública, é uma política pública dentro de uma universidade pública”. Segundo ela, “o Brasil precisa dessa capacitação hoje, de multiplicação de assessores, desse conhecimento produzido, para que a gente consiga enfrentar o desafio da Periferia Viva”.

Nice Medvedovski, professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), destacou a parceria com a UFBA. “Pelotas tem uma história muito interessante sobre a questão do patrimônio eclético, e aí Ângela me provocou e aceitei a proposta de a gente então se inserir dentro da residência como residência associada. Tivemos duas turmas. A primeira foi um pouco difícil porque as alunas tinham que efetivamente se deslocar para Salvador. Foram quatro meses de aula presencial e depois uma associação entre os professores tutores da sede e os professores setores da associada”.



Nice Medvedovski

“Como é que você faz esses registros, como é que são os créditos das disciplinas, para você superar essas barreiras, dá trabalho, infelizmente. Nós ainda estamos muito departamentalizados”.

Com a pandemia da Covid-19, explicou ela, a segunda turma passou a desenvolver os projetos apenas em Pelotas, mas sempre em diálogo com a equipe da UFBA. Três comunidades, incluindo uma indígena, já foram beneficiadas. Ela destacou que, apesar das questões burocráticas, foi possível trabalhar com várias unidades simultaneamente. “Como é que você faz esses registros, como é que são os créditos das disciplinas, para você superar essas barreiras, dá trabalho, infelizmente. Nós ainda estamos muito departamentalizados”, mas o que permitiu esse trabalho integrado foi o espaço”.

Segundo ela, o espaço unifica todas as necessidades e o que é o cotidiano da vida das pessoas. “E com isso você consegue, então, ter a questão da profissão. No ensino, você tem a formação profissional e essa questão da extensão”. Como o projeto avançando, disse, a burocracia diminuiu. “Agora não é mais um projeto de pesquisa e mais um de extensão. É um projeto unificado, com ações ao longo do tempo. E aí tem a fase 1, tem a fase 2, quando entra a pesquisa sobre conforto ambiental. Aí veio o período da pandemia e a gente viu que comunidade não tinha forro nas casas do PAC, e a gente trabalhou com a questão da sustentabilidade, da reciclagem”.

Liza Andrade, professora da Universidade de Brasília (UnB) apresentou o projeto Residência Multiprofissional CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade, Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecológica). Depois de obterem recursos, inclusive por meio de emendas parlamentares, foi realizado o primeiro

“

A metodologia é trabalhar nos 7 territórios onde a gente já atuava, então os territórios já têm mais de 5 anos que a gente trabalha. Então, a gente não chega de repente no território”.



Liza Andrade

encontro nacional sobre extensão na pós-graduação e assessoria técnica para a produção do habitat mais saudável, resiliente solidário no campo e na cidade, que contou com a participação de 14 cursos de lato sensu e residência.

O desafio do curso, contou ela, “é nós somos uma comunidade e quando a gente fez a chamadas dos cursos, apareceram desde sociólogos, assistentes sociais, engenheiros, agentes comunitários da saúde para tentar participar dessa seleção”. Segundo ela, foram contemplados 28 com bolsa e 7 sem bolsas. “A metodologia é trabalhar nos 7 territórios onde a gente já atuava, então os territórios já têm mais de 5 anos que a gente trabalha. Então, a gente não chega de repente no território”. Também foram realizados mais de 50 trabalhos de conclusão de curso de extensão.

As atividades de extensão envolvem dois assentamentos rurais do MST; o Quilombo Mesquita, no entorno de Goiás; a cidade estrutural Santa Luzia; ocupações como a do Sol Nascente e Dorothy Stang; e também a Serrinha do Paranoá “onde a gente atua há mais de 14 anos, tentando segurar 120 nascentes que têm na região”, explicou. O projeto envolve 64 professores, 13 faculdades da UnB, um curso de 480 horas com seis módulos. Segundo ela, o curso está agora no quarto módulo. Também foi realizado um seminário com técnicos do Ministério das Cidades.

Liza chamou a atenção para que seja diferenciado as atividades realizadas pelos profissionais e entidades que participam dos projetos. “Acho que nós temos uns 4 tipos de agentes, assistentes, assessorias, que a gente deveria diferenciar e valorizar cada um. Nenhum é melhor do que o outro, são os governos federal e local; a universidade, com a sua produção de conhecimento; as assessorias e os escritórios; e os movimentos sociais. Um depende do outro e são coisas diferentes”.



“É o resgate e o entendimento da produção em ensino, pesquisa e extensão como processo de interdependência dos saberes e fazeres, pavimentando o caminho para a formação profissional, que é a residência, e a atuação profissional em ATHIS, que são os escritórios de assessoria técnica”.

As outras duas experiências apresentadas foram o Gogó da Ema, realizada em Itabuna (BA), coordenado pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFB), e a criação dos escritórios modelo de arquitetura em Sergipe para atender a população de Laranjeiras, cidade a 20 km de Aracaju. Joel Felipe, professor da UFSB, explicou que o curso de extensão relacionado ao Gogó da Ema tem como foco a formação de assessorias técnicas. Após um histórico sobre políticas públicas habitacionais, Márcio da Costa Pereira, professor da Universidade Federal de Sergipe (UFSE) lembrou que o escritório modelo de arquitetura foi criado em 2014 para desenvolver projetos de extensão, assistência técnica, reconhecimento território e reconhecimento da população.

Como a UFSB não tem curso de Arquitetura e Urbanismo, disse Felipe, o projeto é realizado em parceria com outras universidades. O projeto começou após um alagamento no local em dezembro de 2021. “É patrocinado pelo CAU em R\$ 250 mil, tem terceiros e a prefeitura vai entrar com R\$ 470 mil, aproximadamente, em obras, e o valor aplicado pelo patrocinador, que somos nós. E a contrapartida que é a carga horária dos docentes que estão entrando, que não recebem nada além do que a gente já recebe por trabalhar 40 horas semanais. Nós já somos pagos para isso”, afirmou.

Pereira disse que as atividades realizadas por docentes e alunos “é o resgate e o entendimento da produção em ensino, pesquisa e extensão como processo de interdependência dos saberes e fazeres, pavimen-



Márcio Pereira

“

É o resgate e o entendimento da produção em ensino, pesquisa e extensão como processo de interdependência dos saberes e fazeres, pavimentando o caminho para a formação profissional, que é a residência, e a atuação profissional em ATHIS, que são os escritórios de assessoria técnica, esses escritórios de assessoria técnica”.

tando o caminho para a formação profissional, que é a residência, e a atuação profissional em ATHIS, que são os escritórios de assessoria técnica, esses escritórios de assessoria técnica”. Segundo ele, a parceria com a Prefeitura de Laranjeiras gerou vagas de estágio e o escritório modelo funcionou como um laboratório de projetos.



OFICINAS • 26/7

OFICINA 1

Possibilidades de arranjos institucionais para viabilização da ATHIS

Nessa oficina foi apresentado o contexto histórico das ações de ATHIS no CAU/RS com base nas ações realizadas em 2017 e 2018 por meio de editais. Comissão temporária apontou a necessidade de ter uma estrutura administrativa para se dedicar à implementação da lei da ATHIS como política pública.

Foi criado o gabinete de ATHIS e a comissão definiu o plano de trabalho, sugerindo as seguintes etapas: diagnóstico, divulgação e ações de fomento através das resoluções 94/2014, que regulamenta a concessão de apoio institucional, e 200/2020, que dispõe sobre procedimentos orçamentários a serem adotados em âmbito nacional e local.

Após instalação do gabinete de ATHIS, abre-se o ciclo de protocolos de cooperação com diversas instituições como a Secretaria de Obras Públicas (SOP/RS), associação dos defensores públicos, associações de municípios. Nessa agenda de construção de rede é organizado também o fórum das entidades de arquitetura do estado, incluindo as entidades mistas.

Na sequência, foi realizada uma campanha publicitária para auxiliar na divulgação da ATHIS e os projetos do CAU/RS como posicionamento institucional. No segundo momento da oficina foram apresentados os principais projetos realizados pelo gabinete de ATHIS:

- **Casa saudável:** Organização do programa, como aplicar o recurso do Conselho, tripé governo, arquitetos credenciados, famílias atendidas. O CAU pode atuar com os três, mas optou em iniciar com o governo e municípios. Foram apresentados os diversos arranjos de funcionamento das parcerias e resultados.
- **Nenhuma Casa sem Banheiro:** foi apresentada a organização do programa e como se estabeleceram as parcerias. Destaque para articulação e construção da viabilidade jurídica e política para garantir que os banheiros fossem 100% subsidiados. Projeto foi criado para atender uma demanda durante a pandemia, mas com foco em ser escalável, simples de ser aplicado e com potencial para ser uma política pública de fácil aderência dos gestores públicos.

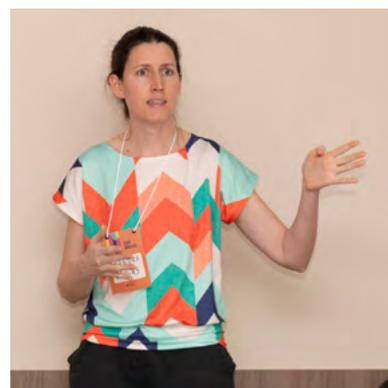
PARTICIPANTES:



Fausto Leira



Daniela Sarmiento



Sandra Becker

OFICINA 2

**Contribuindo com a plataforma
“Observatório da ATHIS”**

Os palestrantes fizeram uma apresentação do Observatório ATHIS, plataforma criada com o objetivo de consolidar uma base de dados para divulgar as informações sobre a produção do CAU em relação às atividades de ATHIS para consulta pública, transparência e registro interno, além da interface com o público externo e acesso interno.

Foram apresentadas as contribuições de ajustes da plataforma.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP) detalhou como foi realizado o mapeamento das ações e a construção metodológica para a plataforma.

A conclusão foi de que a plataforma ainda se encontra em estado de desenvolvimento e aberta às contribuições. As considerações serão avaliadas e amadurecidas e o grupo acordou em realizar uma reunião online para atualização.

Ao final da oficina, foram definidos nove encaminhamentos:

1. Debate sobre a aba estatísticas: Pode integrar a base de dados apenas com instituições e com trabalhos acadêmicos?
2. Apresentar para consulta os resultados/relatórios do projeto. Incluir a pesquisa sobre trabalhos acadêmicos que tratam do tema de ATHIS.
3. Preocupação sobre o financiamento e manutenção dessa plataforma para garantir a continuidade. Edital para universidades para coletar e alimentar dados.
4. Como vai ser a continuidade? Quais os mecanismos internos do CAU para que a plataforma faça parte da estrutura. Assim, como o SICCAU que é subaproveitado.
5. Pensar numa maneira de ter a lei orçamentaria própria do CAU. Colocar para dentro da resolução 200 os parâmetros.
6. Chamar uma bibliotecária e um design de UX para melhoria da plataforma. Substituir o termo materiais por publicações.
7. Na inserção de um projeto, vincular a termos de fomentos anteriores, se houver.
8. Qual o público-alvo da plataforma? OSC, imprensa, academia, assessores, gestores públicos que parte é para quem? Qual a linguagem?
9. Poderia ter um banco de projetos para orientar os gestores.

PARTICIPANTES:

**Antônio Couto Nunes****Camila Leal****Sandra Marinho**

OFICINA 3

Cenários de Capacitação e ampliação de Recursos para ATHIS

Essa oficina teve como objetivo fornecer informações e estratégias relevantes para obter recursos financeiros necessários para o desenvolvimento e implementação de projetos de ATHIS e REURB por meio de emendas parlamentares e de outros mecanismos. Também foi uma oportunidade para a troca de experiências entre os participantes para identificação de fontes de financiamento disponíveis.

Os participantes analisaram três cenários: 1. Mobilização de recursos gerenciados pela Caixa Econômica Federal para execução de políticas de habitação; 2. Emendas parlamentares; e 3. Estruturação programática da ATHIS e melhorias habitacionais. Com base nas discussões, foram aprovados 10 encaminhamentos, incluindo interlocução com parlamentares, governos e prefeitura e criação de um fundo para ATHIS em nível nacional.

Na conclusão, foram apresentadas propostas para estimular as compras coletivas a partir de associações de moradores, implantação de bancos de materiais utilizando sobras das grandes obras e reformas, coletadas de potenciais doadores e distribuídas dentro de critérios previamente estabelecidos. A avaliação é que a atual gestão do CAU/BR evoluiu muito na compreensão da assistência técnica como política pública e que fortalecer esse caminho é importantíssimo.

Também foi sugerido incentivar políticas públicas para a produção da habitação com a intersecções com a economia, cultura, ciência e tecnologia, educação e saúde. O recurso, consideraram os participantes, dificilmente será formado a partir da economia solidaria se não houver um mecanismo inovador. não podemos utilizar os recursos do Orçamento Geral da União (OGU), gerido pela Caixa Econômica Federal, considerando os atuais parâmetros de prestação de contas.

PARTICIPANTES:



Cleandro Krause



Luciana Rubino



Patrick Carvalho



Renato Balbim



OFICINAS • 27/7

OFICINA 4

Boas Práticas na execução de parcerias

Boas práticas na condução de parcerias, prestação de contas e segurança jurídicas relacionadas à lei 13.019/14 foi o tema debatido nessa oficina. Esta lei regulamenta atividade do terceiro setor por meio das Organizações da Sociedade Civil (OSC). Tanto a exposição quanto a dinâmica foram importantes para entender as dificuldades e possibilidades de melhorias no âmbito da prestação de contas.

Entre os temas abordados, estiveram o uso do extrato bancário, das notas e dos comprovantes de quitação da despesa em nome do beneficiário; a possibilidade de OSC buscarem seus direitos no tocante a não cobrança de tarifas bancárias, tentando solucionar com as instâncias superiores, inclusive o Banco Central; e a importância de ter uma conta corrente aberta exclusivamente para essa finalidade devido ao fato de sua movimentação estar sujeita a identificação do beneficiário final.

Os participantes concluíram que é preciso que o CAU/BR providencie uma normativa universal que possa ser aplicada em todos os editais fomentos do Brasil. As entidades também demonstraram inseguranças pela falta de apoio contábil e jurídico dentro das próprias organizações.

Foi de comum acordo que o alcance de uma segurança jurídica frente ao processo de prestação de contas e uma adoção de boas práticas nesta etapa é essencial para a alavancagem de mais editais, cada vez mais atingindo de forma positiva a sociedade e o exercício profissional do arquiteto e urbanista.



PARTICIPANTES:



Hermann Pereira



Paula Benitez

OFICINA 5

Como viabilizar as obras de melhorias habitacionais

Os participantes foram convidados a se dividir em grupos para realizarem a simulação de atendimento a quatro famílias com renda reduzida para o desenvolvimento de projeto e a execução de obras de melhorias habitacionais. O objetivo da dinâmica foi proporcionar a compreensão das complexidades socioambientais do público atendido pelas políticas de ATHIS, em situação de vulnerabilidade social.

Cada grupo precisou categorizar as prioridades de intervenção, considerando as necessidades econômicas de relacionamento e saúde, avaliando que ações podem funcionar melhor para cada situação. Os participantes também precisaram identificar os recursos disponíveis, separando o que é recurso financeiro e o que é recurso humano, assim como o custo para execução das obras prioritárias.

Embora seja importante fazer um bom diagnóstico dos recursos financeiros que cada família dispõe, o que pode influenciar no ritmo das obras, é necessário ter a clareza de que a principal função do arquiteto e urbanista na assistência técnica é ajudar no processo de planejamento para que a obra se viabilize. Ou seja, para que seja executada, principalmente quanto envolve recursos da própria família.

Uma das conclusões é que para fazer a ATHIS é necessário contar com a participação de assistentes sociais e de agentes de saúde, profissionais que podem contribuir na realização do diagnóstico inicial dos moradores da área onde o projeto será executado. Nesse sentido, é preciso dialogar com o SUAS, que já está sobrecarregado e, portanto, é necessário reforçar a estrutura do SUAS para garantir a articulação com a habitação.



PARTICIPANTES:



Mariana Estevão

OFICINA 6

REURB integrada à ATHIS no contexto urbano e rural

A partir de exemplos, foi discutido como a Regularização Fundiária Urbana (Reurb) pode ser integrada à ATHIS, tanto em contextos urbanos quanto rurais, considerando suas particularidades e desafios específicos. A oficina apresentou conceitos e fundamentos da Reurb e da ATHIS, destacando suas interseções e complementaridades.

Primeiro foi feita uma análise dos conceitos e fundamentos na perspectiva de ampliar as possibilidades de parcerias entre órgãos públicos, organizações sociais, universidades e demais atores envolvidos na promoção da Reurb e ATHIS. Um desses atores é o Incra, que pode usar recursos para viabilizar as construções das habitações rurais para as famílias que não tem moradia e para a melhoria habitacional das casas existentes em situação de precariedade.

Esses créditos seguem o decreto nº 9.422/2018 – IN nº 101/2020, atualizados pelo decreto nº 11.586/2023. O Incra não gera o crédito, mas oferece o recurso a família e ela usa o dinheiro. Os recursos são liberados em duas parcelas: a primeira quando inicia a obra; e a segunda quando se comprova os resultados por meio de registros fotográficos. Existem alguns procedimentos operacionais e organizativos para concessão, acompanhamento e fiscalização das modalidades do crédito habitacional.

Uma das conclusões é a necessidade de melhorar a forma de morar no campo, pensar conectado com os outros profissionais e movimentos camponeses para identificar novas possibilidades, inclusive de desenho do parcelamento do solo e acesso à terra. Também foi sugerida uma parceria entre o CAU/BR e o Incra para instituir a ATHIS Rural e a elaboração de um Manual Orientativo para projetos de habitação rural.

PARTICIPANTES:

**Rafael Ambrósio**



ANEXOS

Seminário melhorias habitacionais: da saúde do habitat à economia



Vice-presidente da Caixa Econômica Federal, Inês Magalhães; Presidente do CAU Brasil, Nadia Somekh; Coordenador Claudio Amitrano, que representou a presidente do IPEA, Luciana Serra; Presidente do IPHAN, Leandro Grass; representante da Secretaria Geral da Presidência, Kelli Cristine Marfot; e prefeito do município de Taboão da Serra, José Aprígio da Silva | Foto: Thiago Sousa

Velhos e novos problemas precisam ser enfrentados, diz presidente do CAU/BR

“Precisamos romper com tradição e a cultura produtivista na produção habitacional. Nosso desafio não é contar o número de moradias, mas a sua qualidade. Os problemas continuam batendo à porta quando só produz habitação sem cidade. É urgente repensar o morar e produzir cidadãos e cidadãs”, afirmou o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, durante a abertura do Seminário Melhorias Habitacionais: da Saúde do Habitat à Economia.

No evento, promovido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU Brasil) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) entre os dias 24 e 26 de outubro em Brasília (DF), foram apresentados 16 projetos de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS). “Temos uma situação dramática e uma cegueira social para os problemas das cidades neste país”, afirmou a presidente do CAU/BR, Nadia Somekh, também na abertura do seminário.

Ela lembrou que os principais programas governamentais criados para enfrentar a questão habitacional, como o BNH e o Minha Casa Minha Vida, ofereceram resultados insuficientes para atender à demanda da população brasileira que se aprofundou com a pandemia da COVID 19. “Há sessenta anos debatemos as reformas urbanas sem soluções efetivas aplicadas. Temos 213 mil de pessoas morando nas ruas depois da pandemia e uma desigualdade agravada pelo racismo estrutural e pela crise climática. São velhos e novos problemas que precisam ser enfrentados”, apontou.

Teixeira disse que país precisa incorporar o tema da arquitetura e urbanismo e que espera que a modalidade Entidades do MCMV chegue também ao campo. Reconhecendo a necessidade de apoio político que a ATHIS requer para ser bem-sucedida, o ministro se colocou à disposição para fortalecer a pauta dentro do

governo. “Precisamos romper com tradição e a cultura produtivista na produção habitacional. Nosso desafio não é contar o número de moradias, mas a sua qualidade. Os problemas continuam batendo à porta quando só produz habitação sem cidade. É urgente repensar o morar e produzir cidadãos e cidadãs”, afirmou.

O programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades (MCMV-Entidades) tem por finalidade a concessão de financiamento subsidiado a famílias organizadas por meio de entidades privadas sem fins lucrativos para produção de unidades habitacionais urbanas, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Tem como público-alvo famílias com renda familiar bruta mensal de R\$ 2,64 mil, organizadas sob a forma associativa, sendo admitido, para até 10% das famílias atendidas em cada empreendimento, que a renda mensal bruta seja limitada a R\$ 4,4 mil.



Representante da CEF, Patrick Carvalho; e o Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira | Foto: Thiago Sousa

Nadia disse que o acordo entre CAU e IPEA alavancou a ação em promoção da ATHIS e das melhorias habitacionais, fazendo com que a demanda reverberasse na sociedade e no governo. “O trabalho que realizamos até agora foi muito importante para dar a dimensão do problema e oferecer suporte à nossa Comissão de Política Profissional que vem trabalhando para fortalecer a ATHIS”, afirmou ela. “Todo o trabalho que foi realizado na parceria com o CAU representa o que é o espírito do IPEA, que tem a finalidade de assessorar o planejamento e apoiar monitoramento de políticas públicas por meio de pesquisas estratégicas”, complementou Claudio Amitrano, representando a presidente do Instituto, Luciana Serra.

Ao longo de um ano, a parceria entre o CAU/BR e o IPEA possibilitou o desenvolvimento de estudos conjuntos para subsidiar a formulação de políticas públicas. As pesquisas ofereceram ao CAU subsídios para propor aperfeiçoamentos ao Projeto de Lei do Novo Minha Casa Minha Vida. Em setembro de 2022, o Plenário do CAU aprovou Protocolo de Intenções para realização de pesquisas e estudos para criar indicadores capazes de balizar políticas públicas e a implementação de um Fundo de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS).

Como resultado, os técnicos desenvolveram a análise das emendas propostas à Medida Provisória que recriou o MCMV, apontando sugestões de incorporação da ATHIS e de melhorias habitacionais ao programa. Em outro estudo, apontou a convergência de ações desta natureza com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ODS).

ALIANÇA INSTITUCIONAL

A vice-presidente da CEF, Inês Magalhães destacou a simbologia de receber a abertura do seminário na sede da instituição. “Entre 2005 e 2007, fizemos várias tentativas de implementar melhorias habitacionais com Assistência Técnica dentro dos programas. Ainda não achamos uma equação suficientemente robusta para oferecer escala dentro do MCMV. Este seminário simboliza uma aliança institucional para equacionar o tema das melhorias habitacionais dentro do arco de políticas públicas”, afirmou a vice-presidente da Caixa Econômica Federal, instituição que é a principal gestora dos programas de moradia no país.

Três experiências práticas de promoção da saúde e justiça ambiental por meio de intervenções com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) foram apresentadas no 25 de outubro: os projetos Nenhuma Casa sem Banheiro (RS), Mãe Luzia Acessível (RN) e Diagnóstico habitacional a partir dos agentes de saúde (PR). Os três contaram com recursos dos editais de ATHIS do sistema CAU.

Mediadora da mesa, a conselheira Cristina Barreiros, coordenadora da Comissão de Política Profissional (CPP) lembrou as ações desenvolvidas pelo CAU pelo fortalecimento da ATHIS nas últimas gestões, quando teve oportunidade de atuar junto à Comissão. Segundo Cristina, o intenso trabalho de promoção fez com que área de atuação profissional tenha ganhado ampla divulgação na atual gestão. “A nossa comissão tem trabalhado para desenvolver a ATHIS enquanto política profissional. Com isso, também combatemos o estigma de que somos profissionais elitistas. Nós, arquitetos e urbanistas, estamos preparados para oferecer respostas à sociedade em todos os níveis”, afirmou.

Na manhã do dia 26 foram apresentados outros três projetos: Morar Bem Madre, realizado no município de Rio Branco do Sul (PR) pela prefeita Karime Fayad e pela Sociedade Cooperativa Ambiens; Escritórios Populares de Assistência Técnica (EPA), criados no município de Conde pela ex-prefeita Márcia Lucena entre 2017 a 2022; e o Vidas Novas nas Grotas, lançado pelo governo estadual de Alagoas em 2016 e recebeu vários prêmios e reconhecimentos, incluindo o World Smart City Awards na categoria “Qualidade de Vida e Inclusão”. Os três projetos contaram com recursos das representações estaduais do CAU.

Todos os projetos apresentados são exemplos da eficiência das ações que visam solucionar problemas habitacionais em moradias já existentes com assistência técnica, posicionando a arquitetura e urbanismo



Shirlei Corrêa Rodrigues, do MinC; Rafael Ambrósio, do INCRA; Daniel Morostegran e Carneiro, da Universidade Federal da Bahia; Pedro Langella, Arquiteto e Urbanista; Ricardo Mascarello, Conselheiro do CAU Brasil; Ester Carro, Arquiteta e Urbanista; Érica Diogo, do IPHAN e Daniela Ferreira dos Reis – do Ministério da Justiça. (Foto: Helio Montferre/Ipea)

como serviço essencial à saúde da população. O objetivo da apresentação no seminário foi envolver o poder público e acolher as percepções de arquitetos e urbanistas e outros agentes interessados no avanço de políticas capazes de atender ao universo de moradias precárias existentes no país, estimado em cerca de 25 milhões de domicílios pela Fundação João Pinheiro.

Ainda no dia 26, empreendedores, ativistas sociais e representantes governamentais se reuniram para discutir soluções inovadoras e tecnológicas para enfrentar o desafio da inadequação habitacional no Brasil. Durante a Mesa Redonda 2: Plataformas Tecnológicas, Cooperação e Controle de Finalidade, novas experiências mostraram como as tecnologias da informação podem conectar agentes sociais, coletivos profissionais e o poder público.

Segundo o Ministério das Cidades, a inadequação de moradias afeta cerca de 26 milhões de domicílios urbanos, sendo que 12 milhões apresentam problemas estruturais. A coordenadora-geral de Projetos Especiais do Ministério das Cidades, Laura Rennó, mostrou os projetos de melhorias habitacionais que devem fazer parte do programa Minha Casa Minha Vida. “Estamos construindo uma parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a criação de um aplicativo com acesso aos sistemas CAU e CONFEA”, disse. “A tecnologia será fundamental para o sucesso desse programa”.

Segundo ela, o aplicativo servirá para o acompanhamento ágil e leve das ações, fornecendo autonomia aos profissionais e beneficiários. Além disso, os conselhos serão parceiros na sensibilização necessária para o sucesso desse tipo de trabalho. “Já existem inúmeras experiências bem-sucedidas na área de melhorias habitacionais para fazer esse tipo de serviço ganhar escala e ser ampliado para todo o Brasil”, disse.

No encerramento do evento, Renato Balbim, técnico de planejamento do Ipea e um dos organizadores, afirmou que o seminário cumpriu o seu objetivo de sensibilizar os gestores públicos. “A burocracia muitas vezes é um obstáculo para a penetração das políticas públicas, sobretudo em locais de grande demanda por elas. A burocracia enrijece e muitas vezes se distancia de quem realmente precisa e necessita. O CAU foi, sem dúvida, a minha maior fonte de informação de pesquisa nesses meus quase 15 anos de Ipea”, disse.



Professora da UFBA, Ingrid Gordilho; Conselheira Camila Leal; Diretora de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva (DEPTS) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Sônia da Costa; Arquiteta e urbanista Ludmila de Araújo Correia, da Panã Arquitetura Social | Foto: Thiago Sousa

Álbum de Fotos da Semana de Habitação







CAU/BR

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil